

**GÊNERO E RUA: INVISIBILIDADE, ESTIGMA E MEDO ENTRE
MULHERES PRETAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE
CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ**

NÍVEA MARIA DOS SANTOS PEREIRA BORGES

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM**

CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

FEVEREIRO - 2025

**GÊNERO E RUA: INVISIBILIDADE, ESTIGMA E MEDO ENTRE MULHERES
PRETAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS
GOYTACAZES/RJ**

NÍVEA MARIA DOS SANTOS PEREIRA BORGES

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Abraão Moura Valpassos

Coorientadora: Prof.^a. Dra. Bárbara Breder Machado

CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

FEVEREIRO - 2025

FICHA CATALOGRÁFICA

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pela autora.

B732 Borges, Nívea Maria dos Santos Pereira.

Gênero e rua: invisibilidade, estigma e medo entre as mulheres pretas em situação de rua no município de Campos dos Goytacazes. / Nívea Maria dos Santos Pereira Borges. Campos dos Goytacazes, RJ, 2025.

122 f. : il.

Bibliografia: 106 - 107.

Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2025.

Orientador: Carlos Abraão Moura Valpassos.

Coorientadora: Bárbara Breder Machado.

1. Gênero. 2. Raça. 3. Rua. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 361.61

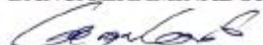
**GÊNERO E RUA: INVISIBILIDADE, ESTIGMA E MEDO ENTRE MULHERES
PRETAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS
GOYTACAZES/RJ**

NÍVEA MARIA DOS SANTOS PEREIRA BORGES

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais.

Aprovado em 04 de fevereiro de 2025

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. George Gomes Coutinho (Doutorado em Ciência Política -UFF)

Universidade Federal Fluminense -UFF



Prof. Dr. Nilo Lima de Azevedo (Doutorado em Sociologia Política -UENF)

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro



Prof. Dr. Carlos Abraão Moura Valpassos (Doutorado em Sociologia e Antropologia - UFRJ)

Orientador

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro



Prof.^a Dr.^a. Bárbara Breder Machado (Doutora em Ciência política - UFF) Coorientadora

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

 Documento assinado digitalmente
RENATA MALDONADO DA SILVA
Data: 24/04/2025 10:13:26-0300
Verifique em <https://validar.jti.gov.br>

Renata Maldonado da Silva

(Doutora em Educação/UFF)

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Dedico este trabalho ao meu amado pai Salvador Domingues Pereira que mesmo não estando mais entre nós fisicamente, continua vivo em cada lição que me ensinou, em cada palavra de incentivo e no amor incondicional que sempre demonstrou. Foi o senhor quem plantou em mim o desejo de aprender, de crescer e de lutar pelos meus sonhos, esta conquista é sua também, obrigada por ter sido o meu porto seguro, meu maior apoiador e meu exemplo de vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, fonte inesgotável de força e sabedoria, que me guiou e me sustentou iluminando meu o caminho dando-me forças para seguir adiante em cada etapa desta jornada. Toda a honra e glória a ele, pois sem sua graça nada seria possível.

Agradeço a minha família que sempre esteve ao meu lado acreditando em mim e me dando suporte nos momentos mais desafiadores. Em especial ao meu amado filho João Lucas que é minha maior inspiração, minha luz e minha razão de perseverar. Você meu amor é o motivo pelo qual cada esforço vale a pena.

Ao meu amado marido Serginho, meu companheiro de vida, que está ao meu lado em todos os momentos, oferecendo suporte e amor. Sua parceria tornou este percurso mais leve e cheio de significado.

Agradeço a minha mãe e à minha tia, por serem uma rede de apoio tão essencial e amorosa, obrigada por cuidarem com tanto carinho do meu filho, permitindo que eu pudesse me dedicar a este trabalho com tranquilidade. A generosidade e presença constante foram fundamentais para que eu pudesse seguir em frente, sabendo que ele estava sempre em boas mãos.

Agradeço a minha irmã Ivone, cuja fé e oração foram um alicerce nos momentos mais difíceis. Obrigada por ser uma fonte constante de amor, cuidado e inspiração, sempre me lembrando da importância de confiar em Deus e em mim mesma.

Agradeço a minha querida sobrinha Jaqueline, obrigada por estar ao meu lado, por compartilhar risadas, conversas e momentos de leveza que me ajudaram a renovar as energias, e a seguir em frente.

Agradeço a minha psicóloga Dra. Simone Lessa por todo o acolhimento, paciência e suporte durante esse período. Seu trabalho foi essencial para que eu pudesse enfrentar os desafios com coragem e encontrar equilíbrio em meio às adversidades, sua escuta e orientação me ajudaram a me reconectar comigo mesma e a acreditar no meu potencial.

Agradeço de coração a minha turma do mestrado, pessoas que se tornaram mais do que colegas; vocês foram um porto seguro, uma rede de apoio e um lembrete

constante de que juntas e juntos somos mais fortes. Obrigada por cada palavra de incentivo, por cada abraço, por cada risada compartilhada e por tanto afeto.

Agradeço a querida professora e amiga Leda, obrigada por me incentivar a sempre buscar o melhor de mim mesma. Suas palavras de encorajamento ecoam em meu coração como lembretes de que sou capaz de realizar grandes feitos, obrigada por toda ajuda, por todo direcionamento, sem você tudo teria sido muito mais difícil, sou eternamente grata por tudo.

Agradeço a professora Renata Maldonado, que me acolheu com muito carinho desde o primeiro dia que cheguei na UENF, ainda como aluna especial, sua acolhida e generosidade transformaram os momentos difíceis em oportunidades de crescimento, seu apoio foi essencial nessa caminhada.

Agradeço a Sra. Maria Amélia Lopes diretora do Departamento de Proteção Social Especial da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social, por permitir que eu fizesse todo meu trabalho de campo e as entrevistas nos equipamentos da média e alta complexidade do SUAS, o Centro Pop e todos os Acolhimentos Institucionais para a População em Situação de Rua, e agradeço também por seu apoio e incentivo incondicional.

Agradeço ao coletivo e movimento social de mulheres pretas, minha profunda gratidão. Vocês foram uma verdadeira inspiração e um exemplo de luta, resistência e sororidade. Obrigada por caminharem comigo, por acreditarem no poder da coletividade e por me mostrarem, diariamente que juntas podemos transformar realidades. Este trabalho também é fruto das batalhas que travamos lado a lado.

Agradeço as mulheres pretas que aceitaram participar desta pesquisa e compartilharam suas histórias, minha eterna admiração e respeito, vocês foram muito mais do que as pessoas entrevistadas deste trabalho acadêmico, foram protagonistas que enriqueceram esta dissertação com suas vozes, vivências e força. Obrigada por confiarem em mim e por contribuírem com uma parte tão significativa de suas vidas para este estudo.

Este trabalho é dedicado a todas as mulheres pretas que lutam diariamente por seus espaços e por suas histórias, que ele seja uma humilde contribuição para visibilizar suas trajetórias e fortalecer nossas lutas. Minha gratidão é imensurável.

Agradeço profundamente à FAPERJ pelo financiamento da bolsa, que possibilitou a concretização deste trabalho e me permitiu, me dedicar integralmente a este projeto.

Agradeço ao meu orientador o professor Carlos Abraão e à minha coorientadora a professora Bárbara Breder, obrigada por acreditarem em mim, e por todo apoio durante essa jornada.

A todos/as vocês, minha imensa gratidão. Este trabalho é uma conquista coletiva resultado do amor, dedicação e apoio que recebi ao longo deste processo. Obrigada por caminharem comigo e por serem minha força em cada passo desta jornada.

*"Consagre ao Senhor todos os seus sonhos, e tudo
o que for fazer, será bem sucedido em todos eles."
Provérbios 16:3*

RESUMO

A população em situação de rua é uma expressão das desigualdades sociais decorrentes de questões econômicas, políticas e culturais, conforme indica Iamamoto (2006). Esta pesquisa aborda o tema das mulheres pretas em situação de rua no Município de Campos dos Goytacazes/RJ, a partir da reflexão sobre suas singularidades e de suas demandas e desafios. O trabalho visa compreender as violações de direitos que as mulheres pretas em situação de rua sofrem cotidianamente, bem como analisar o alcance das políticas públicas, sobretudo as políticas sociais para este segmento. As discussões ressaltadas por Tiane (2004) constituem o escopo deste trabalho, uma vez que a autora elucida que o tratamento desigual nas relações de gênero manifesta-se também no espaço das ruas enquanto ambiente violador para as mulheres, uma vez que este grupo sofre diariamente inúmeras violações de direitos. As mulheres pretas enfrentam desafios múltiplos devido à sua identidade racial, de gênero historicamente. A interseccionalidade é um conceito-chave para entender a experiência das mulheres pretas em situação de rua, pois é comum que elas enfrentem múltiplas formas de opressão e discriminação, que são influenciadas por sua raça, gênero e classe social, nesse sentido, é fundamental examinar as políticas sociais que visam combater essas desigualdades e entender como elas podem ser efetivas ou reproduzir estruturas de exclusão.

Palavras-chave: Gênero; Raça; Rua

ABSTRACT

The homeless population is an expression of social inequalities arising from economic, political and cultural issues, as indicated by Iamamoto (2006). This research addresses the topic of black women living on the streets in the Municipality of Campos dos Goytacazes/RJ, based on reflection on their singularities and their demands and challenges. The work aims to understand the rights violations that homeless black women suffer on a daily basis, as well as analyzing the scope of public policies, especially social policies for this segment. The discussions highlighted by Tiene (2004) constitute the scope of this work, since the author elucidates that unequal treatment in gender relations also manifests itself in the streets as a violating environment for women, since this group suffers daily numerous rights violations. Black women face multiple challenges due to their historically racial and gender identity. Intersectionality is a key concept for understanding the experience of black women living on the streets, as it is common for them to face multiple forms of oppression and discrimination, which are influenced by their race, gender and social class. In this sense, it is essential to examine social policies that aim to combat these inequalities and understand how they can be effective or reproduce structures of exclusion.

Keywords: Gender; Race; Street

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Foto Reunião do CIAMP	29
Figura 2 – Foto Festa da Roça no Acolhimento Manoel Cartucho.....	29
Figura 3 – III Seminário Municipal da População em Situação de Rua.....	29
Figura 4 – Centro Histórico de Campos dos Goytacazes.....	66
Figura 5 – Pelourinho do Calçadão.....	67
Figura 6 – Cartaz feito por acolhidas.....	85
Figura 7– Cartaz feito por acolhidas.....	94
Figura 8 – Acolhimento Manoel Cartucho.....	111
Figura 9 – Acolhimento Casa de Passagem.....	111

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CIAMP- Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento para População em Situação de Rua

POP RUA – População em Situação de Rua

SMDHS – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social

SUAS- Sistema Único de Assistência Social

SUS- Sistema Único de Saúde

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1- Gráfico 4. Montante de pessoas em situação de rua entrevistadas, por gênero.

GRÁFICO 2 - Gráfico 5. Montante de pessoas em situação de rua entrevistadas, por raça/cor.

SUMÁRIO

Introdução.....	16
Justificativa.....	24
Objetivos.....	26
Processo Metodológico.....	27
1 Capítulo - Um breve histórico da População em Situação de Rua e sua relação com a diáspora africana.....	34
1.1 Políticas Sociais e a luta pelo bem-estar: O papel do Estado na proteção sob a perspectiva da Garantia de Direitos.....	48
1.2 Políticas Sociais e sua relação com mulheres pretas em situação de rua: Lacunas e Obstáculos.....	53
2 Capítulo - População feminina de rua no município de Campos dos Goytacazes: Uma cidade que se caracteriza por conservadorismo desigualdades e práticas racistas.....	63
2.1 Violência estigma e discriminação: A construção da identidade de mulheres pretas na rua com entrelaçamentos de fatores sociais e raciais.....	72
3 Capítulo – Relações de opressões: Interseccionalidade como ferramenta de análise.....	86
3.1 Falando especificamente de mulheres pretas: Vidas precarizadas e violências deflagradoras.....	95
Considerações finais.....	102
Referências bibliográficas.....	112
Apêndices.....	118

INTRODUÇÃO

O racismo no Brasil é um fenômeno profundamente enraizado na história do país, durante mais de 300 anos muitos africanos e africanas foram trazidos/as em condições desumanas e submetidos a trabalhos forçados. A abolição da escravidão em 1888 foi um marco jurídico, mas insuficiente para integrar plenamente a população negra à sociedade brasileira, sem políticas de reparação ou inclusão, os ex-escravizados/as foram lançados à margem, desprovidos de acesso a terras, educação e trabalho digno. Enquanto isso, a elite política e econômica promoveu a imigração europeia como estratégia de "branqueamento" da população, perpetuando a exclusão e a desigualdade racial. Este sistema, que sustentou a economia colonial, e foi acompanhado de uma ideologia de desvalorização da cultura e da identidade africana, criando as bases para o racismo estrutural que persiste até hoje.

De acordo com Almeida (2018) o racismo é um instrumento que se perpetua na modernidade e no capitalismo, é uma expressão das estruturas do capitalismo forjadas pela escravidão que dependendo das tensões e contradições necessita ser renovado nos modos de reprodução e internalização. O racismo se apresenta em meio a usos propositais ou não propositais que findam em vantagens ou desvantagens a um determinado grupo; raça e racismo revelam variadas formas de poder, de favorecimento e opressão. Almeida (2018) pontua que a ideia de que o racismo estrutural que edifica a nação brasileira se constitui por um conjunto de intersecções pautadas nas práticas institucionais, históricas, culturais e interpessoais, no processo histórico, a opressão e a exploração das classes dominantes determinam uma política de quem vive e de quem morre, sendo assim o racismo estrutural está enraizado na estrutura social brasileira, “um fator estrutural que organiza as relações políticas e econômicas que se reproduz nas múltiplas expressões da questão social”. (Almeida, 2018, p.141)

O processo escravista no qual o povo negro esteve submetido se consolidou com base em uma concepção de colonização que não se limitou ao uso exacerbado da mão de obra da população negra, induzindo-os a introjeção de uma concepção de inferioridade, ainda hoje essa desvalorização reflete na vida desse povo.

O racismo causa impactos danosos que afetam significativamente os níveis psicológicos e psicossociais de qualquer pessoa, os impactos do racismo geram efeitos que incidem diretamente no comportamento das pessoas negras que

normalmente estão associados à humilhação racial e à negação de si. Nogueira (1998) afirma que a realidade sócio-histórico-cultural do racismo se inscreve na psique do indivíduo negro e a construção da identidade, a autoimagem dos negros e negras são profundamente afetadas por estigmas sociais e pela internalização de valores que privilegiam pessoas brancas.

O período de escravidão no Brasil ainda deixa muitas marcas e isso também é evidenciado pelo maior contingente de pretos e pardos em situação de rua; da população periférica e também da população carcerária; esse processo se vincula à própria formação social, econômica, cultural e política no Brasil (Tiengo, 2016). Aqui o desenvolvimento das forças produtivas está intimamente vinculado à generalização do trabalho livre em uma sociedade em que a escravidão deixa profundas sequelas e influencia diretamente as práticas de exclusão social (Almeida, 2018).

A origem da situação de rua trata-se de um fenômeno que remonta à antiguidade, estando geneticamente vinculado à decomposição da sociedade arcaica, ao fortalecimento da propriedade privada, à escravidão e à divisão do trabalho. A população em situação de rua é um grupo populacional heterogêneo e formado por pessoas inclusas num quadro de risco e vulnerabilidade social, vítimas de um processo socioeconômico excludente e da violência, um fenômeno resultante das expressões das desigualdades sociais, das relações sociais capitalistas que se processam a partir do eixo capital trabalho; e como tal é expressão da questão social, que de acordo com Iamamoto (2006) as desigualdades sociais são expressões da questão social engendradas na sociedade.

Portanto a população em situação de rua, como expressão da questão social, consiste em decorrência do processo de pauperização da classe trabalhadora, que ao se encontrar fora do mercado de trabalho e/ou em condições precárias de trabalho, não tem como garantir condições de moradia digna e acaba utilizando as ruas como espaço de moradia e de sobrevivência, e no Brasil essa tendência é potencializada para a população negra, dada a sua trajetória. Dentro desse contexto as mulheres pretas em situação de rua apresentam-se como um público altamente vulnerável, que somadas ao fato de estarem na rua implica ainda mais no agravamento de sua vulnerabilidade, e essa realidade é devido às múltiplas opressões e desigualdades que se confrontam, levando em consideração o contexto histórico da mulher preta na sociedade, que é permeado pela violação de direitos, desvalorização e desigualdade.

“A “questão social” é intrínseca à sociabilidade capitalista, determinada pela contradição entre capital e trabalho. Ela envolve uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas. Suas expressões condessam múltiplas desigualdades, mediadas pelas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais [...]. Dispondo de uma dimensão estrutural – enraizada na produção social contraposta à apropriação privada do trabalho –, a „questão social” atinge visceralmente a vida dos sujeitos [...]. Esse processo é denso de conformismos e rebeldias, expressando a consciência e luta que acumule forças para o reconhecimento das necessidades de cada um e de todos os indivíduos sociais” (Iamamoto, 2007, p. 119-120).

De acordo com Tiengo (2016) o recorte racial como traço permanente da população em situação de rua no Brasil compõe a superpopulação relativa, excedente à assimilação pelo capitalismo e atravessada pela falta de oportunidades, imposta à condição subalterna de subjugação, de falta ou precário acesso aos serviços públicos “a desigualdade social aponta para uma herança histórica, a pobreza tem cor no Brasil e a rua também” (Carneiro, 2011, p. 57). Conforme Iamamoto e Carvalho (2006, p. 125) “o desenvolvimento das forças produtivas está intimamente vinculado à generalização do trabalho livre em uma sociedade em que a escravidão deixa profundas marcas”. Dessa forma, a herança da escravidão estampa as consequências da questão social, as marcas do colonialismo continuam operantes na realidade brasileira, sobretudo como forma de racionalidade, que tem no racismo seus principais pilares de sustentação.

Para as mulheres as experiências vividas que as colocam nesse lugar acrescem as desigualdades de gênero e poder que são determinadas por marcadores sociais; Federici (2023) analisa a violência histórica como um mecanismo de controle social, as mulheres pretas em situação de rua enfrentam formas contemporâneas de violência e controle, nesse sentido, a questão da rua e do gênero impõe um alto nível de complexidade, é uma sobrevida que, no caso das mulheres, traz ainda mais elementos dificultadores, isso não significa que as mulheres são vítimas passivas nesse processo, as táticas de sobrevivência na rua denotam clareza da conjuntura machista e patriarcal na qual estão inseridas, do ponto de vista das suas pertencas raciais, lembramos que como pontua Jurema Werneck (2000), que as mulheres negras não são todas iguais, nem são completamente diferentes.

Na cidade de Campos dos Goytacazes durante séculos, a economia foi sustentada pelo trabalho de pessoas escravizadas, que foram submetidas a

condições desumanas, trabalhando exaustivamente sob o domínio dos senhores de engenho, que enriqueciam à custa de sua exploração, os engenhos de açúcar e as fazendas de café dependiam fortemente da mão de obra escrava para prosperar (Ferro; Oliveira, 2019). A cidade foi um dos principais centros de produção açucareira no período colonial, o que atraiu um grande número de escravizados/as para a região; esse passado escravocrata latente deixou marcas permanentes nas relações sociais (Couto, 2011) é importante destacar que a abolição da escravidão, como já mencionado anteriormente não significou o fim das desigualdades e injustiças raciais em Campos dos Goytacazes, assim como em todo o Brasil, a discriminação racial persistiu e continua a sendo um desafio enfrentado.

Desde a escravidão se reproduz uma cultura de violência contra as mulheres pretas, na qual se é permitido várias atrocidades, essa violência contra as mulheres pretas na sociedade capitalista é basilar das relações sociais de produção, portanto contextualizar sobre as mulheres pretas que vivem nas ruas é compreender que elas trazem consigo uma trajetória histórica de exclusão, desvalorização social e econômica que afetam diretamente suas vidas.

Segundo Tiene (2004, p. 14) “as mulheres convivem com a indiferença, a discriminação e o desprezo; e conseguem passar despercebidas mesmo estando bem visíveis”. Com essa afirmação a autora dá ênfase para a discriminação, seja por parte do poder público, seja por parte da sociedade. A parcela feminina em situação de rua em termos numéricos é inferior à masculina, porém é imprescindível discutir suas particularidades, respeitar sua subjetividade, singularidade, sofrimento e frustrações, a rua em si se mostra quase sempre como um ambiente violador para as mulheres, elas vivenciam diversas violações de seus direitos por terem a rua como espaço de moradia e/ou sustento, mas também pelo machismo e o racismo presente fortemente na sociedade brasileira.

As mulheres pretas em situação de rua enfrentam desafios acentuados em relação a situação de vulnerabilidade. A interseccionalidade entre gênero, raça e classe faz com que essas mulheres sejam mais invisibilizadas, tornando-as alvos frequentes de abusos e dificuldades para o acesso a serviços básicos (Tiene, 2004).

Grada Kilomba (2019, p. 98-99) entende que “formas de opressão não operam em singularidade; elas se entrecruzam”, pois o racismo não foi construído com estruturas particulares, mas em constante interação com outras ideologias e sistemas

como o sexismo e o machismo, portanto essa opressão articulada só pode ocorrer em corpos de mulheres pretas, e isso impacta o processo de construção de uma identidade, essas mulheres tem sua subjetividades formada e moldada em contextos marcados pelo racismo estrutural e das formas de representação ao longo da história deste grupo. De acordo com Rolnik (2019), traumas de raça, são os mais difíceis de superar, porque não param de se reproduzir; e produzem subjetividades subalternas nas quais mulheres pretas tendem a não atribuir valor à própria existência, o que gera um sentimento intolerável de humilhação. A psicanálise, especialmente as ideias de Lacan (1985), é aplicada para explicar como a identidade do/a sujeito/a negro/a é moldada por um ideal de ego que é frequentemente associado à brancura, a violência psíquica que os/as negros/as enfrentam resulta em uma “norma psico-sócio-somática” que destrói a identidade negra e força o indivíduo/a a se conformar a um ideal que não é o seu.

A pesquisa qualitativa proposta busca compreender as experiências, desafios e resistências das mulheres pretas em situação de rua, trazendo diálogo com as políticas sociais que as impactam diretamente. A inspiração para desenvolver uma pesquisa qualitativa sob essa perspectiva constitui-se como objeto de reflexão a partir da minha trajetória enquanto profissional imersa neste universo de consolidação de direitos, sou uma mulher preta, militante e Assistente Social com a experiência empírica no atendimento à Pessoas em Situação de Rua. Malinowski (1976) argumenta sobre a influência da sua subjetividade na pesquisa como parte do processo de investigação, e o quanto método qualitativo, depende tanto da observação quanto da interpretação pessoal do pesquisador/a moldado/a pelas interações e pelo contexto vivenciado. Em um estudo sobre mulheres pretas, é crucial refletir sobre questões como raça, gênero e classe considerando como essas interseccionalidades afetam a relação entre pesquisador/a e participantes, nesse sentido uma característica importante da metodologia qualitativa é a relação entre o/a pesquisador/a e o/a sujeito/a pesquisado/a, que constitui momento de construção, diálogo de um universo de experiências humanas.

De acordo com Da Matta (1991, p. 27) o objeto das ciências sociais “é transparente e opaco”, isto é, trata-se de um/a sujeito/a possuidor/a de seu próprio ponto de vista, e suas interpretações. Trago o debate que alia conhecimento acadêmico, prática profissional e engajamento político, conferindo à pesquisa não

apenas rigor científico, mas também uma perspectiva transformadora. Assim a presente dissertação dialoga com os conhecimentos do Serviço Social, dos estudos críticos das relações raciais, de gênero e classe sob a ótica da interseccionalidade e das políticas sociais. Essa escolha também é fundamentada na invisibilidade histórica vivenciadas por mulheres pretas que enfrentam o racismo estrutural, o patriarcado e as desigualdades sociais de classe.

Este trabalho foi organizado em três capítulos. No primeiro capítulo objetivou-se examinar a interseção entre as políticas sociais e as mulheres pretas em situação de rua. As políticas sociais no Brasil têm historicamente focado em atender às demandas gerais da população em situação de vulnerabilidade, mas sem contemplar as especificidades de determinados grupos, como as mulheres pretas em situação de rua, essa população enfrenta discriminações interseccionais relacionadas ao gênero, à raça e à classe, dificultando o acesso a recursos e à proteção social.

Nesta seção também, apresenta-se um panorama histórico da população em situação de rua no Brasil, considerando os fatores estruturais que contribuíram para a ampliação desse fenômeno, destacando como a invisibilidade e o estigma associados à população em situação de rua dificultam a implementação de soluções eficazes. Para mulheres pretas, essa situação é ainda mais crítica devido à sobreposição de opressões, este contexto histórico é fundamental para compreender as dinâmicas atuais e as políticas sociais como uma possível estratégia de inclusão para mulheres pretas em situação de rua. As políticas sociais, quando bem estruturadas e implementadas, podem desempenhar um papel crucial na garantia de direitos sociais, políticos e civis. Este capítulo conclui destacando que, para superar os desafios estruturais, é imprescindível repensar e fortalecer as políticas sociais como ferramentas de transformação social.

O segundo capítulo traz um pouco da história do município de Campos dos Goytacazes, localizado no Norte Fluminense e que possui um histórico marcado por profundas desigualdades sociais, e uma forte presença de valores conservadores que permeiam suas estruturas sociais e institucionais, esses aspectos contribuem para a exclusão de vários grupos sociais. Este capítulo também traz reflexões sobre o estigma social que circunda as mulheres em situação de rua, e revela o quanto o cenário da cidade é permeado por discriminação racial. A análise da população em situação de rua não pode ser feita sem considerar a questão racial, e dados históricos

e contemporâneos evidenciam o traço racial que predomina nessa população e que se fundamenta em desigualdades históricas. Um legado histórico de racismo estrutural que remonta à escravidão e que continua a moldar as relações sociais e econômicas na cidade, a cor da pele torna-se um marcador de vulnerabilidade que intensifica o estigma e a discriminação.

Portanto, é imprescindível destacar que esse fenômeno “tem cor” e é uma expressão direta das desigualdades raciais e de gênero que estruturam a sociedade brasileira. As mulheres pretas em situação de rua em Campos dos Goytacazes enfrentam um processo de construção de identidade social marcado pelo estigma e pela discriminação, e esse processo não apenas reforça sua exclusão social, mas também impacta profundamente a forma como elas se percebem e são percebidas pela sociedade o estigma e a discriminação moldam as experiências dessas mulheres que associado à condição de rua é intensificado resultando em uma dupla ou mesmo tripla discriminação, esse processo de desumanização as relega à invisibilidade e as impede muitas vezes de acessar direitos e oportunidades.

Por outro lado, essas mulheres também desenvolvem estratégias de resistência e ressignificação de suas identidades, desafiando as narrativas de inferioridade impostas a elas, buscando maneiras de sobreviver e resistir em um contexto adverso.

Já o terceiro e último capítulo destaca como o enfoque interseccional torna-se essencial na análise das relações das opressões. A interseccionalidade emerge como uma ferramenta teórica e metodológica poderosa para compreender as relações de opressão que atravessam indivíduos e grupos sociais, essa abordagem permite a análise das dinâmicas de poder e desigualdade que se manifestam a partir da articulação de categorias como gênero, raça, classe, analisa as desigualdades não como categorias isoladas, mas como um conjunto interligado de experiências que moldam a vida das pessoas.

No contexto de uma sociedade historicamente marcada pelo racismo estrutural e pelo patriarcado, a interseccionalidade revela as experiências multifacetadas de violência e exclusão vividas por grupos marginalizados. A condição das mulheres pretas só pode ser devidamente compreendida a partir da interseccionalidade, pois como sujeitas atravessadas pelas estruturas de racismo, machismo e desigualdade

econômica, essas mulheres enfrentam um processo contínuo de precarização da vida, que se manifesta na exposição às piores condições de trabalho, na falta de acesso adequado à saúde, educação e moradia, bem como na violência doméstica, institucional e simbólica. Essas experiências não são acidentais, mas resultam de um histórico de exclusão política e econômica que posiciona as mulheres pretas na base da pirâmide social.

No Brasil em particular essa realidade é agravada pelo legado da escravidão e pelo racismo estrutural que perpetua estigmas e vulnerabilidades. Mulheres pretas são as principais vítimas de feminicídio, da violência policial e da exploração no mercado de trabalho informal (Sueli Carneiro, 2011).

Sob a perspectiva da interseccionalidade, essas experiências não podem ser vistas como decorrências de um único eixo de opressão, ao contrário são efeitos cumulativos e interativos de estruturas de poder que operam simultaneamente, por exemplo o racismo não pode ser dissociado do machismo, assim como as desigualdades econômicas não podem ser descontextualizadas da exploração colonial, essas dimensões interagem para produzir experiências específicas de exclusão e resistência. O enfoque interseccional nesse sentido não é apenas um instrumento de análise, mas também uma ferramenta para a resistência e a emancipação. A noção de "vidas precarizadas" refere-se à impossibilidade de acessar direitos e oportunidades básicas para a reprodução social e para a construção de trajetórias de vida dignas. Por outro lado, as “violências deflagradoras” apontam para os eventos, práticas e sistemas que expõem as mulheres pretas às situações de risco extremo.

Essa discussão enfatiza que compreender a realidade das mulheres pretas requer não apenas o reconhecimento das múltiplas formas de opressão que as atravessam, mas também a adoção de políticas e práticas que sejam sensíveis às especificidades de suas experiências.

JUSTIFICATIVA

A pesquisa justifica-se e encontra sua relevância em um contexto sociopolítico marcado pela intersecção de desigualdades em que a população em situação de rua, sobretudo mulheres pretas, enfrenta um conjunto único de desafios que são amplificados por estruturas históricas de opressão. A investigação pretende problematizar os dispositivos que reforçam a marginalização dessas mulheres, portanto a relevância deste estudo reside em sua capacidade de dar visibilidade a uma população frequentemente ignorada, e também pela necessidade de avaliar como as políticas sociais existentes reconhecem (ou ignoram) as especificidades das mulheres pretas em situação de rua, analisando as lacunas nos serviços oferecidos; além disso o recorte de gênero e raça permite abordar as desigualdades de forma integrada, contribuindo para o fortalecimento de estratégias de enfrentamento ao racismo e ao sexismo institucionalizado.

Por meio de uma abordagem qualitativa, que prioriza narrativas e histórias de vida, a pesquisa busca amplificar e legitimar as falas das mulheres pretas em situação de rua, construindo conhecimento que sirva como subsídio para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e efetivas, essa investigação portanto não é apenas um exercício acadêmico, mas um compromisso ético e político com a transformação social e a justiça racial.

Enquanto mulher preta e pesquisadora senti a necessidade de expor os motivos para a manutenção da obra do autor Sílvio Almeida na presente pesquisa. É imprescindível que o uso da obra seja acompanhado de uma reflexão crítica, e ao utilizar uma obra acadêmica como base para uma pesquisa qualitativa, é essencial distinguir entre a relevância do conteúdo teórico produzido e a conduta pessoal do autor. A obra "*O que é racismo estrutural*", de Sílvio Almeida, oferece uma contribuição teórica e analítica incontestável para a compreensão do racismo estrutural no Brasil, entretanto as denúncias de assédio contra o autor levantam questões éticas que devem ser reconhecidas e abordadas de forma transparente. O racismo estrutural é uma chave analítica indispensável para entender a realidade de mulheres pretas em situação de rua, que enfrentam a sobreposição de opressões raciais, de gênero e socioeconômicas. A obra de Sílvio Almeida fornece ferramentas conceituais robustas para explorar essas dinâmicas, ajudando a evidenciar como as estruturas sociais perpetuam a exclusão e a vulnerabilidade desse grupo. A escolha de teorias deve ser

coerente com o estudo, e a contribuição teórica do autor sobre o racismo estrutural permanece central para a análise das desigualdades, a obra dialoga com a perspectiva interseccional, permitindo a articulação entre questões de raça, gênero e classe, e essa abordagem é indispensável para uma compreensão holística das experiências das mulheres pretas em situação de rua; destacando como diferentes eixos de opressão operam simultaneamente em suas vidas. Almeida oferece uma análise aprofundada do racismo estrutural como um fenômeno que transcende atos individuais de preconceito, mostrando como ele se manifesta nas instituições, nas práticas sociais e estruturas econômicas.

A escolha de Silvio Almeida como referencial teórico deve ser equilibrada com o protagonismo de autoras negras e feministas que oferecem perspectivas complementares ou críticas, e essa abordagem fortalece a pesquisa ao destacar o protagonismo das mulheres pretas na produção de conhecimento como, Djamila Ribeiro, Sueli Carneiro, Grada Kilomba, Conceição Evaristo, Lélia Gonzales, Neusa Santos Souza, Isildinha Nogueira entre outras.

Vale ressaltar que no texto dessa dissertação escolhi usar tanto o termo mulheres pretas como também mulheres negras, a escolha entre os termos "preta" e "negra" em uma dissertação ou em qualquer contexto discursivo exige uma compreensão sensível das nuances históricas, sociais e culturais que cada palavra carrega. Ambos os termos são utilizados para designar pessoas de ascendência africana, mas possuem implicações distintas que estão profundamente enraizadas no contexto sociopolítico do Brasil e de outras partes do mundo.

O termo “negra” é amplamente utilizado em contextos mais formais, acadêmicos e institucionais, ele costuma estar associado a movimentos sociais e políticos que lutam contra o racismo. Na história recente, "negra" foi ressignificada por ativistas e intelectuais negros para afirmar a identidade racial e cultural, superando as conotações pejorativas que a palavra carregou no passado, especialmente no período escravocrata. Assim, “negra” tornou-se um termo que reforça o orgulho e a consciência racial, sendo amplamente usado em expressões como “mulher negra” ou “população negra”.

Por outro lado, o termo "preta" carrega uma dimensão mais popular e afetiva, muitas vezes ligada ao uso cotidiano e a manifestações culturais. Ele também é

ressignificado por pessoas negras como uma forma de afirmação identitária e de pertencimento.

Em última análise, a escolha entre "preta" e "negra" deve ser guiada pelo respeito, pela intencionalidade e pela compreensão das dinâmicas sociais e culturais que cercam esses termos.

OBJETIVOS

Questão de Pesquisa:

Como as mulheres pretas em situação de rua no Município de Campos dos Goytacazes percebem e vivenciam a invisibilidade social, o estigma associado à sua identidade racial e de gênero, e o medo em relação à sua condição de estar na rua?

Objetivo Geral:

- Investigar as experiências vivenciadas por mulheres pretas em situação de rua no Município de Campos dos Goytacazes, entender os desafios enfrentados por essa população com foco na análise das dinâmicas de invisibilidade, estigmatização e medo, analisando a interseção entre raças, gênero e classe.

Objetivos Específicos:

- Examinar as experiências vividas por mulheres pretas em situação de rua no contexto específico do Município de Campos dos Goytacazes, destacando desafios enfrentados no dia a dia, as interações com a comunidade local e as instituições governamentais.
- Identificar as estratégias de resistência e sobrevivência e a agência utilizada pelas mulheres pretas em situação de rua para enfrentar os desafios de sua condição.
- Discutir sobre as políticas públicas, sobretudo as políticas sociais existentes e as práticas de intervenção externas para mulheres em situação de rua no Município de Campos dos Goytacazes, avaliando sua eficácia e identificando lacunas e desafios a serem enfrentados.

PROCESSO METODOLOGICO

A presente pesquisa possui um delineamento exploratório de método qualitativo com a realização de pesquisa bibliográfica documental, observação participante e entrevistas semiestruturadas em profundidade como o principal método de coleta de dados, as entrevistadas são mulheres pretas que se encontram em situação de rua ou em acolhimentos institucionais,

Este estudo foi realizado através da pesquisa exploratória, que segundo Selltiz *et al.* (1965), enquadram-se na categoria dos estudos exploratórios todos aqueles que buscam descobrir ideias e intuições, na tentativa de adquirir maior familiaridade com o fenômeno pesquisado. Conforme Becker (1994) a pesquisa social qualitativa não segue um padrão único ou uma fórmula rígida; em vez disso, ela é um processo dinâmico para formar um quadro mais completo da realidade social, ele destaca a importância de combinar diferentes métodos e perspectivas para criar um conhecimento mais robusto e abrangente, nesse sentido essa metodologia buscou não apenas produzir conhecimento, mas também respeitar e valorizar as trajetórias e subjetividades das mulheres pretas em situação de rua com o intuito de identificar aspectos econômicos, sociais e culturais nas demandas apresentadas por elas, também visando capturar uma variedade de perspectivas e experiências.

Este tipo de pesquisa possibilita aumentar o conhecimento do/a pesquisador/a sobre os fatos, permitindo a formulação mais precisa de problemas relacionados com o fenômeno. Becker (1994) destaca a necessidade de compreender os contextos em que os fenômenos sociais ocorrem, e para realização de uma pesquisa com mulheres pretas em situação de rua, isso significa observar as interações dessas mulheres com o ambiente urbano, com as instituições governamentais, com outras pessoas em situação de rua, esse olhar contextualizado ajuda a capturar os aspectos estruturais e simbólicos que moldam suas experiências.

Gil (1999) considera que a pesquisa exploratória tem como objetivo principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos e pesquisáveis para estudos posteriores, segundo o autor estes tipos de pesquisas são as que apresentam menor rigidez no planejamento, pois são planejadas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Dessa forma mesmo quando já existem conhecimentos

do/a pesquisador/a sobre o assunto, a pesquisa exploratória também é útil, pois normalmente para um mesmo fato organizacional, pode haver inúmeras explicações alternativas.

Segundo Malinowski (1976) as práticas culturais devem ser analisadas em sua totalidade, considerando tanto os aspectos simbólicos quanto práticos, isso significa não apenas explorar os fatores estruturais que contribuem para a vulnerabilidade, mas também reconhecer as estratégias de sobrevivência e resiliência que essas mulheres desenvolvem.

Dominar o método e a teoria é tornar-se um pensador consciente de si, um homem que trabalha e tem consciência das suposições e implicações do que pretende fazer. Ser dominado pelo método ou teoria é simplesmente ser impedido de trabalhar, de tentar, ou seja, de descobrir alguma coisa que esteja acontecendo no mundo. Sem a percepção da forma pela qual o ofício é realizado, os resultados do estudo são inseguros; sem uma determinação de que o estudo tenha resultados significativos, todo método é uma farsa sem sentido (Mills, 1975, p. 133).

Para compreender os mais diversos aspectos que circundam uma realidade; participei ativamente de atividades que envolveram observação e participação, permitindo-me mergulhar na prática e compreender de forma mais profunda os fenômenos a serem estudados. Algumas das atividades realizadas incluem: participação em eventos internos nos acolhimentos Institucionais para a População em Situação de Rua (Casa de Passagem, Lar Cidadão e Abrigo Manoel Cartucho) e no Centro de Referência e Acompanhamento da População de Rua (Centro Pop) no município de Campos dos Goytacazes, dessa forma tive contato com algumas mulheres e durante esses encontros tivemos conversas sobre o cotidiano e a história de vida de cada uma; as experiências cotidianas nos permitem acessos fáceis ao conhecimento de estigmas sobre determinados grupos ou territórios por meio de relatos, expressões, comentários que são fontes de investigação importantes para a percepção e representações sobre o fenômeno a ser estudado (Gil, 1999).



Foto 1: Reunião do CIAMP (Comitê/ Conselho de Monitoramento e Acompanhamento da População em Situação de Rua

Fonte: Arquivo pessoal



Foto 2: Festa da Roça Manoel Cartucho

Fonte: Arquivo Pessoal



Foto 3: III Seminário da Pop Rua

Fonte: Arquivo Pessoal

População e amostra:

De acordo com Malhotra (2001), a população corresponde ao agregado de todos os elementos que compartilham um conjunto comum de características de interesse para o problema sob investigação. Amostra é um subgrupo de uma população, constituído de unidades de observação e que deve ter as mesmas características da população selecionadas para participação no estudo. O tamanho

da amostra a ser retirada da população é aquele que minimiza os custos de amostragem e pode ser com ou sem reposição.

A seleção das participantes foi feita por meio de uma amostragem não probabilística por conveniência; onde as amostras foram selecionadas por critérios subjetivos da pesquisadora de acordo com a experiência e com os objetivos do estudo. Portanto não existe uma probabilidade conhecida de determinado elemento da população ser selecionada. Foram recrutadas mulheres pretas que estão em situação de rua, vivendo nas ruas, e as que frequentam o Centropop (Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua) e os Acolhimento Institucional Casa de Passagem e Manoel Cartucho.

Revisão Bibliográfica:

Foi realizada uma revisão sistemática da literatura, buscando estudos que abordam o tema sobre mulheres pretas em situação de rua, conceitos e definições relacionadas aos desafios enfrentados por essa população, incluindo discriminação racial, de gênero e classe; falta de acesso a serviços básicos, entre outros. Análise das políticas sociais direcionadas a População em Situação de Rua, uma discussão sobre a importância de políticas culturalmente sensíveis e interseccionais.

Tipo de Abordagem:

Foi realizado uma abordagem com elementos qualitativos, que permitiu uma compreensão mais abrangente do tema, através de dados e análise das experiências das participantes.

Técnicas de Coleta de Dados:

Conforme argumenta Becker (1994), o objeto de pesquisa não é dado, mas construído ao longo do processo, no caso das mulheres pretas em situação de rua, o/a pesquisador/a precisa estar atento para adaptar suas perguntas e métodos à complexidade e singularidade dessa população, que vive em uma interseção de vulnerabilidades. Becker (1994) alerta para os preconceitos e pressupostos que os/as pesquisadores/as podem levar ao campo. Uma pesquisa desse tipo exige uma reflexão constante sobre como o/a pesquisador/a, suas experiências e seu

posicionamento social influenciam a coleta e a interpretação de dados, especialmente em um tema tão carregado de desigualdades estruturais.

Observação Participante

Essa técnica permite o/a pesquisador/a uma imersão por meio de convivência e interação direta, e captar as dinâmicas do cotidiano, as relações interpessoais e as estratégias de sobrevivência utilizadas. Essa técnica viabilizou a construção de uma visão mais aprofundada e contextualizada sobre os desafios enfrentados e as formas de resistência presentes em suas trajetórias. Malinowski (1976) enfatiza a necessidade de imersão profunda no contexto cultural e social das populações estudadas, destacando a importância da observação participante, do entendimento das perspectivas e da construção de um retrato detalhado das práticas e dinâmicas cotidianas, esses princípios podem oferecer contribuições valiosas para uma pesquisa qualitativa sobre mulheres pretas em situação de rua.

Entrevistas Semiestruturadas

As entrevistas semiestruturadas podem ser definidas como uma lista das informações que se deseja de cada entrevistada; mas a forma de perguntar, ou seja a estrutura da pergunta e a ordem em que as questões são feitas irão variar de acordo com as características de cada entrevistada. Geralmente as entrevistas semiestruturadas baseiam-se em um roteiro constituído de “uma série de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista” (Laville; Dione, 1999, p. 188) apoiadas no quadro teórico, nos objetivos e nas questões da pesquisa. A entrevista semiestruturada parte de questionamentos básicos, suportados em teorias que interessam à pesquisa, conforme as respostas das entrevistadas.

De acordo com Gil (1999) a entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizadas nas pesquisas sociais. As entrevistas semiestruturadas foram conduzidas com o objetivo de possibilitar às participantes narrarem suas histórias, desafios, conquistas e expectativas. Com um roteiro previamente elaborado com algumas perguntas foi possível adaptar ao fluxo da conversa. Ao longo de todo processo das entrevistas pude perceber que quanto mais flexível era a pergunta e a forma de como perguntá-la mais fluía a conversa, desse modo resolvi pautar as

entrevistas com um roteiro de orientação, e usei as perguntas como direcionamento para construir conversas qualificadas com as entrevistadas. As conversas qualificadas consistiram em diálogos um pouco mais informal e espontâneo, que foram conduzidos de maneira ética e empática, visando à coleta de informações. Essa abordagem permitiu a criação de um ambiente de confiança, onde as mulheres se sentiram mais à vontade para compartilhar histórias e reflexões que, muitas vezes não emergem em um contexto formal de entrevista.

Proteger a identidade das participantes é essencial, especialmente quando se trata de populações vulneráveis, ao substituir os nomes reais por pseudônimos, evita-se qualquer exposição que possa colocar as participantes em situações de risco ou desconforto, diante disso optei por colocar nomes de mulheres pretas de relevância histórica. Ao usar nomes de mulheres pretas importantes, busquei homenagear figuras históricas que foram fundamentais na luta contra a opressão e pela igualdade; essa escolha reforça a importância do legado dessas mulheres e cria uma conexão simbólica entre as entrevistadas e suas histórias, isso contribui para fortalecer a autoestima das participantes e promover um sentido de pertencimento.

Foram entrevistadas cinco mulheres pretas cisgênero na faixa etária entre 25 a 38 anos, quatro mulheres são munícipes e uma de outros estados. Durante todo processo de ida ao campo, e até nas entrevistas as mulheres se recusaram a tirar fotos, e pediram para não gravar as entrevistas, essas mulheres já passaram por situações de violência, exploração ou manipulação, o que pode gerar desconfiança em relação ao uso de tecnologias como gravadores e câmeras, mesmo explicando o objetivo da pesquisa e a garantida confidencialidade. Diante dessa situação optei por respeitar as preferências das entrevistadas e adotar métodos alternativos, como tomar notas fornecidas durante ou imediatamente após as conversas, capturando o máximo possível de informações sem comprometer o conforto das entrevistadas e reconhecendo a importância de respeitar os limites como parte fundamental da ética da pesquisa.

Análise dos Dados

- Análise de conteúdo

A análise de conteúdo envolve a interpretação dos dados, busca uma compreensão aprofundada do fenômeno estudado, isso pode envolver a busca por

conexões entre os dados qualitativos e o suporte teórico, bem como a geração de novas perspectivas. A análise de conteúdo é um “conjunto de técnicas de análise das comunicações” (Bardin, 1977, p. 30), a análise de conteúdo traz à tona o que está em segundo plano na mensagem que se estuda, buscando outros significados intrínsecos na mensagem.

Por fim Bardin conceitua análise de conteúdo como: Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo de mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (Bardin, 1977, p. 42).

Contextualização e Interpretação

A análise foi enriquecida com uma abordagem interpretativa, conectando os dados encontrados ao referencial teórico e ao contexto histórico, social e político. Aspectos como:

- **Interseccionalidade:** Como as opressões de gênero, raça e classe se sobrepõem e intensificam as dificuldades enfrentadas pelas mulheres em situação de rua.
- **Dimensões estruturais:** Como o racismo estrutural e a exclusão social reservada para perpetuar a situação de vulnerabilidade.
- **Vivências subjetivas:** Como as mulheres percebem e narram suas experiências e suas trajetórias.

A análise foi revisada com atenção garantindo o máximo de fidelidade às falas das participantes.

CAPÍTULO 1

1. Um breve histórico da População em situação de rua e sua relação com a diáspora africana

O fenômeno população em situação de rua surgiu nas sociedades pré-industriais dos séculos XIV e XV na Europa Ocidental, no processo chamado de “acumulação primitiva do capital” em que os camponeses foram desapropriados e expulsos de suas terras” (Silva, 2009, p. 25). Esse movimento sócio-histórico significou a expulsão dos camponeses para as cidades, transformando-os em trabalhadores assalariados, significando também a degradação do sistema feudal. Esses pequenos proprietários, que antes produziam para o seu próprio consumo e para o de sua família, foram obrigados a suprir suas necessidades nas cidades mediante a venda da força de trabalho.

Segundo Marx (2013, p. 41) “tais métodos conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado inteiramente livre”. Convém colocar que os camponeses expulsos de suas terras e obrigados a venderem a sua força de trabalho viviam sob uma rigorosa disciplina, péssimas condições de trabalho e de vida, além de baixos salários, foram transformados em trabalhadores arrancados das terras e não absorvidos pelas fábricas ou não adaptados à disciplina de trabalho transformavam-se em mendigos, andarilhos e pedintes que perambulavam pelas ruas; essa população excedente não absorvida pelo capital transforma-se em base da acumulação capitalista, capital variável em potencial.

Federici (2023, p. 58) oferece uma análise crítica e complementar ao conceito de “acumulação primitiva do capital”. Para Marx a acumulação primitiva é o processo histórico de expropriação dos meios de produção das massas camponesas, que foram forçadas a vender sua força de trabalho, marcando a transição do feudalismo para o capitalismo a autora concorda com a importância desse conceito, mas argumenta que Marx não considerou adequadamente aspectos cruciais do processo, especialmente aqueles relacionados ao corpo, à reprodução e à opressão de gênero. Ela amplia o conceito ao ressaltar que a acumulação primitiva não foi apenas econômica, mas também envolveu uma reorganização profunda da vida social e da divisão sexual do trabalho. O controle da reprodução e a repressão da autonomia feminina não foi um

fenômeno isolado, mas uma parte integral da transição para o capitalismo, que buscou destruir o controle que as mulheres exerciam sobre sua própria reprodução e, assim, preparar o terreno para um regime patriarcal mais opressor, especialmente durante as caças às bruxas, na Europa e nas colônias ocorreu um ataque sistemático às mulheres que resistiam à subordinação ou eram vistas como uma ameaça à ordem patriarcal e capitalista emergente. O capitalismo precisava de um modelo reprodutivo que assegurasse a produção de força de trabalho, assim os corpos femininos foram transformados em instrumentos para a reprodução dessa força de trabalho (Federici, 2023).

Federici (2023) também enfatiza que a acumulação primitiva foi global, envolvendo não apenas a Europa, mas também a colonização e a escravidão nas Américas, na África e na Ásia. Esses processos foram fundamentais para o surgimento do capitalismo, mas são tratados de maneira secundária ou indireta por Marx. Fatores como a industrialização e os cercamentos das terras comunais impulsionaram o crescimento no número de pessoas em situação de rua, junto a isso o preço dos aluguéis e dos alimentos subia e salário como pagamento do trabalho não acompanhava essa alta dos valores.

Para melhor entendermos esse período, contextualizaremos sobre o modo de produção feudal. O feudalismo foi o modo de produção que antecedeu o capitalismo; a Europa foi dividida em grandes áreas de terra, e os feudos cujos donos eram os senhores feudais. De acordo com Koshiba (2004), parte do feudo era destinada à produção para o senhor feudal, sendo que durante alguns dias na semana os servos trabalhavam nessas terras, plantando, colhendo e cuidando dos animais, e nos demais dias eles podiam trabalhar para si mesmos, em terras comunais que podiam usar para subsistência.

Como a produção dos feudos era destinada para subsistência dos servos e dos senhores feudais, não existia um grande excedente como nos moldes capitalistas, contudo com a mudança nas técnicas de produção e com o avanço tecnológico, a produção acabou crescendo e com o crescimento do excedente, as feiras faziam-se necessárias com uma frequência cada vez maior, e as cidades antes esquecidas voltaram a ter importância (Koshiba, 2004). Com essa mudança as terras comunais antes destinadas aos servos foram cercadas, ou seja, aconteceu o cercamento das

terras comunais que foram destinadas para atividades mais lucrativas, como por exemplo a criação de carneiros, visto que traria um grande retorno financeiro.

Este foi um fator preponderante para a derrocada do modo de produção feudal, sobre esse processo Marx (2013) avalia que o carneiro teve mais importância que as pessoas, os camponeses que viviam daquela terra foram expulsos de seu local de sobrevivência para dar espaço aos carneiros. Federici (2023) destaca que a transição para o capitalismo foi extremamente violenta, a violência incluiu a expropriação das terras, a imposição de novas formas de trabalho forçado (como a escravidão e o trabalho doméstico não remunerado) e a perseguição religiosa e sexual, especialmente contra mulheres e populações vulneráveis. Para Federici, (2023) o capitalismo não poderia ter se estabelecido sem a subordinação das mulheres, a imposição de uma divisão sexual do trabalho, a desvalorização do trabalho reprodutivo e a violência sistemática contra corpos femininos e populações colonizadas serviram de base para a consolidação desse sistema.

O trabalho reprodutivo, que inclui a gestação, os cuidados domésticos e a criação de filhos, foi apropriado pelo capital de forma não remunerada, sendo considerado uma extensão “natural” do papel das mulheres; essa invisibilização do trabalho doméstico e reprodutivo permitiu que as mulheres fossem excluídas da esfera produtiva formal e do reconhecimento como trabalhadoras, ao mesmo tempo em que seu trabalho era essencial para a reprodução da força de trabalho masculina. Esse processo criou uma base de desigualdade que persiste até hoje (Federici, 2023). Se Marx (2013) buscava descortinar os segredos do capitalismo, os quais remete à violência da colonização e da expropriação da terra, talvez tenha lhe faltado evidenciar uma faceta desse processo brutal, de como o capitalismo se retroalimenta da apropriação dos corpos e das atividades reprodutivas desempenhadas pelas mulheres, e estas estiveram desde a sua gênese, na linha de frente da exploração.

O surgimento do capitalismo representou uma transformação profunda na estrutura social e econômica das sociedades. A transição do feudalismo para o capitalismo não foi apenas um processo de reorganização econômica, mas também de violenta reestruturação das relações de gênero e da divisão sexual do trabalho. Nesse contexto as mulheres foram particularmente impactadas, sofrendo uma dupla exploração, a expropriação de sua autonomia e a sobrecarga de um trabalho reprodutivo, trabalho que era essencial para a manutenção do sistema capitalista.

Essa dinâmica combinada com a urbanização forçada e a privatização das terras, contribuiu para o surgimento da população em situação de rua, fenômeno este que não é próprio da atualidade, ela remonta a formação do ambiente urbano das cidades pré-industriais no início do sistema capitalista, entretanto tal fenômeno adquire novas conotações pelas contradições das cidades contemporâneas com suas diferenças intensificadas de maneira negativa, resultando em segregação e intolerância.

Alguns conseguiram e se adaptaram às insalubres condições de trabalho, destituídos de sua casa do seu trabalho e sua antiga vida, muitos foram obrigados a trocar sua força de trabalho nas indústrias nascentes; mas outros não conseguiram inserção ainda que precária, a indústria não gerava vagas na mesma proporção que o cercamento expulsava as pessoas, paralelo a isso o preço dos alimentos e dos aluguéis estava inflacionado, o que dificultava a vida dos trabalhadores (Pereira, 2007). Alguns foram para as ruas, eram divididos entre aptos e inaptos ao trabalho, os considerados aptos ao trabalho, que mendigavam e vagavam pelas ruas, eram considerados vagabundos, a eles cabia disciplina pois não mereciam a caridade, enquanto aqueles considerados inaptos ao trabalho recebiam uma licença para mendigar, a eles cabia uma escassa assistência. O povo era proibido de ajudar aos mendigos que tinham condições físicas de trabalho, os “mendigos” que migravam passavam por punições severas, eram açoitados, marcados com ferro em brasa, deportados para as colônias e presos (Pereira, 2009). As chamadas leis sanguinárias, que puniam severamente os chamados “vagabundos”, impediam a mendicância e a mobilidade de trabalhadores em busca de melhores condições de vida, além disso os trabalhadores eram obrigados a aceitar qualquer salário.

Açoitamento e encarceramento para vagabundos válidos. Eles devem ser amarrados atrás de um carro e açoitados até que o sangue corra de seu corpo, em seguida devem prestar juramento de retornarem a sua terra natal ou ao lugar onde moraram nos últimos três anos e serem postos a trabalhar (...). Aquele que for apanhado pela segunda vez por vagabundagem deverá ser novamente açoitado e ter a metade da orelha cortada; na terceira reincidência, porém, o atingido, como criminoso grave e inimigo da comunidade, deverá ser executado (Pereira, 2008, p. 40).

A acumulação primitiva do capital, conforme conceituada por Karl Marx, refere-se ao processo histórico de expropriação dos meios de produção das populações camponesas, forçando-as a abandonar a vida rural e migrar para as cidades em busca de trabalho assalariado. Este fenômeno não apenas inaugurou a divisão capitalista entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores despossuídos, mas

também estabeleceu uma dinâmica de desigualdade estrutural que perdura até os dias atuais, a história de escravização da população negra agrava esse quadro, durante mais de três séculos, o trabalho forçado de pessoas escravizadas constituiu a base da economia colonial. Esse processo histórico está intimamente relacionado ao surgimento da população em situação de rua. Muitos dos descendentes da população escravizada e dos camponeses expropriados encontraram-se marginalizados nas cidades, sem acesso a moradia digna, emprego formal e serviços públicos básicos. A urbanização acelerada e desordenada, somada à falta de políticas de redistribuição de renda, consolidou uma situação de vulnerabilidade que se perpetua em gerações, ademais, a população em situação de rua é muitas vezes composta por indivíduos que sofreram deslocamentos forçados, perda de empregos e rupturas familiares, fatores que se conectam às dinâmicas estruturais do capitalismo (Pereira, 2009).

A relação entre a acumulação primitiva do capital e a situação atual dessa população revela como o sistema capitalista continuamente reproduz desigualdades através da exploração e da exclusão; portanto o fenômeno da população em situação de rua leve em conta a herança colonial e escravocrata do Brasil, bem como a dinâmica de acumulação de capital que destituiu milhões de pessoas de seus meios de subsistência (Silva, 2006).

Pode-se dizer que o fenômeno população em situação de rua vincula-se à estrutura da sociedade capitalista e possui uma multiplicidade de fatores de natureza imediata que o determinam. Na contemporaneidade, constitui uma expressão radical da questão social, localiza-se nos grandes centros urbanos, sendo que as pessoas por ele atingidas são estigmatizadas e enfrentam o preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade. É um fenômeno que tem características gerais, porém possui particularidades vinculadas ao território em que se manifesta. No Brasil, essas particularidades são bem definidas. Há uma tendência à naturalização do fenômeno, que no país se faz acompanhada da quase inexistência de dados e informações científicas sobre o mesmo e da inexistência de políticas públicas para enfrentá-lo (Silva, 2006, p.95).

E no Brasil na atualidade a população em situação de Rua é composta por um grupo heterogêneo de pessoas de diferentes realidades. Segundo Silva (2009) é importante conceber tal dinâmica como uma expressão radical da questão social na sociedade contemporânea, agudizada pelas mudanças no mundo do trabalho que aprofundam o desemprego e o trabalho precarizado, esse fenômeno apresenta características resultantes das expressões da questão social que de acordo com

Iamamoto (2007), é um fenômeno antigo que continua na contemporaneidade, mas com outra roupagem.

A gênese da questão social encontra-se enraizada na contradição fundamental que de marca esta sociedade, assumindo roupagens distintas em cada época; a produção, cada vez mais social, que se contrapõe à apropriação privada do trabalho, de suas condições e seus frutos. “Uma sociedade em que a igualdade jurídica dos cidadãos convive, contraditoriamente, com a realização da desigualdade (Iamamoto, 2007, p. 114).

Podemos observar que a história da população em situação de rua traz características de um processo de exclusão histórica, conforme Silva (2009), é necessário elencar alguns aspectos para entender o fenômeno população em situação de rua e sua composição, o primeiro deles são as múltiplas determinações que se dão a partir das modificações na esfera do trabalho que aprofundam o desemprego e por resultante as relações sociais vivenciadas pelas particularidades de vivência de cada indivíduos.

A situação de rua no Brasil é um fenômeno complexo, cuja raiz está intimamente ligada ao processo histórico de escravização no país, entre 1530 e 1888, milhões de africanos foram trazidos à força ao Brasil, submetidos a um regime brutal que os desumanizava e os excluía de qualquer direito, essa estrutura de desigualdade sustentada por séculos, deixou marcas profundas que ainda se refletem na realidade contemporânea, especialmente na condição de vulnerabilidade da população negra (Florentino, 2009).

A crueldade praticada contra negros e negras da diáspora africana, marca a organização da sociedade brasileira, nos moldes do regime capitalista, constata-se que as marcas da pobreza, da fome, da precariedade, da falta de moradia, da falta de segurança alimentar, da incidência de doenças etc., que assolam a população negra em maior grau acontece em decorrência desse processo, e essa população que foi destinada a viver em lugares muitas vezes subumanos e precários, nas favelas, nas encostas, nas áreas alagadiças, nas periferias e nas ruas demarcada pelo racismo estrutural que assola vidas (Almeida, 2018).

A raça, como atributo social historicamente elaborado, continua a funcionar como um dos critérios mais importantes na distribuição de pessoas na hierarquia social. Em outras palavras, a raça se relaciona fundamentalmente com um dos aspectos da reprodução das classes sociais, isto é, a distribuição

dos indivíduos nas posições da estrutura de classes e dimensões distributivas da estratificação social (Gonzáles, 1982, p. 89-90).

O fenômeno da População em Situação de Rua vem se adensando sobremaneira, e não há como analisá-lo sem trazer o debate de raça e racismo, entendendo que ele estrutura as relações sociais no Brasil (Almeida, 2019) e (Oliveira, 2021), além de serem destituídos da posse de seus próprios corpos, negros e negras escravizados, quando entravam no país, tinham os seus nomes apagados e trocados por outros, seus novos nomes eram escolhidos pelos “proprietários” de escravizados/as, e passavam a usar o sobrenome do mesmo; não era suficiente tomar posse de suas vidas, eles também apagavam e tentavam tirar dos homens e mulheres negras a sua identificação com o seu lugar de origem, de suas culturas e de suas religiões, além de seus nomes e afetos (Schwarz, 2021).

Conforme Florentino (2009) a diáspora africana, causada pelo tráfico transatlântico de escravizados/as, resultou na migração restrita de milhões de africanos/as para as Américas entre os séculos XVI e XIX os/as africanos/as não tiveram apenas sua liberdade violada, mas também sua identidade desmantelada. A substituição de seus nomes africanos por nomes impostos pelos senhores de engenho foi uma das diversas práticas mais desumanizantes.

O documentário *Atlântico negro – na rota dos orixás* (1998) traz um relato de um homem negro africano que foi capturado em Ouidah na costa ocidental da África, na atual República de Benim onde ficava um dos grandes portos de embarque de escravizados. Neste lugar havia uma árvore que foi chamada de “Árvore do esquecimento”. Para intensificar a violência vivenciada pelos negros e negras, antes de embarcarem, eram obrigados (as) a dar voltas em torno dela. As mulheres tinham que dar sete voltas, e os homens nove, depois desse “ritual”, presumia-se que as mulheres e os homens escravizados perdiam a memória e esqueciam sua história, suas origens e sua identidade cultural, a fim de que se tornassem pessoas sem disposição para reagir ou se rebelar. Esse “ritual” seria uma tentativa de dominar não apenas os corpos, mas também a subjetividade dos negros e negras. Uma violência simbólica a fim de torná-los subalternos ao sistema escravista, e assim, uma tentativa e de apagar a identidade cultural e histórica de um povo, como se o fato de rodarem em torno de uma árvore apagasse de suas mentes aquilo que estava gravado em cada parte do seu ser (Atlântico Negro, 1998).

Diversos grupos étnicos ou nações, com culturas também distintas, foram trazidos para o Brasil, a Guiné e o Sudão, ao norte da linha do Equador, o Congo e Angola, no centro e sudoeste da África, e a região de Moçambique, na costa oriental, foram as principais áreas fornecedoras. Das duas primeiras vieram, entre outros, os afantis, axantis, jejes, peuls, hauçás (muçulmanos, chamados de malês na Bahia) e os nagôs estes últimos tinham uma grande influência política, cultural e religiosa em ampla área sudanesa, eram de cultura banto os negros provenientes do Congo e de Angola, os cabindas, caçanjes, muxicongos, monjolos, rebolos, assim como os de Moçambique (Biblioteca Nacional, 1998, p. 9).

Ao chegar ao Brasil, os senhores de escravizados/as costumavam renomear os recém-chegados com nomes cristãos, geralmente retirados do calendário litúrgico católico (Florentino, 2009), o ato de renomear não era apenas uma ferramenta de assimilação religiosa, reforçava a condição de submissão, além disso ao remover o nome original, os senhores desarticulavam a memória e a conexão dos/as escravizados/as com suas origens e cultura africanas (Reis, 1996). Com a abolição da escravidão em 1888, os negros e negras libertos foram lançados/as à própria sorte, sem acesso à terra, ao trabalho digno ou inclusão social; sem políticas de reparação ou integração permanecendo à margem de uma sociedade que continuava a privilegiar a uma burguesia branca, acentuando um ciclo de exclusão e pobreza que perpetuou a desigualdade racial e social, configurando uma das principais causas estruturais da situação de rua.

Não se trata de operários, que, expulsos de uma fábrica, achem lugar em outra; nem de famílias que possam imigrar, nem de jornaleiros que vão ao mercado de trabalho oferecer os seus serviços; trata-se de uma população sem meios, sem recurso algum, ensinada a considerar o trabalho como uma ocupação servil, sem ter onde vender os seus produtos, longe da região do salário – e que por isso tem que resignar-se a viver e criar os filhos, nas condições de dependência e miséria em que se lhes consente vegetar (Pereira, 2008. p. 47).

Ao analisarmos a origem do fenômeno população em situação de rua, de acordo com Cerqueira (2011) podemos localizar a vinculação de seu surgimento com o fim do regime de trabalho escravo e a transição para o regime de trabalho livre e assalariado na agenda política do processo de abolição, a integração do negro ao mercado de trabalho e na vida societária foi negada. “Por um longo período boa parte dos ex- escravizados permaneceu nas propriedades rurais sob baixíssima remuneração” (Cerqueira, 2011, p. 69). Mesmo com a estruturação do sistema de produção sob o capitalismo, não há o rompimento com as formas pretéritas de exploração hoje a população em situação de rua no Brasil é predominantemente

composta por pessoas negras, evidenciando o peso histórico do racismo estrutural (Silva, 2009).

A exclusão econômica e social herdada do período escravocrata persiste, refletindo-se na dificuldade de acesso a oportunidades de emprego, educação e moradia, essa herança também perpetua a discriminação, que muitas vezes impede avanços para a autonomia e a dignidade dessas pessoas. Além disso o processo de urbanização desigual agravou a vulnerabilidade dos mais pobres, que sem recursos ou acesso a políticas habitacionais, encontraram nas ruas sua única alternativa. O apagamento histórico das contribuições dos povos africanos e indígenas na formação do Brasil também reforçou a invisibilidade dessa população, perpetuando estereótipos que culpabilizam os indivíduos por sua condição, ignorando o contexto histórico e estrutural (Silva, 2009).

As condições histórico-estruturais que originaram e reproduzem continuamente o fenômeno população em situação de rua na sociedade capitalista são as mesmas que deram origem ao capital e asseguraram a sua acumulação (Silva, 2009, p. 25).

No Brasil o processo de efetivação neoliberal marca uma inflexão importante na reconfiguração da população em situação de rua; neste período o Estado se reorienta principalmente a serviço dos interesses da minoria que detém os meios de produção, enquanto a população apartada do processo produtivo tende a crescer aumentando o contingente da superpopulação relativa, e junto com ela a população em situação de rua. A hegemonia neoliberal no Brasil traz uma nova adaptação do país às requisições da ofensiva do capitalismo mundial, ao mesmo tempo em que reedita o drama crônico como negação da radicalização democrática (Behring, 2003).

A burguesia brasileira, aliada ao Estado, reitera o seu descompromisso com a “ideia de nação” em sua configuração democrática, reafirmando características históricas da formação de uma cultura com marcas de autoritarismo, patrimonialismo, clientelismo, e privatização do público. Um fenômeno complexo que tem raiz na desigualdade econômica, na exclusão social, na falta de acesso a direitos básicos e na invisibilidade, portanto em um conjunto de privações e sofrimentos.

A pesquisa nacional do Governo Federal para mensurar a quantidade e perfil de pessoas em situação de rua foi realizada em 71 cidades brasileiras em 2009, e 10,4% do total encontrado foram escolhidos pela “técnica de amostragem

probabilística sistemática” (Brasil, 2009, p. 5) Os dados da pesquisa demonstram que existiam 31.922 pessoas vivendo em situação de rua: 82% são homens, 53% possuem idade entre 25 e 44. As mulheres são 18% e 55% têm entre 30 e 49 anos, 68%, são negras, sendo 51% pardas e 17% pretas. Apesar de as mulheres representarem apenas 18% do total de pessoas vivendo nas ruas, foram vítimas de 40% dos casos de violência notificados em 2022 (Brasil, 2022).

Um fator comum expresso por Prates e Machado (2011) é a predominância masculina na situação de rua, apesar disso, o número de mulheres neste processo de rualização está subindo, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) revelam que o número de mulheres no Brasil é maior que o de homens, sendo que na região Sudeste a diferença é ainda maior, além disso os homens negros jovens e adultos morrem mais, enquanto vítimas de acidentes de trânsito e da violência. Seguindo essas informações, chama atenção o fato de a população em situação de rua ser majoritariamente masculina.

Em estimativa apresentada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA 2021-2022), no ano de 2022, havia 281.472 pessoas em situação de rua, a maioria delas na região sudeste do país e em municípios de grande porte; dessas pessoas 87% eram do sexo masculino, 55% com idades entre 30 e 49 anos, 13% são mulheres e 68% delas são negras.

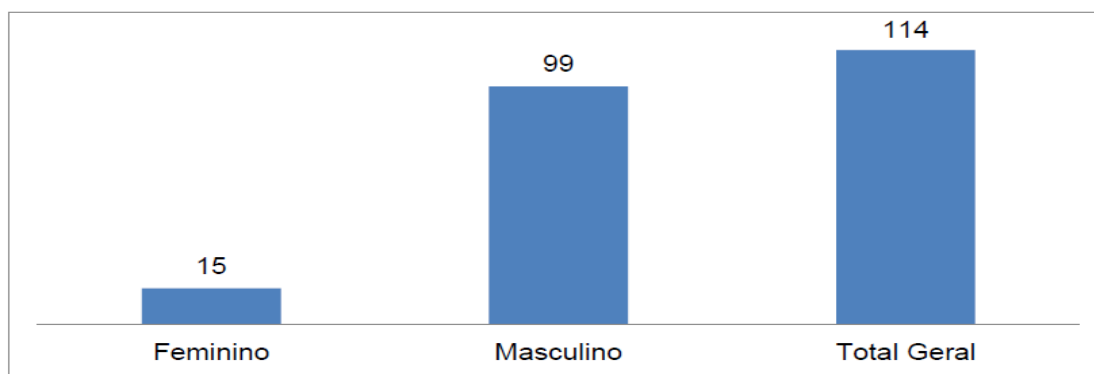
De acordo com dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (BRASIL-SINAN 2022) que informam sobre registros de violências de pessoas que buscam o sistema de saúde, apesar de as mulheres em situação de rua representarem apenas 13% do total dessa população, elas foram vítimas de 40% dos casos notificados em 2022 demonstrando a gravidade da situação de vulnerabilização na qual se encontram.

A População de rua que aumentou cerca de 211% entre os anos de 2021 a 2022 de acordo com um estudo também feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA 2021-2022) com os dados do Cadastro Único do Governo Federal, dos Registros Mensais de Atendimento Socioassistencial do Censo Suas (Brasil, 2022), o perfil da população de rua mudou com a pandemia, tornou se mais do que evidente a maior presença das mulheres vivendo nessa situação, sozinhas ou levando consigo filhos, crianças e adolescentes, idosos. O observatório de Políticas Públicas

para a População em Situação de Rua notou o número aumentado das mulheres nesse patamar de absoluta miserabilidade e, dentre elas, um número expressivo de mulheres negras.

O I Censo sobre a População em Situação de Rua do município de Campos dos Goytacazes foi coordenado pela Vigilância Socioassistencial da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social (SMDHS), com as finalidades, a saber: identificar e contabilizar a população em situação de rua existente no município; Ressalta-se que o trabalho identificou que a população em situação de rua do município é, majoritariamente, do gênero masculino, negra, solteira e na faixa etária compreendida entre os 30 e 59 anos.

Gráfico 4. Montante de pessoas em situação de rua entrevistadas, por gênero – 2022.

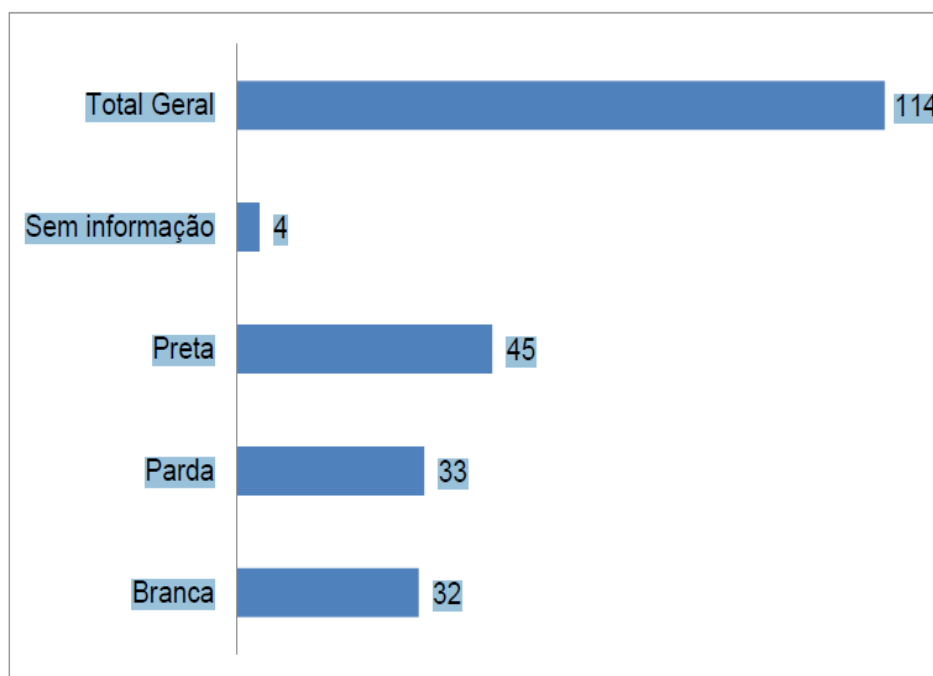


Fonte: Vigilância Socioassistencial. Questionário de coleta de dados do Censo, 2022.

Gênero

No quesito gênero, há a predominância do gênero masculino (87%) em situação de rua, seguido do gênero feminino (13%). Ressalta-se que a informação de gênero foi autodeclaratória, assim como os demais dados apresentados. Além disso, foram disponibilizados diferentes tipos de gênero para que o entrevistado pudesse sinalizar com o qual se identificava. enquanto a ida dos homens às ruas tem um caráter de ruptura com os vínculos que os identificavam socialmente como provedores do lar e do sustento, caindo em degradação social, ainda permanecia uma tendência de desejo de retorno ao modo de vida anterior. Com as mulheres, a situação de rua é, na maioria das vezes, uma saída para fugir do ciclo de violência doméstica e descontentamentos no ambiente doméstico, o que resulta majoritariamente na vontade de permanecer longe do antigo lar ou construir um novo (Carvalho, 2021).

Gráfico 5. Montante de pessoas em situação de rua entrevistadas, por raça/cor – 2022.



Fonte: Vigilância Socioassistencial. Questionário de coleta de dados do Censo, 2022.

Raça/cor

No gráfico abaixo, nota-se que a população em situação de rua em Campos dos Goytacazes/RJ é predominantemente negra, visto que 39% das pessoas se autodeclaram pretas e 29% como pardas. Totalizam-se, assim, 68% de pessoas negras, tendo em vista que se compreende que a população negra é formada por pessoas que se autodeclaram pretas e pardas.

A população em situação de rua no Brasil é um fenômeno que evidencia as profundas desigualdades sociais e econômicas do país, essa condição marcada pela precariedade de acesso a serviços básicos e pela marginalização social, não é apenas um problema individual, mas um reflexo de um sistema que falha em garantir direitos fundamentais, como saúde, educação, trabalho e habitação.

Entre os fatores que contribuem para essa realidade estão o desemprego, os baixos salários, a falta de políticas habitacionais acessíveis e as crises econômicas, além disso, questões o uso abusivo de álcool e outras drogas, problemas de saúde mental e rupturas familiares agravam ainda mais a vulnerabilidade dessa população

O acesso a direitos básicos é um desafio cotidiano para quem vive nas ruas, sem endereço fixo, muitos enfrentam dificuldades para acessar serviços de saúde, matricular filhos na escola ou mesmo se candidatar a empregos, essa exclusão cria um ciclo vicioso, que precisa ser enfrentado onde a falta de oportunidades perpetua onde a condição de rua e reforça o estigma social que recai sobre essas pessoas.

A Política Nacional para a População em Situação de Rua Decreto nº 7.053 (Brasil, 2009) é um marco no reconhecimento dos direitos dessa população. Ela reconhece o problema como pauta social e define diretrizes para ações governamentais e articulação intersetorial, com foco na garantia de direitos, como moradia, saúde, educação, trabalho e segurança alimentar. A inclusão no Cadastro Único para Programas Sociais é essencial para a população em situação de rua acessar benefícios como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Essas iniciativas visam aliviar a pobreza extrema e criar condições para a superação da vulnerabilidade social. Os Centros Pop (Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua) é equipamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) voltado especificamente para atender pessoas em situação de rua.

Silva (2019) pontua que apesar dos avanços, há muitos desafios na implementação dessas políticas, como a falta de articulação entre os diferentes níveis de governo, recursos insuficientes e preconceito estrutural contra a população em situação de rua. Além disso, a pandemia de COVID-19 agravou a situação, aumentando a demanda por serviços públicos e expondo a fragilidade das condições de vida desse grupo.

A efetivação de políticas públicas para a população em situação de rua depende de um compromisso contínuo do Estado e da sociedade e isso inclui maior investimento em programas sociais, ampliação de vagas em serviços de acolhimento, (Silva, 2009). A construção de uma sociedade mais inclusiva requer não apenas políticas públicas robustas, mas também o engajamento coletivo em favor do respeito da dignidade e da garantia de direitos para todas as pessoas. É necessário investir em políticas habitacionais inclusivas, criar programas de qualificação profissional, fortalecer a rede de proteção social e combater o preconceito que isola ainda mais essas pessoas, campanhas de conscientização são essenciais para humanizar essa

questão, promovendo a empatia e desafiando os estereótipos associados à condição de rua (Souza. Jr, 2017).

Em síntese, a população em situação de rua no Brasil é um reflexo da desigualdade estrutural que permeia a sociedade, o enfrentamento desse desafio não pode ser tratado de forma superficial, mas como uma prioridade que exige compromisso e ações concretas de toda a sociedade. Garantir os direitos dessas pessoas é não apenas uma obrigação moral, mas um passo essencial para a construção de um país mais justo e inclusivo. As pessoas em situação de rua sofrem diariamente os mais diversos tipos de transgressões sociais, destituídos de seus direitos, são estigmatizados de forma negativa, sendo excluídos da sociedade, como se não fizessem parte da humanidade, como afirma Behring (2003).

Para romper com esse ciclo também é necessário reconhecer a dívida histórica que o Brasil tem com os descendentes de escravizados e viabilizar Políticas públicas que promovam a reparação histórica, a superação da situação de rua e a implementação de políticas reparatórias afirmativas para a população negra no Brasil. São medidas essenciais para combater desigualdades históricas e garantir o acesso a direitos fundamentais. Estas questões estão interligadas, pois o racismo estrutural tem papel central na perpetuação das desigualdades que colocam uma parcela significativa da população negra em situação de rua, sendo reflexo de um passado marcado pela escravidão e pela ausência de políticas públicas que garantissem integração socioeconômica após a abolição formal da escravidão em 1888 (Carneiro, 2005).

O racismo estrutural perpetuado nas esferas social, econômica e política dificulta o acesso à moradia, educação, trabalho digno e saúde para a população negra, essa realidade agrava a exclusão social, levando muitos ao ciclo de pobreza extrema que culmina na situação de rua (Almeida, 2018). A ligação entre a população em situação de rua e o processo de escravização no Brasil é evidente e dolorosa, o enfrentamento dessa questão não se limita à assistência imediata, mas exige um compromisso com a justiça histórica e a promoção de equidade, somente ao confrontar as desigualdades do passado e superá-las, será possível construir um futuro mais equânime, o sistema colonial não se encerrou com o fim formal da escravidão ou com a independência política, ele persiste como *colonialidade*, um padrão de poder que ultrapassa as antigas relações formais de dominação, revela que

a lógica colonial não é apenas um eco distante, mas um sistema ativo que organiza hierarquias, define quem tem acesso aos direitos e impõe narrativas sobre quem pertence e quem é descartável (Quijano, 2005).

1.1 Políticas Sociais e a luta pelo bem-estar: O Papel do Estado na Proteção sob perspectiva da garantia de direitos.

O Estado tem como dever assegurar também a população em situação de rua o acesso a proteção dos direitos humanos, nesse sentido as políticas públicas sobretudo as políticas sociais devem ser entendidas como a mão do Estado implantando ações voltadas para sociedade. As políticas sociais são conduzidas para a garantia de direitos e para inclusão social, buscando assegurar condições dignas, com intuito de mitigar as desigualdades sociais, de acordo com Carvalho (2007). As políticas sociais desempenham um papel crucial no enfrentamento dessas desigualdades e na promoção da inclusão e da equidade.

Carvalho (2007) destaca a transversalidade como uma característica da política social, compreendida como uma qualidade que perpassa por múltiplas áreas, visões e enfoques sobre problemas, bem como responde às demandas sociais, em um contexto governamental e social cada vez mais múltiplo. Uma visão transversal tornou-se essencial para que políticas sociais possam criar soluções adequadas para problemáticas contemporâneas, e este caráter genérico colocado pelo autor acentuam o caráter contraditório que a política social possui, uma vez que, ela se modifica e se gesta de acordo com os interesses dos grupos que a implementam.

Política de ação que visa, mediante esforço organizado e pactuado, atender necessidades sociais cuja resolução ultrapassa a iniciativa privada, individual e espontânea, e requer deliberada decisão coletiva regida por princípios de justiça social que, por sua vez, devem ser amparados por leis impessoais e objetivas, garantidoras de direitos [...]. Em poucas palavras, ela envolve o exercício do poder praticado conscientemente, por indivíduos, grupos, profissionais, empresários, trabalhadores, entre vários segmentos sociais que tentam influir na sua constituição e direção (Potyara, 2011, p.172).

A partir das mudanças trazidas pela Revolução Industrial, principalmente na França e Inglaterra, foram sendo construídos modelos de proteção social, o período conhecido como *Welfare State* (Estado de Bem-Estar Social), tornou-se um marco para a política social, os “anos de ouro” do capitalismo. O *Welfare State* pode ser

considerado a forma mais moderna da execução de proteção social realizada pelo Estado, dando-lhe o caráter de proteção social pública, o seu surgimento é fruto de uma conjuntura histórica, formada pelos efeitos da crise no pós-guerra, da disseminação do modelo fordista. (Potyara, 2011). Já no Brasil nem todas as formas institucionalizadas de proteção social podem ser consideradas a execução do “Estado de Bem-Estar”.

Welfare State, ao contrário da política social, tem uma conotação histórica e normativa específica, que decorre do fundamento, dinâmica e institucionalidade próprios do perfil capitalista regulado que passou a vigorar a partir da Segunda Guerra Mundial. Já a política social não. Esta, a seu ver, tem caráter e escopo genéricos, que lhe permitem estar presente em toda e qualquer ação que envolva ação do Estado compartilhada por diversos agentes “interessados” no atendimento de demandas e exigências não exclusivamente democrático-cívicas (Potyara 2011. p. 26).

Autores como Evelina Dagnino (2004) e André Singer (2012) destacam que o Welfare State emergiu em contextos específicos de países centrais, como resposta às crises econômicas e às demandas dos movimentos sociais no século XX. Ele ganhou força no pós-Segunda Guerra Mundial, articulando os princípios do pleno emprego, seguridade social e acesso universal a serviços básicos. No entanto, sua implementação em países periféricos, como o Brasil, é marcada por desafios históricos e estruturais.

Conforme afirma Paulani (2018) a institucionalização do Welfare State possibilitou a expansão da política social, bem como, garantiu seu caráter de direito de cidadania, a sua criação é fruto de uma conjuntura histórica, o surgimento dos Estados-nação, trata-se, portanto de um momento histórico específico. Dentre as diferentes interpretações e abordagens sobre o tema, há entre muitos autores a ideia de que política social e *welfare state* são fenômenos idênticos, no entanto, faz-se necessário ter clareza quanto às diferenças, para não conceituarmos política social e *welfare state* enquanto sinônimos (Paulani, 2018).

No Brasil o debate sobre o *Welfare State* ganha relevância especialmente após a Constituição de 1988, que inaugurou um novo paradigma de direitos sociais. Segundo Marilena Chauí (2000), a Constituição brasileira estabeleceu uma "utopia democrática" ao promulgar a universalização de direitos em um país historicamente excludente. Entretanto Chauí (2000) alerta que a aplicação prática desse modelo tem

sido limitada pela concentração de renda e pelo poder econômico de elites que resistem à redistribuição.

Responsabilidade estatal na manutenção das condições de vida dos cidadãos por meio de um conjunto de ações em três direções: regulação da economia de mercado a fim de manter elevado o nível de emprego; prestação de serviços sociais universais como educação, segurança social, assistência médica e habitação; e um conjunto de serviços sociais pessoais; 2. Universalidade dos serviços sociais; e, 3. Implantação de uma “rede de segurança” de serviços de assistência social (Behring; Boschetti, 2008, p. 94).

As políticas sociais, enquanto agente de bem-estar social, não se configura apenas de atendimento das demandas sociais, ou da luta dos trabalhadores por melhores condições de vida, ela é contraditoriamente, uma maneira de manter os trabalhadores aptos para a venda da força de trabalho. Esse esforço organizado e pactuado deve apresentar o caráter compensatório frente às desigualdades e injustiças próprias do sistema capitalista, através da satisfação das necessidades sociais, através da provisão de bem-estar, o que ocorre mediante disputas entre os atores sociais. Essa provisão tem intrínseca ligação com a função exercida pelas políticas sociais.

Pastorini (1997) ao analisar esse caráter contraditório das políticas sociais, afirma que essas são fruto de um processo que se configura em demanda, luta e negociação, a autora tece uma análise crítica que coloca as políticas sociais enquanto resultado do binômio concessão-conquista, embora essa análise tenha possibilitado a compreensão que as políticas sociais são também fruto, das lutas de classe. A proteção social deve ser compreendida enquanto direito social, sendo o Estado à instância capaz de prover essa proteção sob a lógica dos direitos e em cobertura universal. As políticas sociais configuram-se como um dos principais agentes de materialização da proteção, mesmo sendo essa parte de um contexto contraditório de lutas e negociações, e que embora, seja instrumento para a provisão de bem-estar não é capaz de promover resolutividade face à questão social no âmbito do sistema capitalista.

As políticas sociais no Brasil passou na década dos anos 90 por importantes transformações, que a deslocam do campo da benemerência para o campo da Seguridade Social, Fagnani (2005) destaca a seguridade social como uma das bases do Welfare State brasileiro estabelecida pela Constituição de 1988, ele aponta que o

Sistema Único de Saúde (SUS), o Sistema único de Assistência Social (SUAS) e a Previdência Social representam conquistas importantes no sentido de garantir direitos universais, contudo Fagnani (2005) ressalta que essas políticas enfrentam constantes pressões por cortes orçamentários, principalmente em contextos de austeridade fiscal.

Para Castel (2005, p. 92) “a proteção social é a condição para construir uma “sociedade de semelhantes: um tipo de formação social no meio da qual ninguém é excluído”. Segundo o autor ser protegido do ponto de vista social é dispor, de direito, das condições sociais mínimas para ter independência, essa concepção imbuída da noção de direito se opõe às ações filantrópicas e repressivas construídas nas sociedades pré-capitalistas. Podemos verificar necessidade das políticas sociais, mas o desafio é efetivar uma política social que atenda os princípios de eficiência e eficácia, ou seja que possa atingir os objetivos propostos, e isso vai depender do tipo de Estado, do tipo de governo, das características da sociedade, da orientação ideológica, da disponibilidade de recursos financeiros e, também pela conjuntura internacional (Bering, 2007).

Fagnani (2005) enfatiza que a fragmentação das políticas sociais no Brasil reflete as contradições entre os interesses das elites econômicas, para ele o país vive um “*Welfare State* inacabado”, em que as políticas públicas convivem com a permanência de desigualdades estruturais.

Não podemos deixar de considerar os embates e repercussões trazidos pela agenda neoliberal e pelos cortes no âmbito da política social feitos pelo Estado, o processo de implementação de políticas neoliberais no Brasil é amplamente discutido Paulani (2018) que argumenta que o avanço do neoliberalismo, especialmente a partir da década de 1990, enfraqueceu os pilares do utópico *Welfare State* brasileiro ao priorizar o ajuste fiscal e a redução do papel do Estado na economia, e critica as reformas trabalhistas e previdenciárias como estratégias que aprofundam as desigualdades e comprometem a proteção social.

Para Antunes (2018) o avanço da precarização e da informalidade no Brasil cria um cenário de exclusão social que dificulta a consolidação de políticas universais. A política social não pode ser compreendida como um elemento de posse exclusiva de determinada classe social, nem tão pouco, que seus efeitos sejam unilaterais, exclusivamente positivos, ou exclusivamente negativos, há de se considerar o caráter

contraditório que a envolve, enquanto fruto da relação entre Estado e sociedade. As mudanças ocorridas nessas políticas são tão reais quanto os desafios postos em sua implementação e consolidação, a validação cotidiana dos direitos assegurados é uma realidade colocada diante dos profissionais executores e daqueles que pensam a política social; isto requer um esforço diário, para que mesmo nas contradições, as mudanças sejam efetivas.

Para Santos (1989, p. 36) “política social é toda política que ordene escolhas trágicas segundo um princípio de justiça consistente e coerente”. Tais escolhas são feitas sob a lógica do desequilíbrio, entre a escassez de recursos e as diversas vulnerabilidades da população, e que por isso podem ser consideradas trágicas, pois muitas demandas deixam de ser atendidas em decorrência da escassez dos recursos públicos. Frente a isso, cabe colocar a pergunta: Será que tais escolhas políticas, decorrentes das restrições financeiro-orçamentárias, implicam na impossibilidade de garantir o mínimo existencial ao cidadão? (Santos, 1989).

A Política Social brasileira compõe-se e recompõe-se, conservando em sua execução o caráter fragmentário, setorial e emergencial, sempre sustentada pela necessidade de dar legitimidade aos governos que buscam bases sociais para manter-se, passa a serem discutidas em espaços transnacionais, cujos acordos são impostos e aceitos a ponto de modificarem e influírem na execução e definição das políticas nacionais.

Nas formulações de Marshall (1967) sobre a cidadania, a política social destaca o padrão de bem-estar social europeu, nas postulações liberais em que a educação seria o único direito social incontestável, definida como uma igualdade humana básica. Marshall (1967) também sustentava o conceito de cidadania integrando as liberdades individuais expressas pelos direitos civis (direito de ir e vir, de imprensa, de fé e de propriedade), os direitos políticos (votar e ser votado e participar no poder político), e os direitos sociais (acesso a um mínimo de bem-estar econômico e de segurança) nesse sentido as políticas sociais podem ser consideradas como sendo aquelas ações governamentais desenvolvidas que visam a garantir direitos e condições dignas de vida à sociedade como um todo, são estas políticas que asseguram à população o exercício do direito de cidadania, assim, a construção dos

direitos sociais reporta-se a uma estratégia de enfrentar a temática da desigualdade, no debate político das sociedades modernas.

Conforme defende Marshall (1967, p. 67) “os direitos sociais se referem ao direito a um mínimo de bem-estar social, e sua consolidação só seria alcançada quando todos os cidadãos tivessem acesso a esse mínimo”. As políticas sociais, por sua vez, podem ser definidas como um conjunto de ações, programas e serviços públicos dirigidos à redução das desigualdades, garantia de direitos e promoção do bem-estar, contudo a efetividade dessas políticas depende de seu desenho, implementação e monitoramento, além de sua capacidade de articular-se a dimensões como habitação, saúde, educação, trabalho e segurança social (Silva, 2009). A cidadania, segundo Margalit (2010) deve ser entendida como uma questão ética, e que a construção de uma sociedade justa requer um compromisso ético com a dignidade humana, onde a cidadania é vista como um direito fundamental que deve ser protegido e promovido. Margalit (2010) sugere que a cidadania é um dos pilares da justiça social, uma cidadania que respeita a dignidade de todos os indivíduos contribui para a criação de uma sociedade que não apenas distribui recursos de maneira justa, mas também promove um ambiente onde todos podem viver com dignidade e respeito.

Nossa sociedade sistematicamente segrega alguns indivíduos, deixando-os em uma condição estritamente negativa, por isso é papel do Estado é garantir direitos que contemplem minimamente uma existência digna a todos/as, mas para que isso aconteça, é necessário que haja uma série de fatores que incluam desde o compromisso com a população, sobretudo a população em situação de rua que é deixada às margens do direito, muitas vezes suas garantias fundamentais não reconhecidas ou são violadas diariamente (Costa, 2005).

1.2 Políticas Sociais e sua relação com as mulheres pretas em situação de rua: Lacunas e obstáculos

Ao pensarmos nas mulheres pretas em situação de rua, no que se refere ao exercício dos seus direitos de cidadania, podemos observar que se apresentaram como um público que precisa da efetivação das de políticas sociais enquanto cidadãos de direitos, como destaca Tiene (2004, p. 19) “a mulher e o homem são levados a

morar na rua por uma condição imposta pela sociedade de classes, organizada para defender a mercadoria e o mercado, e não a pessoa e a vida”.

Marques e Silva (2021) pontua que em relação a questão das mulheres pretas em situação de rua ainda há um bloqueio para os órgãos governamentais e para a sociedade, pois não é possível efetivar políticas sem ter o pleno conhecimento da sua realidade, é necessário que haja uma maior visibilidade para essa demanda, para alcançar uma equidade com concepção espessa de justiça social, próxima ao que Esping-Andersen (1991) chamou de processo de "desmercantilização", ou seja a atitude de elevar a responsabilidade pública acima da dinâmica mercadológica e da tradição familiar na provisão dos bens e serviços dos seus sistemas de proteção social, para isto é preciso ofertar uma larga quantidade de benefícios e serviços sociais visando uma qualidade de vida universal a todos os cidadãos e cidadãs sem qualquer tipo de distinção.

A situação de mulheres pretas em situação de rua representa um fenômeno social de alta complexidade, marcado pela interseção de fatores como desigualdade de gênero, raça, classe e território, a vulnerabilidade social das mulheres é historicamente enraizada em processos estruturais de exclusão, que ainda permeia as relações sociais e políticas, e, portanto, deve ser analisada em sua complexidade. As Políticas Sociais emergem como ferramentas cruciais para enfrentar essa problemática, com potencial de mitigar os impactos do racismo estrutural e das desigualdades de gênero, contudo é essencial analisar criticamente se essas políticas são adequadas e eficazes na promoção da inclusão e na garantia de direitos das mulheres pretas em situação de rua, e essa análise requer uma abordagem interseccional, na medida que tal abordagem permite evidenciar as lacunas entre as diretrizes normativas e a realidade vivenciada por essas mulheres (Marques; Silva 2021).

Ao analisar as políticas sociais direcionadas à população em situação de rua, Silva (2018) identifica uma fragmentação das ações, muitas vezes centradas em ofertas emergenciais (como abrigos/acolhimentos institucionais ou distribuição de alimentos) sem a devida articulação intersetorial e quando observadas sob o recorte da interseccionalidade, essas iniciativas raramente contemplam a condição específica de mulheres negras, negligenciando necessidades relacionadas à saúde mental,

cuidados com filhos, proteção contra violência sexual, acesso a serviços de saúde reprodutiva e ao trabalho formal (Silva, 2018).

A presença de mulheres pretas em situação de rua no Brasil compõe um cenário traçado por marcadores sociais, consequência de um processo histórico enraizado em desigualdades de gênero, raça e classe. Essas mulheres vivenciam, cotidianamente, uma realidade de escassez e insegurança, fruto tanto do racismo estrutural quanto do patriarcado e da precariedade econômica. A ausência de moradia segura, o acesso limitado à saúde, à educação e à proteção social, aliados à violência física, sexual e psicológica, configuram um quadro complexo que demanda políticas públicas efetivas e intersetoriais (Marques; Silva, 2021). Nesse contexto, de acordo com Silva (2009), as políticas sociais apresentam-se como instrumentos necessários para o enfrentamento da problemática, ao englobar programas e iniciativas estatais voltadas à proteção, promoção e garantia de direitos sociais, e tais políticas podem construir pontes entre o Estado e populações historicamente excluídas. No entanto, a eficácia dessas políticas em relação às mulheres pretas em situação de rua é muitas vezes questionável, devido à ausência de uma perspectiva interseccional que considere a sobreposição de desigualdades e opressões (Marques; Silva, 2021).

As mulheres pretas em situação de rua sofrem diariamente os mais diversos tipos de transgressões sociais, sendo destituídas de seus direitos, sendo excluídas da sociedade, como se não fizessem parte da humanidade, a situação dessas mulheres não está desconectada da análise de uma sociedade capitalista, as violências de gênero, raça e classe apresentam-se de formas variadas, estando intimamente ligadas às relações sociais, em uma sociedade marcada pela desigualdade. A exploração capitalista e a opressão de gênero caminham lado a lado desde o início, a condição das mulheres dentro desse contexto é marcada por uma dupla exploração que as coloca em uma posição de extrema vulnerabilidade.

Para enfrentar essa realidade, é fundamental adotar políticas que promovam igualdade de gênero, e realmente o acesso universal à direitos fundamentais. Na visão de Silva (2009) as mulheres pretas em situação de rua enquanto cidadãs são ceifadas de cidadania, compõe um contingente populacional extremamente carente, a história da subordinação das mulheres sempre aconteceu nas sociedades de classe, contudo nas sociedades capitalistas a origem da opressão de gênero está no cerne de sua estrutura. Conforme Tiene (2004) o ambiente da rua é formulado como espaços de

regras machistas onde o homem é o detentor do poder, o que não diferencia da sociedade em geral que trata a mulher como um ser inferior, Lerner (2019) argumenta que a opressão das mulheres é uma construção histórica que se manifesta em diferentes esferas, como nas famílias e nas instituições religiosas e governamentais, a autora destaca o controle patriarcal sobre os corpos das mulheres, evidenciando como a apropriação da função sexual e reprodutiva das mulheres pelos homens estabeleceu relações econômicas que precederam a formação da propriedade privada e da sociedade de classes.

Apesar das políticas públicas existentes, muitas barreiras impedem a sua plena efetivação, a precariedade de recursos, a falta de articulação entre os níveis de governo e o fortalecimento de discursos conservadores dificultam a implementação de políticas inclusivas. Além disso, o patriarcado continua a exercer influência sobre as instituições estatais, perpetuando desigualdades e dificultando o acesso das mulheres aos seus direitos (Carneiro, 2005). É fundamental que as políticas sociais sejam ampliadas, fortalecidas e executadas de maneira inclusiva, visando a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Crenshaw (2002) pontua que a interseccionalidade é uma ferramenta indispensável para compreender como raça, gênero e classe interagem para criar camadas de desigualdade, portanto a formulação de políticas sociais para serem eficazes deveriam considerar essas interseções, promovendo uma justiça que abarque todas as dimensões da opressão (Crenshaw, 2002).

Logo as políticas públicas muitas vezes não contemplam a complexidade dessas vivências, adotando soluções genéricas que falham em responder às necessidades específicas desse grupo conforme argumenta Marques e Silva (2021) dados e pesquisas sobre a população em situação de rua geralmente carecem de recortes interseccionais que evidenciem a realidade de mulheres pretas, e sem informações detalhadas, é impossível planejar ações efetivas (Akotirene, 2018).

“As formas – às vezes mais, às vezes menos institucionalizadas – que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio e as privações (Giovanni, 1998, p.10).

De acordo com Tiene (2004) as mulheres negras ainda que componham menor número da população em situação de rua, têm trajetórias histórias e conflitos diferentes, adotando estratégias distintas dos homens para sobrevivência nas ruas, a

vida na rua expõe as mulheres nessa situação a riscos que requerem abordagens específicas e políticas sociais realmente efetivas, pois o grau de vulnerabilidade por estar na rua, se torna ainda maior pela sua condição de gênero, onde estão propensas a diversos tipos de violências.

Vimos que a Constituição Federal do Brasil de 1988 é considerada a “Constituição Cidadã”, em razão da ênfase dada aos direitos humanos (Brasil, 1988), garantindo que todo sujeito deve ser respeitado enquanto titular de direitos e garantias constitucionais, em especial as inerentes à dignidade; todavia há uma realidade que foge às expectativas narradas quando se trata das mulheres pretas em situação de rua, o direito acaba por ser construído a partir de visões específicas de mundo, que não correspondem à realidade dos sujeitos e sujeitas vulnerabilizados (Sousa Jr, 2017). Conforme afirma Costa (2005) os direitos assegurados constitucionalmente e legalmente, não são achados por essas mulheres pretas em situação de rua, o que demonstra a necessidade de se debater a eficácia das políticas sociais e o acesso a elas, e também pensar sobre a formulação dessas políticas que na maioria das vezes, obedece a lógica de cima para baixo, ou seja, são criadas a partir daqueles que detêm o poder, sem a participação daqueles que seriam seus/as beneficiários/as. Para as mulheres, as experiências vividas que as colocam nesse lugar acrescem as desigualdades de gênero e poder que são determinadas por marcadores sociais (Saffioti, 2007).

TRECHO DE ENTREVISTA: “Tenho a expectativa de subir na vida; ter uma vida como todo mundo que tem uma casa, quando eu tiver uma casa, tudo vai ser diferente.” (Antonieta de Barros 30 anos, mulher preta cis, que passou por um Acolhimento Institucional).

Segundo Boschetti (2004) as políticas públicas sociais desenvolvem-se de maneira lenta com resultados pouco significativos e apenas emergenciais, já que o avanço do capitalismo continua na contemporaneidade e a exploração dos capitalistas sobre os trabalhadores, ainda é a atual realidade da sociedade, a autora enfatiza sobre a importância da construção de políticas para redução de desigualdades sociais.

Ainda que incapazes de instituir a plena igualdade de condições no capitalismo, as políticas sociais podem constituir uma via para a redução das desigualdades sociais, desde que assumidas pública e institucionalmente como sistemas legais e legítimos de garantia de direitos e não apenas como

programas focalizados de combate à pobreza extrema (Boschetti 2004, p.234).

Podemos afirmar, portanto, que situação de rua é um fenômeno complexo, derivado de fatores estruturais como o racismo, a desigualdade de gênero, para as mulheres pretas, esses fatores são ainda mais intensificados criando barreiras adicionais ao acesso às políticas públicas. Apesar de esforços para ampliar a rede de proteção social, persistem lacunas significativas na implementação de políticas que considerem a especificidade dessas experiências.

Logo ao pensar a interseccionalidade de raça, gênero e condição socioeconômica, podemos refletir como a ausência de uma abordagem sensível a essas dimensões perpetua ciclos de exclusão e invisibilidade. As mulheres pretas em situação de rua enfrentam uma sobreposição de vulnerabilidades que decorrem do racismo, do machismo e da desigualdade social, embora existam políticas sociais destinadas à população em situação de rua, essas iniciativas frequentemente não atendem de forma eficaz às necessidades específicas das mulheres pretas, refletindo lacunas estruturais e obstáculos que dificultam sua inclusão social e a garantia de seus direitos (Silva; Dias, 2018).

Essas mulheres vivenciam formas extremas de exclusão além de dificuldades no acesso à saúde, moradia e trabalho digno, muitas são mães e enfrentam a perda ou fragilização dos vínculos familiares, agravada pela falta de políticas que reconheçam suas necessidades específicas (Silva; Dias, 2018) sendo necessário, portanto, ouvi-las em suas singularidades e o que de suas vivências apontam para uma realidade comum, que denuncia. Às condições estruturais que estão submetidas. Assim como nos permite desenvolver um olhar ampliado e estratégia mais eficazes de efetivação de políticas públicas de garantia de direitos e seguridade social à estas mulheres marginalizadas histórica e cronicamente na sociedade brasileira. Para tanto, nosso trabalho de campo, viabilizou a escuta destas mulheres.

Relatos da vida

Sou Antonieta, uma mulher de 30 anos, sou mãe de 2 crianças, eu enfrentei muitas coisas ao longo da minha vida, desde criança já era difícil, sou aqui de Campos, conheci desde cedo as dificuldades e os perrengues.

Aos 15 anos, eu saí da escola para ajudar nas despesas de casa, morava com minha avó e três irmãos, trabalhava como faxineira, babá fazia tudo, com 20 já era mãe do primeiro filho, tive de um relacionamento muito “doido” a gente brigava muito, era briga todo dia quando ele “cheirava” aí era pior, a gente já tinha ficando um tempo na rua, devido a droga, depois conseguimos voltar, mas resolvi sair de casa, já tinha tido meu outro filho. Eu trabalhava de faxina, limpava quintal, fazia uns bicos, dava pra pagar uma quitinete. Tempos depois meu ex-marido foi preso.

Quando começou a pandemia fui dispensada de muitas das casas onde trabalhava, fui no CRAS mas não consegui fazer meu cadastro, eles falaram que não estavam cadastrando ninguém, não consegui receber o auxílio emergencial, eu e meus filhos acabamos tendo que sair da casa, já passei dificuldade mais nunca tinha ido pra rua pra ficar direto, não tinha mais a casa da minha avó e aí fui pra casa de uns conhecidos fiquei um tempo, depois fiquei em um quarto da igreja, que o pastor deixou eu ficar, mas depois sai, na rua fiquei alguns dias, depois o pessoal do Centropop passou pela praça, onde eu estava, e arrumaram um abrigo que podia ficar eu e meus filhos.

Achei que iria ficar pouco tempo, mas acabei ficando mais tempo que imaginava. Depois fiquei sabendo de umas “casinhas que iriam entregar na Codim, tentei ir ao CRAS de novo, e não consegui me cadastrar, porque eu não tinha endereço fixo, a equipe do abrigo já tinha feito o cadúnico e eu consegui fazer o bolsa família, mas o cadastro das casinhas não teve jeito, cada ida ao CRAS era uma humilhação.

Depois eu fiquei sabendo que o pessoal iria “invadir” as casinhas e era perto da onde eu morava, com coragem decidi me juntar ao grupo e participar da invasão, não foi fácil, mas eu consegui uma casinha pra mim e as crianças.
(Antonieta de Barros 30 anos, mulher preta cis, que passou por um Acolhimento Institucional).

Antonieta enfrentou ameaças de despejo, e dificuldade de manter os filhos em um ambiente instável, contudo a comunidade formada na ocupação foi sua força. Juntas àquelas pessoas compartilharam alimentos, organizaram mutirões para limpar as casas.

Antonieta não apenas encontrou um teto para sua família, mas também uma nova perspectiva de vida. Participou de cursos oferecidos pelo movimento juntamente

com a sociedade civil organizada voltou a estudar com o sonho de concluir o ensino médio.

Hoje, Antonieta vive com seus filhos nesse conjunto habitacional, ela não se define apenas por sua trajetória de luta, mas pela resistência e pelo desejo de construir um futuro melhor. Antonieta não conseguiu se inscrever no cadastramento do programa realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social pois não pertencia a nenhum território, ou seja, não tinha endereço fixo, e isso é um pré-requisito no cadastro do programa habitacional realizado nos CRAS (Centro de Referência da Assistência Social). O relato de Antonieta nos evidencia de como a experiência de viver na rua é marcada por humilhações, e a falta de reconhecimento de sua dignidade, o que os torna vulneráveis a abusos e injustiças, o Estado que deveria garantir direitos, por muitas vezes é o mesmo que cria barreiras para a população acessar um determinado direito, no caso da Antonieta o direito a moradia. De acordo com (Mello; Simões; Freire, 2016), a violência institucional contribui para a marginalização de grupos vulneráveis, que se manifesta em práticas de exclusão social, onde os indivíduos são tratados como cidadãos de segunda classe, afetando sua dignidade e direitos.

Aprender a sentir a violência institucional e, em particular, sob a espécie da humilhação requer uma autopercepção que remete à coletividade e à formação de sujeitos coletivos sensíveis a determinadas formas de opressão que os violentam. Discriminações étnicas, etárias, de gênero ou de classe são orientações vigentes nas ações institucionais que promovem silenciamentos, esquadrinhamentos, perseguições, execrações públicas e outras formas de violação derivadas de algum tipo de dominação (Mello; Simões; Freire. 2016, p.88).

Pierre Bourdieu (1989) cunhou o conceito de violência simbólica para descrever formas sutis, mas profundamente eficazes, de dominação e controle social, no contexto do Estado, a violência simbólica refere-se à imposição de normas, valores e significados por meio de mecanismos que aparentam ser neutros ou legítimos, mas que na realidade, reproduzem desigualdades sociais e relações de poder. Bourdieu (1989) destaca que o Estado desempenha um papel central na disseminação e legitimação da violência simbólica e isso ocorre por meio de instituições que constroem e reforçam uma visão de mundo que privilegia determinados grupos sociais e valores, marginalizando outros grupos. Outro aspecto importante é o monopólio do Estado sobre a autoridade simbólica. O Estado possui o poder de definir o que é legítimo ou ilegítimo, o que é normal ou desviante, e o que é valorizado ou desprezado

na sociedade. Essa capacidade de imposição simbólica consolida a ordem social, naturalizando as desigualdades e desestimulando questionamentos ou resistências.

A violência simbólica do Estado é uma ferramenta poderosa para a manutenção das estruturas de poder e dominação, ela age de maneira imperceptível, moldando a percepção das pessoas sobre si mesmas e sobre o mundo ao seu redor, de modo a perpetuar relações desiguais, experiência de violência institucional pode afetar a identidade dos indivíduos, levando a um sentimento de desumanização e desvalorização. De acordo com Mello, Simões e Freire (2016), violência institucional pode gerar desconfiança nas instituições públicas, levando os cidadãos a se sentirem desprotegidos e a não acreditarem na capacidade do Estado de garantir seus direitos.

Mello, Simões e Freire (2016) mencionam o conceito de "endereço" que é abordado como um elemento central que não apenas indica uma localização física, mas também carrega significados sociais e identitários profundos. Os autores argumentam que o endereço de um indivíduo pode influenciar sua trajetória social e a forma como ele é tratado pelas instituições e pela sociedade em geral, e como o endereço de um indivíduo pode influenciar sua dignidade e direitos, refletindo uma dinâmica que também se aplica à população em situação de rua, que frequentemente é despojada de seus direitos e exposta a condições de vulnerabilidade extrema vivendo sem um teto fixo, essas pessoas estão expostas a inúmeras dificuldades, como a precariedade na segurança, saúde, alimentação e, sobretudo, o acesso aos direitos básicos. A ausência de um endereço fixo algo aparentemente simples para a maioria, torna-se um obstáculo gigantesco para que essa população seja vista, ouvida e inserida nos sistemas de proteção social e cidadania.

Mello, Simões e Freire (2016) discutem o conceito de "endereço" como algo muito além de uma mera localização física. Para esses autores, o endereço é um elemento central que carrega significados sociais e identitários profundos com sinalizado anteriormente. Ele simboliza pertencimento, estabilidade e reconhecimento social. No contexto de políticas públicas e direitos, o endereço é frequentemente utilizado como critério para acessar serviços básicos, como saúde, educação, assistência social e até mesmo o exercício da cidadania, como o direito ao voto.

A ausência de um endereço dificulta ainda mais a vida dessa população, sem ele essas pessoas têm dificuldades para acessar programas de transferência de

renda, serviços de saúde mental, políticas habitacionais e até mesmo se cadastrar para oportunidades de trabalho. Esse quadro evidencia um ciclo de exclusão, onde a falta de um endereço não é apenas um sintoma da vulnerabilidade, mas também um fator que perpetua essa condição.

Além disso, no nível simbólico e subjetivo, o endereço atua como um marcador de identidade, reflete a relação de uma pessoa com o território, com a comunidade e consigo mesma. Para a população em situação de rua, a ausência de um endereço representa não apenas a privação material, mas também o rompimento de laços sociais e identitários, muitas vezes a rua, o espaço público, torna-se o único local de pertencimento, embora este seja marcado pela precariedade e pelo estigma.

Reconhecer o significado ampliado do endereço e sua relação com os direitos humanos é fundamental para superar as barreiras que excluem a população em situação de rua, é necessário desenvolver políticas públicas que respeitem e acolham essas pessoas, garantindo o acesso a serviços básicos independentemente de possuírem um endereço fixo. Iniciativas como a criação de endereços sociais e integração em redes de proteção social são passos essenciais para assegurar o reconhecimento e a cidadania dessa população. Portanto, como afirmam Mello, Simões e Freire (2016), a discussão sobre o "endereço" é central para compreender as raízes da exclusão vivida pela população em situação de rua. A abordagem do tema deve ir além da infraestrutura habitacional e incluir os significados sociais e identitários associados, promovendo a dignidade, o pertencimento e o reconhecimento pleno dessa parcela da população.

CAPÍTULO 2

2. População feminina de rua no município de Campos dos Goytacazes: Uma Cidade que se caracteriza por conservadorismo desigualdade e práticas racistas

Campos dos Goytacazes é um município que se localiza no interior do Rio de Janeiro, na região Norte Fluminense do estado, possui uma população estimada de 514 a 643 mil habitantes de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). Em sua costa encontra-se a maior plataforma petrolífera do Brasil, a bacia de Campos fazendo com que a cidade receba junto com Macaé o título de Capital Nacional do Petróleo. Possui a segunda maior área urbana do estado com 222 quilômetros quadrados, ficando atrás apenas da capital estadual Rio de Janeiro e ocupando a décima sétima maior área urbana do Brasil.

Conforme argumenta Pinto (2006), a história da maior cidade do interior do estado, é marcada por tradição, conservadorismo, tem uma herança escravocrata e grande desigualdade, apesar de ser a sexta cidade mais rica do país. Vale ressaltar que a cidade foi a última no Brasil a acatar a abolição da escravidão no século XIX. Os barões da cana de açúcar conservadores e reacionários apresentaram uma resistência, o discurso escravagista colocava a escravidão como “mal necessário”, que mesmo fadada ao fracasso e com suas irregularidades era melhor mantê-la, pois os parlamentares e senhores de escravizados e escravizadas diziam que sem a escravidão o Brasil seria destruído economicamente, e eles (parlamentares e senhores), morreriam de fome (Penha, 2012).

Campos dos Goytacazes, é uma cidade atravessada pela desigualdade e exclusão social, especialmente para a população negra, carrega as marcas do período colonial, quando era um importante centro de produção de cana-de-açúcar e café, essas atividades econômicas foram durante anos sustentada pela escravidão, deixando um legado de racismo e segregação socioeconômica que de acordo com Penha (2012), a cidade alcançava uma grande influência política para com o império, devido a sua importante posição de exportadora de açúcar e café, sendo a maior produtora da região de tais produtos. Contudo, ao longo dos anos foi perdendo essa posição, devido a não conseguir acompanhar as mudanças na demanda

macroeconômica e externa, a cidade também sofreu com o retardamento em abolir a cultura escravocrata, o que também foi responsável para o início do seu enfraquecimento econômico.

O município viveu o período do regime escravocrata por quase trezentos anos, a mão de obra de pessoas escravizadas na cidade de Campos dos Goytacazes foi um fator que impulsionou a acumulação e expansão do sistema capitalista, associado ao comércio de escravizados e a exportação de produtos primários (Penha, 2012).

A abolição formal da escravidão em 1888 não trouxe uma integração eficaz para a população negra libertada. Em Campos como em outras partes do Brasil, os/as ex-escravizados/as foram deixados à margem, sem acesso à terra, educação ou trabalho e isso perpetuou um ciclo de exclusão e pobreza que atinge, desproporcionalmente a população negra até os dias de hoje (Gonzalez, 1984). A herança da desigualdade alicerçada num passado escravocrata que dominou a sociedade brasileira, e em destaque nessa cidade por quase quatro séculos, fomenta o racismo escancarado e gerou uma estrutura social racista assumida, com todo esse contexto tem-se como consequência o preconceito, a discriminação por conta da cor da pele, que perdura até os dias atuais. “A escravidão além de base econômica da colonização brasileira foi também o fundamento de todas as esferas da vida social e política, ou seja, a escravidão imprimiu a desigualdade e a exclusão como regras básicas da sociabilidade brasileira” (Rezende, 2012, p. 5).

Originalmente povoada de forma predominante pelos indígenas Goitacás ou Goytacazes (ambas as formas são consideradas corretas, existindo também outras), que deram nome a planície, território desta nação indígena e, portanto, fez parte da formação sociocultural da sociedade regional. A formação social indígena é parte integrante da sociedade regional local, e sobre os Goitacás, Couto Reis (2011) escreve que “segundo as tradições mais justificadas consta que habitaram as campinas deste distrito compreendidas entre a lagoa Feia, de Carapebus e Farol de São Tomé, possuindo também toda a Costa do mar correspondente, até a vizinhança de Macaé” (Couto Reis, 2011, p. 145).

De acordo com Freire (2010), o desaparecimento da herança indígena em Campos dos Goytacazes foi resultado não apenas do massacre e extermínio físico dos povos indígenas, mas também por uma opção política de ocultamento desta herança, mas não foi diferente no restante do Estado do Rio de Janeiro, pois vários

grupos indígenas foram extintos, antes mesmo que tivéssemos um conhecimento mais profundo de como viviam e sem que nos apropriássemos de muitos saberes vitais por eles produzidos.

Após a dominação territorial e o extermínio dos indígenas Goitacás marcando assim o início do processo de colonização da região, num primeiro momento ligado a pecuária, e posteriormente à cultura canavieira e a produção de açúcar, fortemente marcada no século XVIII, e que perdurou como relevante para economia da cidade até as últimas décadas do século XX, o que tornou a mercantilização dos derivados da cana de açúcar um fator fortemente ligado a história da cidade (Penha, 2012).

Conforme a atividade açucareira expandia-se, demandava mais mão de obra barata e, por isso, nas primeiras décadas do século XIX, os produtores campistas intensificaram a aquisição de escravos africanos adultos nos portos da província fluminense. O auge do século XVIII tornou a cana-de-açúcar a principal atividade econômica da região (Ferro; Oliveira, 2018, p. 241).

Segundo Pinto (2006) a atividade econômica canavieira transformou-se em um dos eixos para a base da economia nacional, e Campos dos Goytacazes viveu dias de franca ascensão econômica promovida pelas lavouras, atingindo seu auge no século XIX com o surgimento das grandes usinas em substituição aos engenhos.

Não restam dúvidas de que a cana-de-açúcar modificaria a paisagem do norte fluminense, principalmente se considerarmos que a própria mão-de-obra seria deslocada de uma atividade basicamente nômade no século XVI, a partir da criação de gado pelas planícies campistas, para o sedentarismo do açúcar. Em verdade, crescia também a força de trabalho escravo nos engenhos, o que fazia de Campos a principal cidade do norte fluminense (Paranhos, 2006, p. 3).

Ferro e Oliveira (2018) assinalam que, devido à sua relevante produção açucareira especialmente nos séculos XVIII e XIX Campos dos Goytacazes foi reconhecida como de um dos mais importantes polos econômicos do Brasil, tendo como mão de obra dos meios de produção o sistema escravista, no qual a estrutura social era identificada pela relação entre os proprietários de engenhos e a massa trabalhadora escravizada.



Foto 4: Centro Histórico de Campos dos Goytacazes

Fonte: Arquivo pessoal

Como aponta Penha (2012) durante o período de escravidão da população negra, a cana-de-açúcar foi base da economia nacional, e é fato também que a presença dos/as escravizados/as como mão de obra nas fazendas e engenhos influenciou de forma significativa a formação cultural da história de Campos dos Goytacazes. A cidade recebeu entre os séculos XVIII e XIX, dezenas de milhares dessas pessoas negras, que foram largamente empregados como mão de obra nas lavouras de cana de açúcar (Ferro; Oliveira, 2018).

A cidade possui uma história marcada pela herança escravocrata que deixou profundas marcas na sua estrutura social e econômica; durante séculos, a região foi palco de intensa exploração de mão de obra escrava, essa história deixou marcas profundas na estrutura social e econômica da cidade, moldando as relações de poder, um legado de desigualdades e injustiças que persistem até os dias atuais no que diz respeito a população negra que enfrentam as consequências dessa herança (Ferro; Oliveira, 2018).



Foto 5: Pelourinho no Calçadão

Fonte: Arquivo Pessoal

Marco de sofrimento, o pelourinho, também conhecido como picota, era uma coluna de pedra instalada em lugar de destaque que servia como símbolos do poder público. Era usado para castigar escravos, criminosos e até homossexuais. Campos possuía dois pelourinhos. O primeiro foi erguido em 1757, no Boulevard Francisco de Paula Carneiro, e o segundo, em 1795, na Rua Barão de Cotegipe. O que está exposto próximo à Caixa Econômica Federal é o segundo pelourinho, que foi arrancado da Rua Barão de Cotegipe por ordem da Câmara Municipal, em 1875, e erguido no Cemitério do Caju. Quase um século e meio depois, o monumento foi posto no Boulevard e inaugurado em 20 de novembro de 2006, em homenagem ao Dia da Consciência Negra (Penha, 2012).

A história da luta da população em situação de rua está profundamente enraizada em uma ancestralidade que transcende gerações e denuncia um sistema estrutural de opressão. Essa história ao mesmo tempo que remonta às lutas dos povos originários, da população negra escravizada e das classes subalternizadas, evidencia que a colonialidade não é um fenômeno do passado, mas um padrão de poder que permanece ativo e estruturante na contemporaneidade.

O conceito de colonialidade, como explorado nos estudos descoloniais, reflete um sistema de dominação que vai além das relações formais do colonialismo. ele abarca modos de pensar, agir e organizar o mundo, perpetuando desigualdades por meio de lógicas hierárquicas e raciais. Segundo Lugones (2014) a colonialidade se expressa não apenas nas estruturas econômicas e políticas, mas também nas

relações intersubjetivas, nas quais posições de domínio e subalternidade são mantidas através de perspectivas raciais e de gênero, esse padrão de poder, como destaca Quijano (2005), está na base da modernidade e das hierarquias globais, atravessando práticas sociais, culturais e institucionais até os dias de hoje.

Descendentes de escravocratas e descendentes de escravizados lidam com as heranças acumuladas em histórias de muita dor e violência, que se refletem na vida concreta e simbólica das gerações contemporâneas. Fala-se muito na herança da escravidão e nos seus impactos negativos para as populações negras, mas quase nunca se fala na herança escravocrata e nos seus impactos positivos para as pessoas brancas (Bento, 2022, p. 23).

O racismo no Brasil é estrutural e sistêmico, resultado de séculos de escravidão e exclusão muitos ex-escravizados/as envolvidos trabalhando nas plantações de cana como mão de obra precarizada, sem acesso à propriedade, esse padrão de exploração da força de trabalho se mantém em formas contemporâneas, como o trabalho informal, precarização e a terceirização, e em atividades agrícolas e outras atividades, contudo nessa cidade as atividades agrícolas se manteve predominantemente operante muito tempo (Mattos, 2013).

A população negra em sua maioria reside em bairros periféricos (Ferro, Oliveira, 2018) essa exclusão reflete as estruturas de poder herdadas do período colonial, nas quais as elites brancas, descendentes dos proprietários de terra e escravocratas, comandaram o domínio da política e da economia local (Carneiro 2005).

O racismo não é apenas uma prática discriminatória; ele é um mecanismo que sustenta e perpetua desigualdades econômicas, sociais e políticas. A exclusão da população negra, especialmente das mulheres negras, beneficia as elites e os grupos privilegiados de várias maneiras, manutenção de mão de obra barata, reprodução de privilégios, lucro com a exclusão. O racismo sustenta a precarização do trabalho, mantendo mulheres negras em posições subalternas e de baixos salários, como o trabalho doméstico ou atividades informais, isso reduz os custos para as classes mais favorecidas e perpetua a exploração econômica (Gonzalez, 1984). Ao manter a população negra em situações de vulnerabilidade, o racismo reforça as posições sociais e protege os privilégios de grupos dominantes, a desigualdade se torna um mecanismo de controle, garantindo que a mobilidade social seja limitada (Almeida 2018). A exclusão de mulheres negras em situação de rua atende ao mercado neoliberal, que se beneficia de uma população vulnerável, disponível para trabalhos

informais e precários, além disso, a criminalização da pobreza alimenta sistemas como o encarceramento em massa, que lucra com a privação de liberdade de pessoas marginalizadas (Davis, 2016).

Durante o período escravista, as mulheres negras eram submetidas não apenas ao trabalho forçado nos engenhos e nas fazendas, pois esse período foi marcado por barbáries e experiências traumáticas ligadas também à violência física e psicológica, mas sobretudo, a violência sexual, que se construiu enquanto fator operante na disseminação dos principais estereótipos construídos para desqualificar a vivência de mulheres negras. “O estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras” (Davis, 2016, p. 20), eram submetidas para além do trabalho exaustivo, à violação sexual dos seus corpos.

O passado colonial foi “memorizado” no sentido em que “não foi esquecido”. Às vezes, preferimos não lembrar, mas, na verdade, não se pode esquecer. A teoria da memória de Freud e, na realidade, uma teoria do esquecimento. Ela pressupõe que todas as experiências, ou pelo menos todas as experiências significativas, são registradas, mas que algumas ficam indisponíveis para a consciência como resultado da repressão e para diminuir a ansiedade. Já outras, no entanto, como resultado do trauma, permanecem presentes de forma espantosa. Não se pode simplesmente esquecer e não se pode evitar de lembrar. [...] A ideia de “esquecer” o passado torna-se, de fato, inatingível; pois cotidiana e abruptamente, como um choque alarmante, ficamos presas/os a cenas que evocam o passado, mas que, na verdade, são parte de um presente irracional. Essa configuração entre passado e presente é capaz de retratar a irracionalidade do racismo cotidiano como traumática (Kilomba, 2019, p. 213).

Collins (2019) afirma que “as africanas escravizadas não podiam escolher entre trabalhar ou não, elas eram espancadas e muitas vezes mortas, caso se recusassem a trabalhar” (Collins, 2019, p. 250). Nessas condições, eram abusadas pelos senhores até mesmo pelas senhoras, donos e donas de pessoas escravizadas; por serem propensas a trabalhar intimamente com a família branca como cozinheira, ama de leite, e governanta, “era crucial que ela fosse tão aterrorizada a ponto de se submeter passivamente à vontade do senhor, da senhora e das crianças brancas” (Hooks, 2020, p. 44).

A ficção ainda se ancora nas imagens de um passado escravo, em que a mulher negra era considerada só como um corpo que cumpria as funções de força de trabalho, de um corpo-procriação de novos corpos para serem escravizados e/ou de um corpo-objeto de prazer do macho senhor (Evaristo, 2009, p. 23).

De acordo com Kilomba (2019) durante muito tempo, foi negado às pessoas negras, em especial às mulheres negras, o direito de serem sujeitas, ou seja, o direito de contarem as próprias histórias e vivências, sendo fadadas a ter suas identidades objetificadas, reduzidas a uma existência de um objeto descrito e representado pelo dominante, retiradas de sua subjetividade, mas antes disso, foi-lhes negado o direito à existência e à humanidade.

A opressão racial se configurou enquanto construção da diferença entre brancos e não brancos, em que o sujeito branco é colocado como norma, enquanto “todas/os as/os “Outras/os” raciais “diferem” (Kilomba, 2019, p. 75). Além disso, a diferença é produzida a partir de uma hierarquia de valores, no qual o sujeito não-branco é o estigma da desonra e da inferioridade racial, e isso é denominado como preconceito, por fim todos esses processos estão intrinsecamente ligados ao poder institucional cuja detentora é a branquitude dominante (Kilomba, 2019, p. 204).

Tais processos de repressão e projeção permitem que o sujeito branco escape de sua historicidade de opressão e se construa como “civilizado” e “decente”, enquanto “Outras/os” raciais se tornam “incivilizadas/os” (agressivos) e “selvagens” (sexualidade) (Kilomba, 2019, p. 79).

Relatos de vida

Meu nome é Enedina Marques tenho 38 anos nasci na periferia de São Paulo e cresci em um barraco simples, com meus pais e três irmãos, eu tinha 16 anos quando sai de casa a primeira vez, os conflitos em casa começaram a ficar insuportáveis. Meus irmãos, todos mais velhos, passaram a me tratar como se eu fosse um peso, brigas se intensificaram, decidi que era hora de sair de lá. Foi quando me casei com o Mário, um rapaz da comunidade no começo, achei que tinha encontrado um porto seguro, construímos uma casinha no quintal da mãe dele, e logo depois veio minha filha Mariana, mas a convivência com o Mário começou a mudar. Ele não gostava que eu trabalhasse e implicava até com o pouco dinheiro que eu levava para casa. Com o tempo, as discussões viraram agressões verbais e depois físicas. Quando tomei coragem para sair daquele casamento, ele me disse: “Se quiser ir, vai, mas sem nada. Nem a casa, nem a menina”.

Tentei voltar para a casa dos meus irmãos, mas fui recebida muito mal “você que escolheu sair, agora se vira”. Naquele momento, percebi que estava sozinha,

fiquei alguns dias dormindo no quintal da casa de um vizinho, mas logo sai. Peguei uma sacola com algumas roupas e fui para o centro da cidade, para a rodoviária, aí começou minha vida nas ruas direto. Eu não vou mentir, eu não sou santa já aprontei muito, mas nunca me meti em coisa errada não, e confesso também que uso umas “coisinhas”.

Minha primeira noite na rua foi andei o dia inteiro com fome, tentando achar um lugar seguro para dormir, quando finalmente parei embaixo de uma marquise, o medo tomou conta de mim. Ouvi histórias de mulheres sendo atacadas, roubadas, violentadas, não dormi aquela noite, nem nas várias que vieram depois. Tentei vender balas no semáforo, uma vez, uma mulher me jogou um pacote de comida pela janela do carro, como se eu fosse um cachorro. Não era só o corpo que sofria; meu sentimento também.

Apesar de tudo, conheci outras mulheres na rua, que me ensinaram a sobreviver; minha ida para a rua foi depois de muitas brigas, já tinha ficado em abrigo de adolescente por um tempo, depois voltei para casa, depois sai de casa, fiquei com o pai da minha filha, mas hoje, eu me viro bem nas ruas, já rodei tudo e estou aqui há 1 ano, meu maior sonho no momento é voltar a ter uma casa, a rua está perigosa demais, está acontecendo muita coisa de ruim ultimamente. O povo aqui é muito grosso mesmo, nunca vi, tratam a gente muito mal, a noite aqui é uma loucura, a gente passa cada coisa que não quero nem falar sabe; esses dias um homem me ofereceu dinheiro para ficar com ele eu não quis, ele disse que por eu morar na rua, ninguém se importaria comigo. Eu as vezes faço uns programas aí, mas nesse dia eu não quis, já tentei arrumar trabalho, mas não consigo, sei mexer com cabelo, e faço unha também. A polícia também não facilita, já fui revistada sem motivos várias vezes, uma vez, eu estava dormindo debaixo de uma marquise, e os policiais me acordaram com gritos e tudo o que eu tinha era uma sacola com alguns restos de pão.

(Enedina Marques mulher preta cis, 38 anos em situação de rua).

A marginalização dessas mulheres é resultado de um longo processo histórico de exclusão e discriminação, que tem suas raízes na escravidão e nas formas subsequentes de opressão racial, desde os tempos da escravidão, as mulheres negras foram submetidas a múltiplas formas de violência e exploração, sendo relegadas a posições de subalternidade e privadas de seus direitos básicos. Na contemporaneidade muitas mulheres pretas encontram-se em situação de rua,

lutando para sobreviver em condições precárias e enfrentando inúmeras dificuldades, incluindo a falta de acesso a moradia, saúde, educação e oportunidades de trabalho dignas; a desigualdade se manifesta de maneira aguda nesse contexto exacerbando as vulnerabilidades enfrentadas por essas mulheres.

É crucial reconhecer que a situação das mulheres pretas em situação de rua não é apenas o resultado de circunstâncias individuais, mas sim de um sistema estrutural que perpetua a exclusão, essas mulheres carregam consigo as cicatrizes de uma história de opressão.

Sobre os ombros das mulheres pretas recai o preconceito de gênero e a discriminação racial, as segregações e os abusos, imprimindo sobre elas as múltiplas expressões da desigualdade social. Segundo Iamamoto (2006), “a questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais” (Iamamoto, 2006, p. 160).

Passado escravo, em que a mulher negra era considerada só como um corpo que cumpria as funções de força de trabalho, de um corpo-procriação de novos corpos para serem escravizados e/ou de um corpo-objeto de prazer do macho senhor (Evaristo, 2009, p. 23-24).

Bell Hooks (1995) sinaliza como as violências coloniais operam no imaginário para a manutenção dos papéis pré-estabelecidos para mulheres negras, destituindo o seu direito à subjetividade e à humanidade, sendo retratadas “como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado.

2.1 Violência estigma e discriminação: A construção da identidade de mulheres pretas na rua com entrelaçamentos de fatores sociais e raciais

A situação de violência, estigma e discriminação enfrentada por mulheres pretas em situação de rua é um problema multifacetado, devido a causas estruturais e manifestações sociais. Segundo Sueli Carneiro (2003) o racismo e o sexismo são sistemas de opressão interligados que configuram experiências específicas para mulheres pretas, o patriarcado que reforça essa submissão das mulheres, que no caso das mulheres pretas soma-se a pobreza extrema, a essa opressão. A violência contra as mulheres para Lerner (1986) é uma ferramenta central na construção e

manutenção do patriarcado, ela observa que práticas como estupro, casamento forçado e escravidão sexual foram institucionalizadas desde a antiguidade, criando um mecanismo de controle e submissão, a autora ressalta que violência não é apenas um ato individual, mas um elemento estruturante do sistema patriarcal.

Gerda Lerner oferece uma perspectiva histórica e sistêmica para entender a construção e perpetuação do patriarcado como uma estrutura de dominação masculina, sua análise é profunda sobre as origens e os mecanismos de controle do patriarcado, evidencia não apenas as desigualdades de gênero, mas também como essas desigualdades se manifestam de maneira mais brutal em grupos marginalizados, como as mulheres pretas em situação de rua.

Essa conexão entre a teoria de Lerner e a realidade das mulheres em situação de rua, nos permite compreender como a violência, o controle sobre o corpo feminino e a exclusão das esferas produtivas e políticas colocam essas mulheres em condições de extrema vulnerabilidade. A autora define o patriarcado como um sistema histórico de dominação masculina sobre as mulheres, que se manifesta tanto nas relações interpessoais quanto nas estruturas sociais, políticas e econômicas; segundo ela, o patriarcado não é uma “ordem natural”, mas sim um sistema construído historicamente, resultado de processos que surgiram na antiguidade e foram institucionalizados em sociedades agrárias e urbanas.

Lerner (1986) argumenta que a violência contra as mulheres é uma ferramenta sistêmica para garantir a continuidade do patriarcado, ou seja uma ferramenta central do patriarcado essa violência assume diferentes formas, desde o abuso físico e a opressão simbólica e cultural. A legitimação da violência nas sociedades patriarcais perpetua a desigualdade de gênero, garantindo a manutenção do poder masculino. A violência é uma constante na vida de mulheres pretas em situação de rua, elas estão mais expostas à violência física, sexual e psicológica, tanto por parte de outros indivíduos em situação de rua, como também quanto agentes do Estados, além de serem frequentemente revitimizadas pelas próprias instituições que deveriam protegê-las (Santos, 2018). Além disso, a violência simbólica conceito desenvolvido por Pierre Bourdieu (2002), como já abordamos nos capítulos anteriores, se manifesta através do estigma e da discriminação, mulheres pretas em situação de rua são vistas como "indesejáveis" na esfera pública, uma percepção que reflete e reforça as hierarquias

raciais e de gênero, que segundo Gomes e Jesus (2015) as instituições públicas frequentemente tratam essas mulheres com descaso, o que se reflete na baixa efetividade de políticas sociais voltadas para a população em situação de rua, em seu livro "Mulheres, Raça e Classe", Angela Davis (1981) critica a negligência de instituições estatais, que acabam por reproduzir mais essa violência.

A normalização da violência contra essas mulheres também está ligada à desumanização que elas enfrentam. O patriarcado, em sua lógica de controle e exclusão, desvaloriza as mulheres que não cumprem os papéis do gênero tradicional, como serem esposas ou mães dentro de lares convencionais, assim, mulheres em situação de rua são vistas como "fora do sistema", reforçando sua vulnerabilidade. Mulheres pretas em situação de rua, tem suas imagens estereotipadas, a violência, o estigma e a discriminação sofridos por mulheres são manifestações de um sistema estruturalmente desigual, como apontado por Sueli Carneiro (2003), Angela Davis (1981) e Lélia Gonzalez (1988) na sociedade capitalista essas formas de opressão é basilar das relações sociais de produção na qual se é permitido ações atroz, cruel e desumana.

A violência em suas várias formas de expressão, tem feito parte da realidade urbana, todos nós estamos sujeitos a algum tipo de violência; entretanto, no caso das mulheres que fazem da rua seu lugar de convivência e moradia, as diversas formas de violência surgem de todas as partes, trazendo muito medo, na realidade as diferenças entre homens e mulheres têm sido sistematicamente convertidas em desigualdades em detrimento do gênero feminino, sendo a violência contra mulher a sua face mais cruel; no caso das mulheres em situação de rua não se diferenciam da realidade de muitas outras mulheres porque as relações de gênero, são marcadas por hierarquias, obediências e desigualdades, configurando relações de poder. Essa violência é inerente ao padrão das organizações desiguais que, por sua vez, são tão estruturais quanto à divisão da sociedade em classes sociais (Safiotti, 2004).

A rua enquanto espaço social, é um palco complexo onde as interações entre indivíduos podem moldar e influenciar a construção de identidades, o estigma emerge como elemento-chave que afeta significativamente a forma como os indivíduos se percebem e são percebidos pelos outros. Goffman (1988) delineou o conceito de estigma como um atributo negativo que desqualifica um indivíduo, afetando sua identidade e interações sociais; o estigma como algo depreciativo pode ser tanto

atribuído, baseado em características percebidas como indesejáveis, quanto adquirido, decorrente de comportamentos ou condições pessoais, e utilizado para apartar de um grupo dominante, algum indivíduo ou um conjunto de pessoas com determinadas características que os diferenciem da norma, desta forma os tornando em pessoas rejeitadas, discriminadas e excluídas da sociedade.

O estigma conceituado por Goffman (1988) como uma marca social negativa que desqualifica uma pessoa em uma determinada interação social, desempenha um papel fundamental na dinâmica da rua. Pessoas estigmatizadas são submetidas a tratamentos discriminatórios, o que influencia diretamente sua autoimagem e identidade social. O estigma pode ser compreendido como um processo social no qual determinadas características ou identidades são desvalorizadas e marcadas como diferentes, resultando em discriminação e exclusão. A teoria do estigma de Goffman (1988) destaca como as pessoas estigmatizadas são percebidas como "desviantes" em relação às normas sociais dominantes, o que resulta em estereótipos, preconceitos e práticas discriminatórias.

Goffman ao falar sobre o estigma fornece elementos essenciais para se entender a "identidade", onde se intersecciona três elementos: o pessoal, o social e o ego, sempre considerando a singularidade de cada um. Nossa identidade social é o que os outros acham que somos em virtude das nossas filiações a determinados grupos; o que pensamos sobre nós mesmos refere-se ao e nosso ego (autoidentidade) vale ressaltar que os estigmatizados e os "desviantes normais" não constituem opostos, mas, talvez, formem um *contínuo* e que "a manipulação do estigma é uma característica geral da sociedade, um processo que ocorre sempre que há normas de identidade" (Goffman, 1988, p. 141).

Nas sociedades brasileira a tendência dos grupos com mais poder político e econômico é discriminar, estigmatizar e desqualificar socialmente os grupos que não fazem parte do seu meio social; a maioria de negros e negras historicamente fizeram e ainda fazem parte dos grupos desprovidos de poder econômico, e também de poder político, e seus valores, comportamentos, religião foram identificados não só como diferentes mas como inferiores, pois foram e ainda são integrados de forma desvalorizada e socialmente desqualificada.

A inferiorização, a dominação, as exclusões não se aplicam apenas a indivíduos enquanto tais. São ainda mais eficazes e temíveis pelo fato de

encerrarem os indivíduos em categorias coletivas mais susceptíveis que outras de serem subordinadas ou inferiorizadas (Wieviorka, 2002, p. 55).

De acordo com Goffman (1988) existe ¹categorias de estigmas, focando a análise sobre a informação social referente a símbolos que identificam o indivíduo, sobre a "visibilidade" de um estigma e sobre a identidade construída na intersecção da identificação pessoal e da identificação social, o autor fornece excepcionais elementos para a aplicação desta análise a diferentes situações. Todas categoriais gerando nos indivíduos sentimentos de inferioridade, incapacidade, vergonha, ocasionando assim um medo nos estigmatizados e nas suas interações sociais. Essas interações são denominadas de ²contatos mistos, exigem destes estigmatizados estratégias para tentativa de supressão de tais sentimentos de inferioridade, com os indivíduos tidos como normais.

O estigma envolve não tanto um conjunto de indivíduos concretos que podem ser divididos em duas pilhas, a de estigmatizados e a de normais, quanto um processo social de dois papéis no qual cada indivíduo participa de ambos, pelo menos em algumas conexões e em algumas fases da vida (Goffman, 1988, p. 178).

Goffman (1988, p. 7) conceitua o estigmatizado como “aquele que não está habilitado para a aceitação social plena”, devido uma informação social negativa. O estigma associado à situação de rua é uma realidade persistente para muitas pessoas que vivem nessa condição, e esse estigma se manifesta de várias maneiras, incluindo a marginalização social, a discriminação institucional e a exclusão econômica, mulheres pretas em situação de rua, em particular enfrentam estigmas adicionais

¹ Goffman distingue três diferentes tipos de estigmas: as abominações do corpo (deformidades físicas); as culpas de caráter individual (vontade fraca, desonestidade, crenças falsas etc.); estigmas tribais de raça, nação e religião.

"Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada", Goffman (1988) utiliza um conjunto específico de conceitos relacionados à informação social e à informação que o indivíduo transmite diretamente sobre si. Nessa obra, e analisa os contatos mistos, isto é, os momentos em que os estigmatizados e os normais estão na mesma situação social, ou seja, na presença física imediata um do outro (Goffamn, 1988).

devido às normas de gênero e raça. As experiências das mulheres pretas em situação de rua são profundamente marcadas pelo estigma que tem raízes profundas na história colonial, o racismo estrutural e institucionalizado contribui para a estigmatização dessas mulheres, perpetuando estereótipos negativos, tem sua construção da imagem e da identidade comprometida pela associação com estigmas construídos socialmente, os processos de estigmatização decorrentes de fatores históricos, culturais e econômicos.

Os estigmas como construções sociais, originam de atitudes repleta de pré-conceitos de pessoas que se consideram pertencentes a um grupo superior, e a partir desse cenário reafirmam estereótipos, padronizando conceitos sobre um grupo, alimentando e/ou intensificando comportamentos discriminatórios. Para Goffman (1988) a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias além disso, o estigma exerce outra função interessante, pois faz com que os indivíduos percam sua identidade ou as transforme. Ainda de acordo com Goffman (1988), estigmas são atributos que tornam quem possui, em uma pessoa em “desvantagem” para com as demais, esse atributo estigmatizante reduz as oportunidades, esforços e movimentos, ou seja, não atribui valor algum, impõe também a perda da identidade social e determina uma imagem deteriorada.

De acordo com autor a pessoa estigmatizada possui uma identidade real e uma virtual. A identidade real consiste no conjunto de categorias e atributos que uma pessoa tem, e a identidade virtual é o conjunto de categorias e atributos imputadas à pessoa que seria supostamente diferente, determinada característica pode ser um estigma, sobretudo quando há uma desconformidade entre a identidade virtual e a identidade real, e a partir dos processos sociais de interação que se estigmatiza alguém, forjando-se uma identidade social deteriorada. O estigma enfrentado por mulheres pretas em situação de rua é profundamente enraizado na interseção de diferentes formas de opressão, sistemas de opressão que se perpetuam e resultam em experiências únicas de estigmatização e discriminação.

Segundo Wieviorka (2002) antes mesmo do grupo estigmatizado se perceber como um coletivo com identidade e características próprias, grupos da sociedade dominante atribuem uma imagem, classificando-as como do outro grupo, e esta atribuição de características é elaborada a partir da associação da desigualdade social

e hierarquias raciais, representadas pelo olhar de setores sociais dominantes; a sociedade produz padrões que são aceitos e seguidos, que por sua vez categoriza o indivíduo, sua identidade e as relações sociais com o meio. A categorização do negro é uma tentativa de subjugar-lo a um lugar social que lhe impõe características negativas, na relação social, a "marca" que lhe é imposta faz recair um olhar de descrédito; a identidade social é sobreposta à identidade pessoal, que faz com que o negro seja compreendido de acordo com a essencialização de seu grupo étnico-racial.

De acordo Fanon (1983) o negro recebe a "marca" do estigma, tendo sua cor de pele utilizada como o principal elemento de estigmatização; o autor chama esse processo de "esquema epidérmico" do sistema colonial, a estrutura de discursos políticos, culturais e históricos de estigmatização do negro. Ele aponta que a sociedade, constrói discursos e significados que tentam reduzir o negro a uma cor, levando-o a acreditar um processo histórico-social de acordo com elementos fornecidos por um outro, o branco, e não por ele próprio. Fanon (1983) analisa profundamente os efeitos psicológicos do racismo sobre indivíduos e comunidades racialmente oprimidas, e argumenta que o racismo internalizado pode levar a neuroses, alienação e distorções na construção da identidade racial, afetando a autoimagem e a percepção de si mesmo, o racismo é um fenômeno estrutural que afeta todos os aspectos da vida das pessoas negras. Uma das contribuições mais importantes de Fanon (1983) é a ideia de que a luta contra o racismo deve incluir uma decolonização mental, onde os indivíduos rejeitam as narrativas e valores impostos pelos colonizadores, isso envolve a reconstrução de uma identidade própria e livre, essencial para a saúde psíquica e a resistência ao racismo.

A ideia da psicanálise de Lacan também é aplicada para explicar como a identidade do sujeito negro é moldada por um ideal de ego que não é o seu, o desejo de se alinhar a esse ideal gera um conflito interno, onde o negro se vê forçado a negar sua própria identidade e a internalizar valores que não correspondem à sua realidade. A teoria psicanalítica é usada para descrever a violência psíquica que os negros enfrentam, que se manifesta na imposição de normas e ideais de um sujeito branco, e essa violência resulta em uma "norma psico-sócio-somática" que destrói a identidade. Lacan (1992) enfatiza que o racismo se estrutura através de discursos e das posições simbólicas que ocupam os indivíduos na sociedade, o autor argumenta que a raça é constituída não por fundamentos biológicos, mas pela forma como os

discursos sociais perpetuam hierarquias e desigualdades, como a relação entre senhores e escravizados.

Lacan (1992) também aborda a questão da segregação, está intimamente ligada ao racismo, o que implica a marginalização e exclusão de grupos, que se relaciona diretamente com a dinâmica do racismo e a forma como ele opera na sociedade, a condição social do povo preto no Brasil integra a trajetória do racismo estrutural, que no decorrer da história se transformou, e assumiu diferentes configurações, marcado pela propagação de teorias racistas que foram utilizadas para legitimar a escravidão, o genocídio e diversas formas de dominação que perpassaram toda a história da humanidade.

Nesse sentido podemos pensar em como as mulheres negras são colocadas em relação as suas identidades culturais na atualidade, Lélia Gonzalez (1982) enfatiza que o racismo constitui a “neurose da cultura brasileira” e “sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular” (Gonzalez, 1980, p. 224).

Intender a formação da identidade negra é reconhecer a experiência histórica de que o Brasil foi um país colonizado, e que pretendeu produzir o apagamento de identidades negras e indígenas. Os valores da cultura colonizadora, e do outro lado o conjunto de valores da cultura colonizada produziram em sua vivência, um contexto de choque, valores e verdades coexistiam ao mesmo tempo, e o que levou a ser construído em nossa sociedade foi a percepção constante de que em relação a identidade e cultura dos colonizados, a dos colonizadores estavam sempre em uma posição superior e de total controle de dominação; o termo escravidão sempre esteve envolto por uma esfera de subjugação de um povo sobre outro, o que gerava não apenas um tratamento inferiorizado aos escravizados, mas a obrigação de se adaptarem aos costumes culturais dos seus senhores.

De acordo com teóricas como María Lugones (2014), a colonialidade transcende a esfera política do colonialismo formal e infiltra as relações intersubjetivas, articulando posições de dominação e subalternidade, especialmente através de marcadores raciais. Lugones (2014, p. 9) observa que a colonialidade “se refere a um padrão de poder que envolve não apenas as relações formais de dominação colonial, mas também as formas pelas quais as relações intersubjetivas

se estruturam a partir de posições de domínio e subalternidade de viés racial”. Essa dinâmica colonial manifesta-se na perpetuação de desigualdades estruturais e na marginalização de corpos e subjetividades que não se conformam às normas hegemônicas.

Os negros e negras escravizados desenvolveram processos de criação, reinvenção e recriação da memória, preservando laços mínimos de cooperação e solidariedade, portanto estamos falando de resistência, cuja trajetória é de luta desde a diáspora e a escravidão, incluindo perdas e prejuízos históricos que se renova, preserva, inventa e reinventa a tradição como fonte de saber e identidade; a experiência da população em situação de rua expõe as feridas abertas desse sistema, suas trajetórias evidenciam a persistência de estruturas coloniais que excluem, hierarquizam e desumanizam, enquanto também revelam as potências de resistência, cuidado e coletividade que são heranças ancestrais. Essas forças demonstram que a história do país não é apenas um relato de opressão, mas também um espaço de luta e reinvenção.

Tendo sido o corpo negro, durante séculos, violado em sua integridade física, interdito em seu espaço individual e coletivo pelo sistema escravocrata do passado e, ainda hoje, pelos modos de relações raciais que vigoram em nossa sociedade, coube aos brasileiros, descendentes de africanos, inventarem formas de resistência que marcaram profundamente a nação brasileira (Evaristo, 2009, p. 18).

Para elucidar esse *modus operandi* das relações raciais no Brasil, e o processo de formação da identidade negra, Cida Bento (2022) retorna ao nosso passado escravocrata, a concentração de negros e negras nas camadas mais pobres da população; a persistência da situação de marginalização; a sobrevivência do racismo e de outras formas de discriminação racial e social; as dificuldades de integração e de inclusão, e os baixos níveis de renda, de escolaridade e de saúde ainda predominantes entre na maioria da população negra.

Ao discutir essas questões, a autora lembra que há um silêncio rotundo da branquitude³ nesse contexto, sendo estes os principais herdeiros e beneficiários da maneira violenta e cruel com a qual foi erguida a sociedade brasileira, de maneira que

³ Nas palavras de Cida Bento, branquitude é um pacto não verbalizado de preservação de um grupo nos melhores lugares sociais. “A branquitude se expressa em uma repetição ao longo da história, de lugares de privilégio assegurados para as pessoas brancas, mantidos e transmitidos para as novas gerações.

tantas opressões desencadeia um processo de formação deteriorada da identidade de negras e negros.

Como justificar que somos uma humanidade se mais de 70% estão totalmente alienados do mínimo exercício de ser? A modernização jogou essa gente do campo e da floresta para viver em favelas e em periferias, para virar mão de obra em centros urbanos. Essas pessoas foram arrancadas de seus coletivos, de seus lugares de origem, e jogadas nesse liquidificador chamado humanidade (Krenak, 2019, p. 9).

De acordo com a autora Kathryn Woodward (2008), a identidade é um conceito fundamental para entendermos como as pessoas se veem e se relacionam com os outros. A identidade é um processo contínuo de construção e reconstrução de quem somos, e é influenciada por fatores como gênero, raça, classe social, entre outros. A identidade também pode ser usada para justificar a violência entre grupos.

A autora retrata que a diferença de identidades é histórica e está instalada em um momento próprio de cada tempo, assim sendo a identidade é marcada pela diferença. De acordo com Kathryn Woodward (2008), é preciso buscar no passado a reafirmação das suas identidades para compor novas identidades. “O conceito de identidade é importante para examinar a forma como a identidade se insere no “círculo da cultura” bem como a forma como a identidade e a diferença se relacionam com o discurso sobre a representação” (Woodward, 2008, p. 16). No enredamento de construção de identidade e suas transformações podemos também perceber as complicações que emerge no atrito e atribuições de diferenças.

Conforme Kathryn Woodward (2008) a visualização e entendimento de uma identidade se dá através dos confrontos com outras identidades, na produção das diferenças, assim se dão os confrontos sociais, confrontos culturais, confrontos de gênero.

A identidade está vinculada a noção de pertencimento a certo um grupo identitário determinado, sendo classificada como fixa ou imutável. Acabamos por atribuir rótulos, estereótipos, estigmas que tem por pretexto fixar as identidades seguindo essa normativa da sociedade ocidental. Sendo vinculada a condições sociais e raciais, a identidade tem caráter excludente, o que põe o grupo com marcas “taxativas” em desvantagens e com isso, à margem do outro grupo; nesse sentido ao povo preto foi dada a possibilidade de se desenvolver como cidadão de segunda classe, decorrendo daí o desenvolvimento de uma identidade articulada em torno de

valores considerados socialmente negativos, alimentados pelo preconceito e pela discriminação.

Os marcadores sociais em determinado sentido estabelecem uma demarcação onde os sujeitos constroem suas identidades, portanto para compreender o processo de construção identitária é importante perceber que as diferenças raciais estabelecem tensões raciais. As humilhações, estigmatizações explícitas ou implícitas, sutis ou veladas, conduzem a construção de uma identidade negra indefinida e fragmentada, o que muitas vezes introduz em alguns negros e negras a desejar tudo aquilo que representa a sua negação, ou seja, a brancura.

O ideal do branqueamento estabelece em pessoas negras a contradição instalada em sua subjetividade, uma vez que para ela a subjetividade envolve os pensamentos e as emoções (conscientes e inconscientes) que compõem as nossas compreensões de quem nós somos.

Segundo Frantz Fanon (1983) a subjetividade do negro é marcada por uma neurose capaz de gerar uma alienação da sua condição de sujeito negro, levando-o por vezes a se pensar no mundo dos brancos; ressaltamos que esta situação não é fruto de algo inerente ao negro, mas consequência histórica do processo complexo de construção identitária em que se estabelece essa referência ambivalente.

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor do “eu” coerente. Dentro de nós há identidade contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (Hall, 2006, p.13).

Stuart Hall (2006) ao tratar os valores identitários traz a compreensão, que nossos processos de identificação, ou a identidade, “é definida historicamente, e não biologicamente” (Hall, 2006, p. 13). Nesse contexto, a identidade coletiva refere-se ao resultado do processo de identificação com determinado grupo social e racial; pensar em como o conceito de diferença é usado para justificar a violência entre grupos é crucial no processo de construção das posições de identidade.

De acordo com a autora Kathryn Woodward (2008) a diferença é um conceito fundamental para entendermos como as pessoas se relacionam com os outros e com o mundo ao seu redor. A diferença é um processo contínuo de construção e reconstrução de como as pessoas se veem em relação aos outros, e é influenciada

por fatores como gênero, raça, classe social, entre outros. A diferença também pode ser usada para justificar a violência entre grupos, como mencionado anteriormente; além disso a diferença é importante para a construção de sistemas⁴ simbólicos e culturais, que são fundamentais para a compreensão dos significados envolvidos nesses sistemas. “A marcação da diferença é crucial no processo de construção das posições de identidade” (Woodward, 2008, p. 39).

A diferença é reproduzida por meio de sistemas simbólicos, porque as coisas e as pessoas ganham sentido por meio da atribuição de diferentes posições em um sistema classificatório; a identidade e a diferença estão diretamente relacionadas aos valores individuais ou coletivos construindo os conjuntos simbólicos que vão representar a identidade e a diferença. Dentro deste contexto, somos colocados em um sistema simbólico, onde seremos incluídos ou excluídos de acordo com determinadas práticas de significação. Os⁵ sistemas classificatórios têm na diferença um ponto essencial da produção de significados, é a diferença que vai definir quem somos, entre nós e eles, entre o fora e o dentro, entre o sagrado e o profano ou entre o masculino e o feminino, entre o branco e o negro.

No momento em que pensamos em uma identidade estereotipada, atribuída ao povo preto, estamos nos referindo a algo socialmente construído com intuito de inferiorizá-lo. Na realidade brasileira, essa identidade foi formulada historicamente desde o período colonial, alicerçado na inferiorização das diferenças impressas do povo escravizado, sob essa perspectiva, a identidade presente no imaginário social de pessoas negras, é diferente das pessoas brancas. Na forma dominante, o branco é visto como expressão de superioridade e universalidade que dispensa especificações, já o negro é colocado no paradigma de inferioridade, como expressão do que é *exótico* ou *ruim*, é construído para ele o “mito do negro” como assinalou Frantz Fanon (1983) através de fetiches, selvagem, analfabeto, estúpido entre outros. Esse mito influencia no processo de percepção e construção de identidades de

⁴ De acordo com Kathryn Woodward, os sistemas simbólicos fornecem novas formas de se dar sentido à experiência das divisões e desigualdades sociais e aos meios pelos quais alguns grupos são excluídos e estigmatizados.

⁵ Conforme Kathryn Woodward relata um sistema classificatório aplica um princípio de diferença a uma população de uma forma tal que seja capaz de dividi-la e a todas as suas características em ao menos dois grupos opostos.

peessoas negras, sua subjetividade será remodelada e reconstruída para relacionar-se e articular-se com outras representações.

Kilomba (2019) argumenta que a formação da identidade negra está profundamente ligada às experiências históricas e sociais marcadas pela escravidão, colonialismo e discriminação racial, as narrativas dominantes muitas vezes perpetuam estereótipos temáticos sobre as pessoas negras, influenciando a autoimagem e a identidade desses indivíduos; a autora também fala sobre a urgência de criar espaços para a cura e para a construção de identidades mais afirmativas.

Ainda de acordo com Kilomba (2019) é importante dar voz às experiências individuais e coletivas de pessoas negras, desafiando as narrativas dominantes e promovendo a autodeterminação. Sua obra muitas vezes enfatiza a necessidade de enfrentar o passado colonial e confrontar as estruturas de poder que o sustentam, e propõe uma desconstrução crítica dessas narrativas; empoderando as pessoas negras na residência de suas identidades. Dentro do discurso da formação de identidade pensar na condição de mulheres pretas em situação de rua e a construção de suas identidades torna-se evidente a complexidade desse processo, pois sofrem ainda mais o estigma social associado à condição de estar em situação de rua, que se entrelaça com as discriminações raciais sistêmicas, resultando em um impacto maior sobre suas vidas.

Relato de Vida

Meu nome é Tereza de Benguela, tenho 34 anos, e vivo na rua há anos. Não foi uma escolha, mas uma consequência de muitas portas na cara, e um povo que não me vê como gente. A rua é um lugar que não perdoa, especialmente para uma mulher como eu, aqui, a violência e o preconceito se misturam.

A noite durmo com um olho aberto, já fui agredida várias vezes, vejo pessoas atravessando a rua quando me veem, cochichando, me olham como se fosse uma ameaça; outras me chamam de 'vagabunda', 'imunda'.

Carrego como uma cicatriz de uma facada, ser mulher já me coloca em perigo, mas ser “negra” e viver na rua é pesado também, quando peço ajuda, muitas vezes sou ignorada ou recebo olhares de nojo, já tentei arranjar trabalho não consigo, o que

faço e tentar vender bala e” manguear “(Expressão que se usa quando se pede dinheiro)

A minha avó foi empregada doméstica a vida toda, minha mãe também, eu estou nessa vida mesmo, venho aqui no Centro pop tomo banho, almoço, depois volto para a rua, e fico lá na praça que por enquanto está mais tranquilo para dormir, mas as vezes passa um pessoal de madrugada tirando a galera.

(Tereza de Benguela mulher preta cis 34 anos em situação de rua)



Foto 6: Cartaz feito por acolhidas

Fonte: Arquivo Pessoal

CAPÍTULO 3

3. Relações de opressão: Interseccionalidade como ferramenta de análise

Quando analisadas as questões raciais sem a interseção da categoria de gênero, o foco tende a ser como o racismo e suas consequências afetam a vida dos homens negros; gênero é um conceito importante que associado ao da raça e classe social resulta em barreiras adicionais para as mulheres pretas.

A interseccionalidade é um conceito necessário no campo dos estudos sociais, esse termo ganhou notoriedade e foi difundido originalmente pela jurista e teórica feminista Kimberlé Crenshaw nos anos 1980 (Crenshaw, 2002). Embora a autora tenha sido a principal teórica a cunhar o termo "interseccionalidade", escritoras negras já exploravam essa ideia antes de sua formalização acadêmica. Lélia Gonzalez apontou a interseção entre gênero, raça e classe em sua obra "Racismo e sexismo na cultura brasileira" em 1984 (Gonzales, 1984). E em "Por um feminismo afro-latino-americano", de 1988 (Gonzales, 1988) e contribuiu para a construção desse conceito teórico, antes dele ser nomeado e difundido por Crenshaw (2002) e destacou como as experiências de mulheres negras diferem daquelas de mulheres brancas e de homens negros, abordando as especificidades de viver sob a interseção do racismo e do sexismo.

Bell Hooks (2020) também trouxe reflexões sobre como as estruturas de poder não podem ser compreendidas isoladamente, argumentando que o feminismo hegemônico muitas vezes marginaliza as experiências das mulheres pretas. Audre Lorde (1984) destacou como ignorar as diferenças entre mulheres enfraquece os movimentos feministas e perpetua hierarquias de opressão, suas ideias foram fundamentais para a construção de um pensamento interseccional, mesmo antes de o termo ser popularizado.

O conceito interseccionalidade busca compreender como diferentes sistemas de opressão, discriminação e privilégio interagem entre si, criando experiências únicas de marginalização ou vantagem para indivíduos e grupos sociais. Em vez de tratar as opressões de maneira isolada, a interseccionalidade reconhece que fatores como gênero, raça, classe, sexualidade, deficiência e idade se entrelaçam, configurando uma matriz de desigualdades que afeta diferentes pessoas de maneiras distintas. De

acordo com (Akotirene, 2018). “A interseccionalidade como perspectiva, instrumento heurístico ou metodologia, nos dá a possibilidade de trazer à tona experiências de opressão não contempladas pelo feminismo em seus primórdios” (Akotirene, 2018, p. 28).

No campo prático, a interseccionalidade tem sido amplamente adotada para analisar como as políticas públicas, as instituições sociais e as organizações tratam diferentes grupos sociais. Por exemplo, em um estudo sobre acesso à saúde, é fundamental considerar como mulheres negras de baixa renda enfrentam barreiras específicas decorrentes da combinação de desigualdades de gênero, raça e classe social. Da mesma forma, no âmbito educacional, as experiências de estudantes LGBTQIAPN+ de diferentes origens raciais e sociais revelam as complexidades dessas intersecções na reprodução das desigualdades.

Uma contribuição significativa da interseccionalidade é sua capacidade de ampliar as perspectivas analíticas e práticas sobre justiça social como apontado por Collins (2016). O conceito desafia as abordagens simplistas que tratam as categorias de identidade como isoladas e sugere uma compreensão múltipla e dinâmica das relações de poder. Essa abordagem também encoraja a adoção de soluções integradas para problemas sociais, considerando as necessidades específicas de grupos marginalizado. Portanto interseccionalidade permanece uma ferramenta essencial para a compreensão das desigualdades contemporâneas, ao integrar uma perspectiva interseccional.

A teoria da interseccionalidade, discutida há muito tempo por intelectuais negras, torna compreensível a indissociação entre gênero, raça e classe. E somente a partir dessa compreensão que se possibilita pensar um novo modelo de sociedade. Nesse sentido é necessária a reflexão de como as formas de opressão estão inter cruzadas, não na tentativa de hierarquizá-las, mas de ter uma leitura fundamental sobre a estrutura social. Ao estudar as sobreposições entre raça e gênero para compreendemos adequadamente certas formas de opressão, tais análises ao tratar de machismo e racismo consideram que existe, de um lado, a “experiência da mulher”, e, de outro, a “experiência negra” (Crenshaw, 1989). O patriarcado que abrange o machismo e o sexismo, junto com o racismo são sistemas de opressão interligados que estruturam as relações sociais, econômicas e políticas, perpetuando

desigualdades e exclusões. Lerner (1986) sugere que a opressão das mulheres não pode ser entendida de forma isolada, mas deve ser analisada em conjunto com outras formas de opressão e em contextos específicos, como o colonialismo, o que é uma preocupação crescente nas discussões feministas contemporâneas.

O machismo e o sexismo são expressões do patriarcado, manifestando-se como implicações, práticas e comportamentos que desvalorizam as mulheres e reforçam a supremacia masculina. O sexismo é uma ideologia que justifica a desigualdade de gênero, enquanto o machismo é uma expressão prática, manifestada em atitudes e comportamentos cotidianos que subjagam mulheres (Akotirene, 2018). Para Bell Hooks (2020) o patriarcado é uma estrutura de dominação que desumaniza não apenas as mulheres, mas também os homens, ao fortalecer papéis de gênero rígidos e desiguais. Hooks (2020) também destaca que para enfrentar o patriarcado, é essencial desafiar o machismo internalizado pelas mulheres, que muitas vezes reproduzem práticas e ideologias opressivas. Para a autora educação feminista é uma ferramenta indispensável na luta contra as opressões.

O racismo, como sistema de dominação baseado na ideia de superioridade racial, reforça e é reforçado pelo patriarcado. Davis (2016) e Gonzalez (1984) pontuam como o racismo e o patriarcado atuam em conjunto para inferiorizar mulheres negras, relegando-as a posições de subalternização. Para Davis (2016) a luta feminista deve ser interseccional, confirmando que as experiências de opressão das mulheres negras são distintas das mulheres brancas. A autora argumenta que as lutas contra o racismo, o sexismo e a exploração econômica devem ser vistas como interdependentes. Gonzalez (1984), também aponta que o patriarcado brasileiro se construiu sobre a exploração histórica do corpo das mulheres negras.

Conforme Carneiro (2005) o racismo estrutural e institucional no Brasil opera como ferramenta de manutenção da colonialidade, invisibilizando demandas e perpetuando desigualdades, especialmente as negras. E essa realidade é intensificada pela interseção entre gênero, raça e classe, o que Lugones (2014) denomina como “colonialidade de gênero.” Essa perspectiva é crucial para compreender como as formas de opressão se sobrepõem, recriando um sistema de exploração e exclusão. O feminismo decolonial propõe uma ruptura com os paradigmas eurocêntricos e coloniais que moldam as políticas públicas e os discursos sobre pobreza e gênero, Gonzalez (1984) destaca que é essencial considerar as

histórias, saberes e experiências das mulheres marginalizadas para construir uma crítica radical às estruturas que perpetuam sua exclusão.

A interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão desses sistemas de opressão estruturais, “a condição de mulheres que sofriam com a combinação das restrições de sexo, raça e classe” (Davis, 2016, p. 149). Apesar de estarem sujeitas à discriminação sexista, as mulheres negras, enquanto vítimas do racismo, são submetidas a formas de opressão que nenhuma mulher branca precisou aguentar. Como afirma Hooks (2020) o cruzamento de opressões que colocam-nos em situação de maior vulnerabilidade. Dessa forma as opressões estruturais sofridas pelas mulheres negras entrecruzam-se em várias avenidas identitárias. No caso das mulheres pretas em situação de rua, essa perspectiva exige o reconhecimento de que elas não são apenas vítimas passivas, mas também agentes de resistência. Apesar das condições adversas, essas mulheres desenvolvem redes de solidariedade, práticas de cuidado e formas de luta que desafiam as narrativas dominantes sobre a vulnerabilidade.

A interseccionalidade pode ser considerada como um conceito, como ferramenta, ou identidade política; pensada e debatida pelas feministas negras na sua origem. Carla Akotirene (2018) ressalta que não podemos fazer essa dissociação e nem deixar de trabalhar “o paradigma afrocêntrico” ligado à sua origem. E esse debate surge das necessidades cotidianas das mulheres negras visando compreender e enfrentar as dinâmicas e consequências da nossa estrutura social. Entretanto como já ressaltamos, esse sistema opressor é tão bem estruturado que vai demonstrar que, independente do cruzamento das opressões, as mulheres negras, base da pirâmide social, estarão sempre mais vulneráveis nessa estrutura social vigente.

Uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p. 177).

Com base no pensamento feminista negro, que propõe um olhar sobre as questões de gênero interseccionadas com as de raça e classe sem a necessidade de hierarquizá-las, como nos diz Djamila Ribeiro (2019) o conceito de interseccionalidade

diz respeito à intercessão das opressões estruturais, “considero a interseccionalidade como um ‘sistema de opressão interligado” (Akotirene, 2018, p. 16). Dessa forma aparece como um método de se compreender os contatos entre sistemas de opressão; aparece também outras vezes, como os próprios sistemas de opressão em seus pontos de contato. É uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais sistemas de opressão e subordinação. E trata especificamente da forma pela qual o racismo, o machismo e a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, classes e outras (Crenshaw 2002).

A autora Carla Akotirene, ao tratar da noção de interseccionalidade, sofre influência direta de Crenshaw. E reitera no sentido de que a interseccionalidade diz respeito à interposição entre raça e gênero e à insuficiência das teorias feministas e antirracistas, que se colocam do ponto de vista dos indivíduos privilegiados no interior de cada um desses grupos, ou seja, da mulher branca e do homem negro, respectivamente. Assim o conceito aparece tendo por central a compreensão da especificidade da situação da mulher negra: “É da mulher negra o coração do conceito de interseccionalidade” (Akotirene, 2018, p. 19). Na perspectiva interseccional é possível considerar a condição de ser mulher e de ser negra entrelaçada com outros recortes de identidade. A interseccionalidade da mulher negra se relaciona com outras condições sociais como classe, posição socioeconômica e de suas experiências em vários contextos sociais.

A construção social da concepção de raça, gênero e classe articula múltiplas formas de exploração e desigualdade social necessárias à existência do sistema capitalista. No caso das mulheres negras, que serão sempre incluídas pelas questões de gênero e raça já que a maioria da população negra é também a maioria em condições de pobreza; não por acaso, a mulher negra permanece no nível mais baixo da pirâmide social. A desigualdade de classe no Brasil é um fator histórico que perpetua as condições de pobreza para grande parte da população. Por isso intersecção entre classe, gênero e raça é particularmente evidente nas condições de vida das mulheres negras, que estão desproporcionalmente concentradas nas regiões mais pobres e em empregos precarizados. Biroli destaca (2018) que as mulheres negras enfrentam uma dupla discriminação, de gênero e raça e representam uma

parcela significativa das trabalhadoras domésticas, uma profissão historicamente marcada pela informalidade e pela baixa remuneração, e outras ocupações que também configuram o subemprego.

De acordo com Biroli (2018), a desigualdade de classe é intensificada pela ausência de políticas públicas efetivas que possam promover mobilidade social para os grupos historicamente marginalizados. E as mulheres negras em situação de rua estão na linha de frente em maior vulnerabilidade, e racialização da pobreza, o que por sua vez, está intimamente ligada à história de exclusão da população negra no Brasil. As reflexões Biroli (2018) oferecem uma base para compreender como as dinâmicas operam nessas intersecções promovendo a feminização e racialização da pobreza, tendo em vista o que Brasil são reflexos de um sistema histórico de exclusão e desigualdade, Biroli (2018) argumenta que o enfrentamento desses fenômenos exige uma abordagem interseccional que leve em conta as diversas formas de opressão que se cruzam nas experiências das mulheres negras e pobres.

Do ponto de vista que engloba a pluralidade das experiências do ser mulher negra, é preciso atentar para a o lugar designado socialmente para as mulheres negras e suas trajetórias. Pensar sobre as mulheres em situação de rua não se diferencia totalmente da realidade de mulheres pobres nas periferias das cidades. Apesar das diferenças que existem entre essas mulheres, elas compartilham da experiência de opressão desse lugar em comum, de ser negra com vivências de opressões e silenciamentos.

As opressões estruturais se interconectam em uma matriz de dominação que influencia todos os níveis das relações sociais e perpassando pelos planos individuais e coletivos em estruturas visíveis e permeáveis. Segundo algumas teóricas do feminismo negro Gonzalez (1982), Carneiro (2002), Werneck (2010), e Akotirene (2018) as opressões interseccionadas mostra sua face mais perversa em todas as fases da vida das mulheres negras. Podemos entender que a interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais, em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana, e considera que as categorias de raça, classe, gênero entre outras, são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente.

Portanto, a atenção à subordinação interseccional exige uma estratégia que valorize a análise de baixo para cima, começando com o questionamento da maneira como as mulheres vivem suas vidas. A partir daí a análise pode crescer, dando conta das várias influências que moldam a vida e as oportunidades das mulheres marginalizadas (Crenshaw, 2002, p. 182).

As mulheres pretas estão historicamente inseridas em uma posição de subalternidade em uma sociedade racista, sexista e desigual que lhes nega o lugar de sujeitas, sendo reduzidas muitas vezes à objetificação. Conforme afirma Kilomba (2019) essa objetificação da mulher negra ocorre por ela ser a antítese de masculinidade e da branquitude, estão em um lugar de subalternidade ainda mais difícil de ser superado: Por não serem nem brancas e nem homens, ocupam um lugar muito difícil na sociedade supremacista branca, historicamente foram silenciadas e são desumanizadas. “Por serem vítimas de opressões intercruzadas, as mulheres negras encontram-se em um não lugar” (Ribeiro, 2019, p. 46). Nesse sentido, a negação do direito à humanidade dessas mulheres, resultou na objetificação, que tem por justificativa a hierarquia social baseada em raça e sexo, na qual a mulher preta é colocada em posição inferior tanto as mulheres brancas, quanto aos próprios homens negros (Hooks, 2020). Essa hierarquia embasa a reafirmação estereótipos negativos, que de acordo com Stuart Hall (2016, p. 192) fazem “parte da manutenção da ordem social e simbólica”.

Portanto, a rua, como um ambiente adverso necessita ser problematizada e estudada sob a ótica da interseccionalidade. As mulheres pretas, pobres e periféricas vivem em uma constante luta por subsistência, enfrentando as inegáveis opressões impostas pela sociedade. Assim as mulheres que vivem em situação de rua tendem a passar por todo esse processo de forma mais acentuada (Bernadino-Costa, 2015).

A interseccionalidade utilizada para discutir a experiência de mulheres negras é muito necessária, por incluir essas perspectivas ao discutir assuntos que formulam mudanças sociais. Desta forma é fundamental lançar mão do conceito da interseccionalidade como ferramenta central para analisar a situação das mulheres em situação de rua. No entanto, o feminismo decolonial vai além ao argumentar que essas interseccionalidades não podem ser desvinculadas do legado colonial. A colonialidade de poder e de saber molda as formas como essas mulheres são marginalizadas e criminalizadas suas vivências são moldadas por interações

complexas de raça, gênero, classe social e outras dimensões de identidade e estrutura social.

Relatos de Vida

Meu nome é Ruth de Souza, tenho 28 anos, minha história não é muito diferente da de tantas outras pessoas que vivem nas calçadas, eu morava num lugar aqui mesmo, do outro lado da ponte, cresci com minha mãe e dois irmãos em uma casa pequena, sustentada com muito esforço por ela, que trabalhava. Meu pai eu nem cheguei a conhecer. Quando eu tinha 14 tive uns problemas em casa, meu irmão foi preso, eu me envolvi com um cara mais velho, eles eram da “boca”, deu muita confusão, teve o Conselho tutelar no meio, e aí eu fui para um abrigo de criança com a minha irmã de 10 anos, a partir daí tudo desandou, quer dizer, até que lá no abrigo não foi tão ruim, quando fiz 18 sai de lá, fiquei um tempo na casa da minha mãe não deu certo, depois fui ficar com minha tia mas também não rolou, acontecia umas coisas estranhas mas eu não quero falar disso.

Aos 20, conheci o pai do meu filho, e engravidei logo depois, fiquei com ele um tempo, mas depois ele quis me bater, me humilhava, ele foi preso, mas não foi por minha causa não. Daí para a frente essa parte da minha vida não quero falar o que aconteceu, vou contar agora só da minha vida na rua. Comecei a dormir em abrigos, mas as filas eram longas e o espaço não era seguro, principalmente para uma mulher sozinha, foi aí que a rua virou meu teto, mas eu passei por abrigo em outras cidades e aqui também, agora eu já estou aqui de novo, há uns 2 anos.

Estar na rua é complicado, as pessoas te olham como se você fosse suja ou perigosa, mas ninguém quer saber da sua história, e a minha é pesada (nesse momento ela começou a chorar) já fui roubada, agredida e abusada, isso antes de eu ficar na rua, (Nesse momento ela chorava e sorria ao mesmo tempo, foi ficando muito emocionada e um pouco nervosa resolvi pergunta-la se queria parar a conversa, e se queria conversar com outro dia, ela disse que sim, e então dias depois voltamos a nos encontrar).

Relatos de Vida (Segunda parte)

Já fiquei noites acordada com medo de ser atacada enquanto dormia, mesmo assim, tento me manter firme. Às vezes é legal a gente ficar com um homem também, que aí dá mais uma segurança para a gente. Sei que a maioria das pessoas que vive na rua, como eu, é preta e isso não é coincidência, lá no abrigo de criança também era assim, parece que a vida empurra para cá, tira as chances antes mesmo da gente nascer. Outro dia apareceu uma mulher que era branca aqui no abrigo, a galera ficou com pena dela, falavam que ela tá aqui sofrendo, a mulher era a maior 171, dava volta na família dela por causa de droga, e ficava nas ruas; já conheço ela a tempo, mas aqui todo mundo quase que pega ela no colo, eu não sou muito ligada nessas paradas, mas dá pra sentir que o tratamento é diferente (Risos) É uma merda isso sabe, eu levo raio, sou esculachada pra caramba, mas vida é assim né, pra uns tudo, pra outras nada.

Mas agora quero mudar, eu vou virar digital influencer, e vou bombar nas redes (Risos) eu ainda sonho em reencontrar meu filho, ele está com a minha mãe, não moram mais aqui.

(Ruth de Souza mulher preta cis 28 anos em acolhimento institucional)



Foto 7: Cartaz feito por acolhidas

Fonte: Arquivo pessoal

3.1 falando especificamente de mulheres pretas: Vidas precarizadas e violências deflagradoras

A discussão sobre questões de gênero e raça tem muita relevância para abarcar todas as nuances das experiências vividas por mulheres pretas. A intenção de focar especificamente em mulheres pretas reside na necessidade de reconhecer e abordar as desigualdades estruturais que perpetuam sua exclusão e invisibilidade, como já abordamos anteriormente. Este grupo enfrenta desafios únicos que não podem ser plenamente compreendidos ou resolvidos através de uma abordagem generalista. A discriminação racial combinada com a discriminação de gênero, raça e classe resulta em barreiras significativas ao acesso a oportunidades de educação, emprego, saúde e justiça (Carneiro, 2011).

Além disso, as experiências de mulheres pretas são marcadas por formas específicas de resistência e resiliência que merecem ser reconhecidas e celebradas. A literatura feminista negra, por exemplo, oferece uma rica tradição de análise crítica e teorização que ilumina as maneiras pelas quais essas mulheres negociam suas identidades. É importante entender a interseção dos marcadores sociais da diferença, como promotores de desigualdade na realidade das mulheres pretas em situação de rua e como estes influenciam na exclusão e precarização de suas e violências estruturais que as marginalizam historicamente em uma sociedade profundamente moldada pelo racismo, pelo patriarcado e outros sistemas de opressão. Por tanto suas trajetórias de vida são atravessadas por uma intersecção de opressões que perpetuam ciclos de pobreza.

Ao analisar essas dinâmicas, é impossível não traçar um paralelo com a obra de Carolina Maria de Jesus, "Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada" (1960) sendo a autora, uma mulher preta, pobre e moradora de uma favela em São Paulo, oferece em seu diário um retrato potente da precariedade e das violências que estruturam a vida de milhares de mulheres como ela. Sua narrativa é um grito de resistência e uma denúncia das condições degradantes impostas às populações marginalizadas no Brasil. Na atualidade, a obra se insere no contexto das narrativas femininas das vozes subalternas

A autora Carolina Maria de Jesus (1960) descreve em seu livro a fome como uma presença constante em sua vida e na de seus filhos. A fome, mais do que uma necessidade fisiológica não atendida, torna-se uma metáfora para a negação

sistemática de direitos, e essa mesma fome persiste como uma experiência cotidiana para milhares de mulheres pretas contemporâneas, que enfrentam dificuldades em acessar emprego formal, educação de qualidade e serviços básicos de saúde e assistência social (Piedade, 2017). A fome é uma das temáticas centrais na obra da autora e, ao mesmo tempo, uma metáfora potente para a ausência de dignidade e de direitos, “a fome é amarela, encurva as crianças, murcha os adultos e transpõe a noite sem sono” (Jesus, 1960, p. 27). Essa descrição traduz não apenas a angústia física, mas também a condição de negação de subjetividade e humanidade imposta às mulheres negras. Assim, ao colocar sua experiência nas páginas de um livro, Carolina Maria de Jesus (1960) rompe com o silenciamento e transforma seu “quarto de despejo” em um espaço de resistência. Sua escrita não apenas denuncia, mas também aponta para a urgência de se pensar em soluções estruturais que combatam o racismo e o sexismo, que precarizam e violam as vidas de mulheres negras. A reflexão sobre a obra é, portanto, uma oportunidade de evidenciar a continuidade das desigualdades e de reforçar a luta por direitos, a luta por cidadania.

As violências enfrentadas pelas mulheres pretas extrapolam o âmbito físico, elas são também simbólicas, estruturais e institucionais. A mortalidade materna e a violência obstétrica, por exemplo, afetam de forma desproporcional mulheres pretas, devido ao racismo estrutural que atravessa o sistema de saúde, e a ausência de políticas públicas efetivas que considerem as especificidades dessas mulheres, o que resulta em um ciclo de violações sistemáticas de direitos (Piedade, 2017). No campo do trabalho, a informalidade e a exploração são realidades predominantes, segundo dados do IBGE (2022) 52% das mulheres pretas estão na informalidade, muitas vezes em condições precárias e sem garantias trabalhistas, essa situação as aproxima da realidade retratada por Carolina Maria de Jesus, que catava papéis para garantir o sustento da família.

De acordo Stuart Hall (2006, p. 28) “o colonial não está morto, já que sobrevive através dos seus efeitos secundários” as opressões são reencenadas, na medida em que são reconfiguradas, os principais problemas de acesso à cidadania enfrentados pelas camadas populares no Brasil.

A transição para o “pós-colonial” é caracterizada pela independência do controle colonial direto, pela formação de novos Estados-nação, por formas de desenvolvimento econômico dominados pelo crescimento do capital local e suas relações de dependência neocolonial com o mundo desenvolvido

capitalista, bem como pela política que advém da emergência de poderosas elites locais que administram os efeitos contraditórios do subdesenvolvimento. É igualmente significativo o fato de ser caracterizada pela persistência de muitos efeitos da colonização e, ao mesmo tempo, por seu deslocamento do eixo colonizador/ colonizado ao ponto da sua internalização na própria sociedade descolonizada (Hall, 2006, p.120).

María Lugones (2014) e Stuart Hall (2006) oferecem perspectivas complementares para compreender as dinâmicas de violência e precariedade que atravessam a vida de mulheres pretas em contextos de colonialidade. É possível articular uma análise crítica sobre como o sistema colonial e suas estruturas na contemporaneidade, perpetuando formas de dominação, exploração, e desumanização precarizando vidas de mulheres pretas. O sistema colonial não apenas impôs relações de poder baseadas na dominação racial e econômica, mas também reconfigurou as relações de gênero de maneira hierárquica e violenta, e continua a embasar essas opressões. A colonialidade de gênero é uma estratégia de controle que articula racismo e patriarcado para subordinar corpos, mulheres pretas ocupam um lugar específico de vulnerabilidade dentro da matriz colonial. Uma vez que são posicionadas na intersecção, suas vidas precarizadas são não apenas fruto de desigualdades, mas também de violências deflagradoras que operam cotidianamente.

Já Stuart Hall (2006) aponta que a identidade racial é construída em relação à hegemonia cultural e às dinâmicas do poder simbólico. A representação é uma arena de luta onde as mulheres pretas são frequentemente representadas por meio de estereótipos desumanizantes que reforçam sua marginalização. Essas imagens desumanizadoras não são apenas reflexos passivos da realidade, mas também moldam as condições materiais da existência dessas mulheres, contribuindo para a reprodução da precariedade e da violência enraizadas em uma longa história de colonialismo. Essas violências vão desde a expropriação de seus corpos e territórios até formas contemporâneas de violência estrutural

Os antigos cativos continuassem trabalhando nas terras de seus antigos senhores, onde a educação sempre fora reservada a poucos e onde até a Constituição restringia a participação política a uma pequena minoria. Num tal ambiente, não seria razoável esperar uma adoção generalizada de objetivos com a intenção de criar um sistema igualitário (Conrad, 1975, p. 192).

A discriminação racial e social continua a ser um dos maiores obstáculos ao pleno exercício da cidadania, afeta o acesso a oportunidades de emprego, educação,

saúde e justiça. Mulheres negras, enfrentam preconceitos que limitam suas possibilidades de ascensão social, e isso é intensificado quando pensamos em mulheres negras em situação de rua uma vez que a perpetuação da desigualdade econômica é uma barreira significativa para o exercício pleno da cidadania, limitando o acesso a bens e serviços essenciais. Conforme descreve Jesus (1960) simbolicamente, o espaço reservado pela sociedade para aqueles que são descartados, é a escassez, nesse contexto, mulheres negras são especialmente vulneráveis, enfrentando tanto as violências deflagradoras do Estado, como a omissão em políticas públicas de proteção social, quanto as violências diárias nas relações interpessoais, muitas vezes atravessadas pela desigualdade de gênero e cor.

De acordo Dominique Vidal (2003) os desafios enfrentados em relação ao acesso à cidadania ressaltam a importância de abordar não apenas questões econômicas, mas também aspectos sociais e de reconhecimento na promoção de uma cidadania efetiva e inclusiva.

A cidadania é um percurso longo e difícil de ser conquistado pelas pessoas negras no Brasil, pois pensar cidadania é pensar na liberdade efetivamente conquistada e não como algo doado, em uma sociedade de desiguais, é uma conquista baseada na luta por seus agentes sociais.

O fenômeno da mulher preta em situação de rua é um problema social complexo que reflete desigualdades históricas, raciais e de gênero. A interseccionalidade desses fatores revela uma realidade na qual a cidadania plena é negada; e o respeito a essas indivíduos é frequentemente esquecido. Desde os tempos da escravidão, essas mulheres ocupam status inferior na sociedade. Com a urbanização e a modernização, muitas foram empurradas para as margens das cidades, enfrentando dificuldades econômicas extremas que as colocam em situação de rua. A marginalização sistêmica continua a colocá-las em desvantagem, restringindo seu acesso à cidadania (direito de ter direitos). Para mulheres pretas em situação de rua, a cidadania é apenas um conceito, e não um exercício, na sua realidade vivida. Raça, gênero e classe, nessa ordem, apresentam os desdobramentos da colonialidade na realidade de mulheres em situação de rua.

O fato de as mulheres viverem nas ruas expostas às violências e exclusão torna os alvos, de total falta de respeito por suas existências. Elas enfrentam uma falta de respeito em múltiplos níveis, são vistas não apenas como desprovidas de moradia,

mas também como desprovidas de valor, de voz e de direitos, esta desumanização contribui para a perpetuação de sua exclusão social e invisibilidade.

A linguagem do respeito possui uma dimensão específica nas camadas populares das sociedades modernas, tendo em vista que associa intimamente a importância conferida ao reconhecimento da humanidade com o sentido dado à ideia de cidadania (Vidal, 2003, p. 269).

Para que o respeito seja efetivamente aplicado, é necessário reconhecer a humanidade e a dignidade dessas mulheres, tratando-as como cidadãs plenas, com direitos e deveres, isso implica em um esforço coletivo para mudar a percepção social e combater preconceitos e os estereótipos que sustentam a discriminação. As mulheres pretas em situação de rua carregam consigo o peso de uma história que remonta a precarização na vida das pessoas. Conforme aponta Silva (2019) a ausência de cidadania formal é uma forma de violência institucional que condena essas mulheres à invisibilidade, a vida nas ruas é marcada por violências constantes.

Relatos de vida

Meu nome Maria Firmina dos Reis tenho 37 anos, e estou em situação de rua há oito anos. Contar minha história não é fácil, porque cada memória traz uma lembrança ruim, uma ferida aberta; mas acredito que falar é bom, eu gosto.

Nasci e morei na comunidade do “Sapo 1” na periferia, minha mãe era empregada doméstica e meu pai era ajudante de obra, não vivia com a gente, tinha outra família. Desde pequena, aprendi a viver com a falta de tudo, comida, luz, água, cresci em um barraco, quando chovia, mais parecia que estávamos na rua.

Ainda assim, minha mãe fazia o impossível para manter na agente na escola. Sonhava que eu pudesse ter uma vida diferente. Mas na escola foi o primeiro lugar que comecei a sofrer preconceito, as professoras me tratavam como se eu fosse incapaz, colegas zombavam do meu cabelo, e da minha pele escura. Sofri muito

Meu pai é branco, sempre fui maltratada pelos meus parentes por parte de pai, tive problemas também com a família da minha mãe, as vezes é melhor ficar na rua sabe, família nem sempre é fácil, mas hoje não posso, mas voltar a ficar na minha família, não posso voltar para o bairro por causa de facção, por causa do meu namorado.

Na rua, a violência contra nós, é brutal. Já fui agredida por policiais que “faziam limpeza” nas ruas, já tive minhas coisas jogadas fora em ações da prefeitura. Já fui estuprada mais de uma vez, por homens que sabiam que eu nunca teria a quem recorrer. E quando tentei buscar ajuda, fui barrada.

Sem um endereço fixo, não consegui me cadastrar, sem documentos, não conseguimos trabalho. Os documentos já tirei lá no Centro Pop. Mas, apesar de tudo, estou viva, encontrei irmãs na rua, outras mulheres. Não tenho estudo; se tivesse, eu tinha condições de trabalhar de carteira assinada

As pessoas pensam que a gente vai roubar, não confia em dar trabalho para a gente, e quando a gente vai pedir, tem pessoas que nem falam. A gente sofre muita discriminação, as pessoas não querem ajudar a gente.

Quando finalmente consegui um emprego de faxineira fixa, achei que as coisas iam melhorar, consegui alugar um quartinho numa comunidade, mas o salário mal dava para pagar o aluguel, com o passar do tempo, fiquei doente, problemas na coluna, fruto de anos de trabalho pesado, sem condições de pagar o aluguel, pois fui demitida. Aí veio o golpe final, outra vez, não tinha para onde ir. Foi assim que vim parar na rua, no início, tentei ficar em abrigos, mas os abrigos estão sempre lotados, é pouca privacidade, decidi que era melhor enfrentar o frio e os perigos das calçadas do que continuar sendo desrespeitada nos abrigos.

Aqui na rua, a vida é um campo de batalha, a gente é invisível para a maioria das pessoas, mas é tratada como sujeira pela polícia e por quem deveria nos ajudar. Já disseram que eu estava “manchando” o bairro, já fui xingada e humilhada por comerciantes que não queriam que eu ficasse perto das lojas. Uma vez, jogaram água fria em mim enquanto eu dormia, disseram que era para “limpar o lugar”.

É como se a gente não fosse gente, como se a nossa dor não importasse, não sei o que o futuro reserva para mim, alguns dias, me pergunto se vou conseguir sair dessa situação, outros, me pergunto se vale a pena tentar. Mas enquanto meu coração continuar batendo, vou lutar para sobreviver. Porque, mesmo com toda necessidade, com toda a violência, ainda existe uma esperança dentro de mim.

(Maria Firmina dos Reis, 37 anos mulher preta cis em situação de rua)

A partir dos relatos de vida e dos argumentos apresentados, podemos afirmar que, compreender as vidas precarizadas e as violências deflagradas enfrentadas por mulheres pretas requer uma abordagem interseccional e decolonial que leve em conta as especificidades históricas, culturais e estruturais que sustentam essas formas de opressão, essa é uma tarefa urgente não apenas para a análise acadêmica, mas também para a construção de práticas políticas emancipadoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As proposições realizadas nesta pesquisa propiciam importantes reflexões acerca de uma parte da história população negra no Brasil. Os longos anos de escravidão produziram efeitos nefastos para a população negra mesmo após a “abolição” inacabada visto que essa não foi acompanhada pela organização de políticas sociais de integração, que pudessem garantir o acesso ao emprego, à educação, à moradia e às condições dignas de sobrevivência, foi um processo incompleto e marcado por um abandono estrutural. Mediante a isso, ocorreu que um número expressivo de pessoas negras foram submetidas a condições sub-humanas de trabalho que vagavam pelas cidades como pedintes. O fim da escravidão relegou as pessoas que foram escravizadas a viverem nas ruas sem condições dignas de sobrevivência, e refletiu de forma significativa nos primeiros movimentos das pessoas em direção às ruas no Brasil.

As consequências estruturais do racismo inserem-se na dinâmica das interações, das formas pelas quais o racismo, ao lado do patriarcado, das opressões de classe e de outros sistemas discriminatórios produzem desigualdades básicas que estruturam as posições relativas à mulher. A partir das discussões realizadas até aqui, foi possível compreender que a formação da população em situação de rua no Brasil está intimamente ligada ao contexto histórico da estruturação da sociedade capitalista, no fim da escravização formal, não aconteceu o processo de emancipação acompanhado por medidas efetivas de inclusão social para a população negra, o que deixou milhões de pessoas em condições de extrema vulnerabilidade. Os ex-escravizados e seus descendentes passaram a enfrentar um ciclo de exclusão que os colocou à margem da sociedade, enfrentando a marginalização econômica e a hostilidade social

As elites agrárias mantiveram o controle das terras, o mercado de trabalho estruturado para favorecer imigrantes europeus, e relegou os ex-escravizados a empregos informais, precários e mal remunerados, intensificando sua condição de pobreza. Essas dinâmicas de exclusão também se refletiram no acesso à moradia, sem condições financeiras para adquirir terras ou habitações dignas, muitas famílias negras foram obrigadas a ocupar espaços periféricos ou improvisar moradias em condições insalubres. Essa realidade se agravou com os processos reestruturação capitalista e as mudanças no mundo do trabalho.

A história da população em situação de rua é, portanto, também uma história de resistência às estruturas de opressão e marginalização que persistem até os dias de hoje. Compreender a formação dessa população exige, portanto, um olhar crítico sobre os mecanismos históricos de exclusão racial, econômica e social, também é fundamental reconhecer que essa situação não decorre de uma “escolha individual”, mas é fruto de um sistema que perpetua desigualdades e nega direitos. Somente através da implantação de políticas reparatórias e de uma abordagem que valorize a dignidade e o protagonismo das populações vulneráveis será possível romper com esse ciclo histórico de exclusão.

Vale ressaltar que nesse contexto, as mais penalizadas dentro da população em situação de rua são as mulheres pretas, visto que as subordinações de raça e gênero que vivenciam, aumentam os processos de opressões e ao não acesso aos Direitos Humanos. A desvalorização da mulher é um problema vivido desde o início da humanidade, nascer mulher na sociedade que ainda não evoluiu em relação aos direitos igualitários de gênero é um desafio constante, sobretudo para mulheres pretas, e no caso das mulheres pretas em situação de rua é muito pior. As questões interseccionais entranham-se nesse processo, são mulheres, pretas e pobres que carregam um estereótipo, tem suas trajetórias marcado pela indiferença.

Como se pode verificar a condição das mulheres pretas em situação de rua no município de Campos dos Goytacazes é uma expressão contundente das dinâmicas históricas de opressão e exclusão social que atravessam o Brasil. Herdeiras de um legado de violência e exploração imposto pelo período escravocrata, essas mulheres enfrentam hoje um complexo entrelaçar de desigualdades raciais, de gênero e de classe que perpetuam sua vulnerabilidade. A rua enquanto espaço de sobrevivência, torna-se também um palco de atravessamentos que incluem não apenas a violação de direitos básicos, mas também a invisibilidade de suas dores e potencialidades.

A perspectiva interseccional evidencia que não é possível compreender a experiência dessas mulheres sem considerar como as dimensões de gênero e cor da pele se articulam em relação à pobreza. Para além de lidar com a escassez material, elas enfrentam o estigma social, a violência sexual e o racismo estrutural, que configuram barreiras adicionais à sua emancipação. Neste contexto, a trajetória histórica do povo negro após a abolição, marcada pela falta de políticas reparatórias

e pela inserção precária no mercado de trabalho ecoa como um fator determinante na perpetuação das condições de vulnerabilidade na vida dessas mulheres.

A análise também revela a insuficiência das políticas sociais em romper com esse ciclo de exclusão. Embora existam iniciativas voltadas à população em situação de rua, elas frequentemente desconsideram as especificidades de gênero e de raça, resultando em respostas genéricas que não atendem às demandas particulares das mulheres pretas. A implementação de políticas públicas que articulem a assistência emergencial com estratégias de longo prazo é fundamental para garantir a elas o acesso a moradia digna, educação e oportunidades de emprego.

É imprescindível reconhecer o protagonismo dessas mulheres e suas resistências cotidianas frente à adversidade. Elas carregam consigo não apenas um histórico de dores, mas também uma potência transformadora que pode e deve ser valorizada em suas trajetórias de superação. Promover a inclusão e a dignidade das mulheres pretas em situação de rua é, acima de tudo, um passo essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, em que o peso das violências históricas possa finalmente dar lugar às possibilidades de um futuro coletivo emancipador.

A presente pesquisa buscou compreender as dinâmicas que envolvem as mulheres em situação de rua e a atuação das políticas sociais externas para sua inclusão; diante do cenário analisado ficou evidente que essas mulheres enfrentam múltiplas vulnerabilidades que transcendem a falta de moradia, envolvendo questões como violência de gênero, discriminação, ausência de redes de apoio e dificuldades de acesso a serviços básicos.

As políticas sociais representam em sua essência um esforço para mitigar essas desigualdades e promover a reinserção dessas mulheres na sociedade. No entanto a eficácia dessas políticas depende de abordagens que reconheçam as especificidades do gênero e da condição de rua, adotando estratégias integradas que promovam não apenas a assistência imediata, mas também a autonomia e o empoderamento dessas mulheres.

A pesquisa revela a necessidade de aprimorar as políticas existentes, garantindo que sejam inclusivas e capazes de dialogar com as realidades das mulheres em situação de rua. Isso inclui a ampliação do acesso a serviços de saúde,

programas de habitação, qualificação profissional, educação, e, sobretudo, o combate às violências estruturais que perpetuam o ciclo de exclusão.

Além disso, destaca-se a importância das interações intersetoriais e de uma maior sensibilização social sobre o tema. O enfrentamento desse problema exige esforços coletivos entre Estado, sociedade civil e iniciativas comunitárias, com vistas a construir caminhos mais eficazes para a transformação social e a garantia de direitos.

Conclui-se, portanto, que as políticas sociais têm um papel central como tentativa de inclusão, mas para que sejam realmente transformadoras, precisam ser continuamente revisadas e adaptadas, tendo como base o respeito à dignidade e à diversidade das mulheres em situação de rua. A promoção de uma sociedade mais justa e igualitária passa pela superação das barreiras que as colocam à margem e pelo fortalecimento do compromisso com a equidade de gênero e o direito à cidade.

As narrativas das cinco mulheres entrevistadas trouxeram reflexões sobre o significado de ser mulher estando na rua em um contexto social e histórico tão carregado de desigualdades. Elas relataram que a rua é um espaço onde a vulnerabilidade feminina é exacerbada, especialmente devido aos riscos constantes de violência física, sexual e psicológica. Além da precariedade material, enfrentam um sentimento contínuo de desumanização e invisibilidade, agravado pelo racismo estrutural e pela intersecção com o machismo e a desigualdade social.

Todas as entrevistadas relataram ter vínculos fragilizados ou rompidos com seus familiares, três delas tem filhos/as, mas só uma ainda tem a guarda dos filhos/as e está grávida. Todas relataram que viveram violência intrafamiliar, e que esse foi o motivo inicial para começarem sua trajetória na rua. Uma análise da violência familiar e da falta de recursos como fatores iniciais na trajetória de mulheres em situação de rua revela a complexidade de um problema social que transcende questões individuais, abrangendo dimensões estruturais, culturais e institucionais. Ao longo desta dissertação, procuramos compreender como esses fatores interagem, alimentando um ciclo de exclusão e vulnerabilidade.

A violência intrafamiliar, seja ela física, psicológica ou sexual, destaca-se como um dos principais acontecimentos dessas trajetórias. Para essas mulheres o espaço doméstico, que deveria ser um ambiente de proteção e acolhimento, torna-se o palco

de agressões e desproteção. A falta de uma rede de apoio eficiente que garanta o acolhimento seguro muitas vezes força essas mulheres a deixarem seus lares, expondo-as a novos riscos e vulnerabilidades. A carência de recurso por sua vez aparece como uma barreira significativa para que essas mulheres consigam romper esse ciclo de violência. A ausência de acesso à educação, trabalho digno, moradia adequada e serviços básicos como saúde e assistência social reforçam a precariedade das suas condições de vida em alternativas viáveis, muitas delas acabam encontrando na rua não uma escolha, mas uma imposição derivada de um sistema que perpetua desigualdades.

Ao analisar os dados e os relatos apresentados, fica evidente que a trajetória das mulheres em situação de rua é marcada por múltiplas exclusões, que não se limitam à esfera econômica, trata-se de uma exclusão simbólica e social, que as invisibilizam e, muitas vezes as culpabilizam, por suas condições de vida. Essa estigmatização não apenas dificulta a reintegração social, como também impede que suas vozes sejam ouvidas nas discussões e formulações.

Portanto, enfrentamos a questão da violência intrafamiliar e da falta de recursos como fatores que conduzem as mulheres à situação de rua. É necessário a criação e o fortalecimento de políticas públicas que atuem em diversas frentes como prevenção à violência de gênero, ampliação do acesso a recursos econômicos e sociais, e garantia de moradia digna e assistência integral. Além disso, é essencial promover uma mudança cultural que desnaturalize as violências sofridas por essas mulheres e valorize suas histórias e demandas como partes legítimas do debate público.

As entrevistadas descreveram a experiência de estar na rua como marcada por um sentimento de invisibilidade e precariedade, agravado pela ausência de suporte adequado das políticas públicas. No que diz respeito à percepção das políticas sociais. As entrevistadas expressaram uma visão predominantemente negativa, embora reconheçam a existência de alguns programas e serviços voltados para a população em situação de rua, a maioria relatou dificuldades significativas no acesso a esses serviços, as entrevistadas destacaram que, quando conseguem acessar serviços institucionais, muitas vezes se deparam com atendimento insensível ou discriminatório, o que reforça o ciclo de exclusão e marginalização, consideram

burocráticos, ineficazes e em alguns casos, marcados por um tratamento desrespeitoso.

Este trabalho buscou aprofundar a compreensão sobre as lacunas existentes entre as propostas e a execução das políticas sociais e como essas falhas impactam diretamente a vida das mulheres em contextos de extrema vulnerabilidade.

As políticas públicas, em sua essência, têm como objetivo promover a equidade e garantir os direitos fundamentais a todos os cidadãos, especialmente aqueles que vivem em condições de maior vulnerabilidade. No entanto a realidade enfrentada pelas mulheres em situação de rua expõe a desconexão entre as intenções normativas e os resultados práticos. Apesar da existência de programas voltados para a erradicação da pobreza, para a garantia de moradia, para a assistência social e para a proteção contra a violência de gênero, o acesso a esses serviços muitas vezes é inviabilizado por uma série de barreiras. O não alcance das políticas públicas não pode ser compreendido apenas como uma falha técnica ou operacional. ele reflete também, uma questão política e cultural, que está relacionada à forma como o Estado e a sociedade percebem e priorizam a questão das mulheres em situação de rua.

Diante desse cenário, o enfrentamento desse problema exige uma reformulação profunda das políticas públicas e sociais, a partir de uma perspectiva que prioriza a inclusão e a justiça social. É necessário fortalecer a presença do Estado em territórios marcados pela pobreza e vulnerabilidade, é necessário investir na formação de profissionais capacitados para atuar com uma abordagem humanizada, respeitosa e sensível; por outro lado, também é fundamental promover um diálogo mais eficaz entre os diferentes níveis de governo, a sociedade civil e as próprias mulheres em situação de rua. Ouvir essas mulheres, compreender suas vivências e incorporar suas demandas na construção de políticas públicas é um passo essencial para superar as limitações atuais.

Sobre a questão dos estigmas e discriminações, todas as entrevistadas enfatizaram que a condição de ser mulher negra em situação de rua as torna alvo de preconceitos múltiplos. Em Campos dos Goytacazes, onde o conservadorismo e a herança escravocrata ainda são perceptíveis nas práticas sociais, elas relataram que, além de enfrentarem o racismo estrutural, sentem-se frequentemente culpabilizadas por sua situação, como se estivessem ali por escolha própria. Julgadas moralmente

por sua condição de rua, enfrentam discriminações diárias, tanto na interação com a sociedade campista quanto no contato com instituições públicas, o que aprofunda o isolamento e dificulta a busca por apoio e a criação de vínculos de confiança com a sociedade e com as instituições. O estigma associado à própria condição de estar em situação de rua, mulheres pretas enfrentam uma dupla camada de discriminação, uma vinculada ao racismo e outra ao preconceito contra a população em situação de rua. Esse estigma reforça sua invisibilidade e limita suas oportunidades de reverter essa condição, tornando ainda mais desafiadora a reintegração social. Ele limita o acesso dessas mulheres uma vez que muitas evitam buscar ajuda por temerem serem discriminadas, maltratadas ou até criminalizadas.

As entrevistadas compartilharam como o medo a violência são companheiros constantes, e como isso condiciona suas escolhas e limita suas possibilidades, muitas vezes, elas precisam evitar determinados locais, horários ou situações para minimizar os riscos à integridade física e emocional. Contudo, mesmo com esses esforços, a violência é uma realidade inescapável para elas.

A rua é um espaço de constante ameaça, onde enfrentam, de forma cotidiana, riscos de agressões físicas, assédio sexual e violência psicológica. Esses relatos evidenciam que a rua não é apenas um lugar de exclusão econômica, mas também um ambiente marcado pela perpetuação de opressões, pois violência contra mulheres pretas é multifacetada e interseccional, manifestando-se de maneira física, psicológica, sexual, institucional e simbólica. Dentro do ambiente doméstico, a violência de gênero é um dos fatores primários que levam essas mulheres a abandonar seus lares. No entanto, para muitas delas, sair de casa não significa encontrar segurança. A rua que deveria representar liberdade e escape da opressão doméstica, frequentemente se torna um espaço de risco constante. Para as mulheres pretas, esses riscos são amplificados pelo racismo e pela misoginia, que as tornam alvos frequentes de violência física e simbólica, tanto por parte de indivíduos quanto de instituições.

O medo da violência é assim, uma força paralisante e excludente, esse medo também reduz suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho, especialmente em espaços formais, onde enfrentam preconceitos relacionados à raça, gênero e condição social. Dessa forma, cria-se um ciclo de exclusão, no qual o medo alimenta a marginalização e a marginalização intensifica o medo.

A vivência constante desse medo também tem impactos psicológicos profundos. As mulheres em situação de rua relatam experiências de ansiedade, depressão e outros transtornos mentais associados à violência sofrida ou ao medo de violência iminente. Sobre suas vivências e experiências, é preciso reconhecer seu sofrimento psicológico resultante do racismo, e é importante pontuar a importância de estar refletindo a questão do racismo e seus efeitos na saúde mental, portanto, esse universo racista marcado por iniquidades prejudica a saúde mental daquelas e daqueles que nele sobrevivem. Inferimos que o sofrimento para essas mulheres na verdade é reflexo de seu contexto de vida permeado por iniquidades e desigualdades, e a rua foi apenas um fator a mais para intensificá-lo.

A falta de uma abordagem interseccional resulta em serviços que ignoram as particularidades do racismo e da violência estrutural vivenciada por essa população. Essa omissão não só compromete a eficácia das políticas, mas também reforça o sentimento de abandono e exclusão dessas mulheres, que frequentemente relatam experiências de revitimização ao interagir com o sistema de justiça ou com serviços de assistência. No contexto das ruas, a ausência de medidas de proteção específicas para mulheres aumenta o risco de violência sexual, exploração e abuso.

As entrevistadas relataram ter de adotar estratégias extremas de sobrevivência, como formar alianças perigosas ou se submeter a relações abusivas, como forma de proteção contra violências maiores. O medo, portanto, torna-se não apenas uma consequência de sua condição, mas também um elemento ativo que molda suas decisões e estratégias de sobrevivência. É fundamental garantir que as mulheres pretas tenham acesso a redes de apoio eficientes e humanizadas. Serviços como abrigos, casas de acolhimento e assistência psicológica precisam ser expandidos e adaptados para atender às especificidades dessa população. Políticas de educação e geração de emprego também são essenciais para quebrar o ciclo de exclusão e criar condições para que essas mulheres reconstruam suas vidas com dignidade e segurança.

No âmbito cultural, é urgente combater o racismo e o sexismo que perpetuam a violência e o medo na vida dessas mulheres, campanhas educativas, mudanças nos currículos escolares e acadêmicos, o fortalecimento de movimentos sociais que

promovam a igualdade racial e de gênero são passos essenciais para transformar a sociedade em um espaço mais seguro e inclusivo.

Este trabalho buscou iluminar as múltiplas dimensões de vivências de mulheres pretas em situação de rua. O medo da violência, em suas múltiplas formas, constitui uma constante na vida de mulheres pretas, moldando suas escolhas, suas oportunidades e, em muitos casos, suas trajetórias de exclusão e vulnerabilidade, o medo da violência não pode ser naturalizado como parte da realidade dessas mulheres, mas deve ser compreendido como uma consequência de desigualdades estruturais que podem e devem ser superadas. Esta dissertação buscou investigar como o estigma e a discriminação que estão profundamente enraizados nas experiências de racismo, sexismo e desigualdade social. E se configura como um fator crucial para a trajetória de mulheres pretas em situação de rua. O estudo revelou que esses fatores não são apenas uma reação a eventos isolados, mas fazem parte de um sistema estrutural que perpetua a desigualdade. É fundamental considerar que a superação dessas questões não depende apenas de mudanças nas políticas existentes, mas de uma transformação cultural que valorize os direitos humanos e promova uma visão mais inclusiva e solidária da sociedade.

Por fim, espera-se que esta dissertação contribua para ampliar o debate sobre a interseccionalidade entre raças, gênero e classe, destacando a necessidade de políticas públicas que considerem as experiências específicas das mulheres pretas, a trajetória dessas mulheres não pode ser encarada como um destino progressivo, mas como uma consequência de um sistema que precisa ser urgentemente transformado.

Que este estudo inspira novas pesquisas, reflexões e ações práticas e comprometidas, tanto no âmbito acadêmico quanto político, contribuindo para a construção de um futuro, para que possamos construir uma sociedade onde todas as mulheres independentemente de sua cor ou condição social, possam viver sem medo, com dignidade, segurança e justiça, onde nenhuma mulher seja deixada para trás.



Foto 8: Acolhimento Manoel Cartucho
Fonte: Arquivo pessoal



Foto 9: Acolhimento Casa de Passagem
Fonte: Arquivo pessoal

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade**. Coordenação Djamila Ribeiro. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALMEIDA, Sílvio Luiz. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): etramento, 2018.

ALMEIDA, Suely Souza de. SAFFIOTI, Heleieth . **Violência de gênero: Poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão: O Novo Proletariado de Serviços na Era Digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ATLÂNTICO NEGRO. **Na rota dos orixás**. Brasília: Videografia Criação e Produção: Iser: Instituto Itaú Cultural, 1998.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1994.

BENTO, Cida. **Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERING, Elaine Rossetti ; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e História**. São Paulo: Cortez, 2007.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. Sociedade e Estado**, [s.l.], v.30, n.1, p.147-163, 2015.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Para uma história do negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1998. 64p. Disponível em:< http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1104317/icon1104317.pdf>. Acessado em: 17 set. 2024.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOURDIEU, Pierre et. al. **A Miséria do mundo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. de Maria Helena Kühner. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o estado: cursos no Collège de France (1989-1992)**. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRASIL, Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005. Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, **que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua**.

BRASIL, Lei nº 8.742. **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)**. Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993.

BRASIL. Decreto nº. 7.053, de 23 de Dezembro de 2009. **Institui a Política Nacional Para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de**

Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 de dezembro de 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Consultórios na Rua: **Manual de Cuidados Primários para População em Situação de Rua.** Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua.** Brasília: MDS, 2009.

BRASIL. Resolução nº 109, de 11 de Novembro de 2009- **Tipificação nacional de serviços socioassistenciais.** Brasília: MDS.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** São Paulo: Sele negro, 2011.

CARNEIRO, S. **Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero.** Estudos Avançados, 2005

CARVALHO, R. N. S.; LEAL, R. J. **O cuidado com o feminino nas ruas: o gênero como determinante das experiências de mulheres em situação de rua no acesso à saúde.** Ciências da saúde no mundo contemporâneo. 01ed. Editora Reflexão Acadêmica, Curitiba: 2021.

CARVALHO, Ailton Mota . **Políticas sociais: afinal do que se trata?** Agenda. Social. v.1, n.3, set-dez, 2007.

CASTEL. Robert. **A insegurança social: o que é ser protegido?** São Paulo, Vozes, 2005.

CERQUEIRA, Amarantha Sá Teles de. **Evolução do processo social população em situação de rua: um estudo sobre pobreza, necessidades humanas e mínimos sociais.** Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Departamento de Serviço Social, UnB, Brasília, 2011.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia: O Discurso Competente e Outras Falas.** São Paulo: Moderna, 2000.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e política do empoderamento;** tradução Jamille Pinheiro Dias. – 1ª edi. – São Paulo: Boitempo, 2019.

COSTA, Ana Paula Motta. População em situação de rua: contextualização e caracterização. **Revista Virtual Textos & Contextos**, v.4, n.1, p.1-15, dez. 2005.

COSTA, Sérgio. **Desigualdades, interdependência e políticas sociais no Brasil.** In: PIRES, Roberto Rocha C. (Org.). **Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas.** Rio de Janeiro: Ipea, 2019.

COUTO REIS, Manoel Martins do. **Manuscritos de Manoel Martins do Couto Reis 1785: Descrição geográfica, política e cronográfica do Distrito dos Campos dos Goytacazes.** 2. Ed. Rev. E atual. Campos dos Goytacazes: Fundação Cultural

Jornalista Oswaldo Lima; Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2011

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics**. In: University of Chicago Legal Forum: Vol. 1989: Iss. 1, Article 8, p. 139-167.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o Comitê para Eliminação da Discriminação Racial**. Gênero e Raça, 2002.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2004.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. **As três economias políticas do Welfare State**. Lua Nova - Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 24, p. 85-116, 1991.

EVARISTO, Conceição. **Conceição Evaristo por Conceição Evaristo**. In: COLÓQUIO DE ESCRITORAS MINEIRAS, 1, 2009, Belo Horizonte.

FAGNANI, Eduardo. **Seguridade Social: Visões e Contradições**. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

FANON, Frantz. **Pele negra, Máscaras brancas**. Rio de Janeiro: Fator, 1983.

FEDERICI, Silvia. **O Patriarcado do Salário: Notas sobre Marx, Gênero e Feminismo**. São Paulo: Boitempo, 2017.

FERRO, Neilda ; OLIVEIRA, Thiago . **Colonização, cultura e língua em Campos dos Goytacazes**. In:Entreletras. Araguaína,v.9. n. 3. out – dez. 2018. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/entreletras/article/view/5863> . Acesso em 01 abr. 2014

FLORENTINO M., & Góes, JR (2009). **"A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro c. 1790–1850"** . São Paulo: 2009.

FREIRE, José Ribamar Bessa; MALHEIROS, Márcia Fernanda. **Aldeamentos indígenas** Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.taquiprati.com.br/arquivos/pdf/Aldeamentos2aeducacao.pdf>. Acessado em: 25/08/2013. RONCHI. Angelo Carlos. Foto 1. Disponível <http://camposfotos.blogspot.com.br/2011/11/indio-goitaca-campos-dos-goytacazesrj.html> . Acessado em: 17/05/2024.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIOVANNI, Geraldo Di. **Sistemas de proteção Social: uma introdução conceitual**. In: Reforma do Estado. Políticas de Emprego no Brasil. Campinas, UNICAMP, IE, 1998.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

GOMES, N. L., & JESUS, M. S. **Racismo e discriminação institucional no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica. 2015.

- GONZALEZ, Lélia. **Lugar de negro** . Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro latinoamericano**. Revista Isis Internacional. Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988.
- GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HOOKS, Bell. **“E eu não sou uma mulher?” Mulheres negras e feminismo**. Trad. Bhuvli Libanio. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.
- IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 2006.
- IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- IPEA. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça. Brasília: IPEA, 2020.
- JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo: diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 2004. Ou 1960
- KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação. Episódios de Racismo Cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019
- KOSHIBA, Luiz. Denise M.F. **História geral e Brasil: trabalho, cultura, poder**. São Paulo: Atual, 2004.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2019.
- LACAN, J. **O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise**. O Seminário, Livro II. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- LACAN, Jacques. **O avesso da psicanálise**. Seminário livro 17. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- LERNER, Gerda. **A Criação do Patriarcado** . Nova Iorque: Oxford University Press, 1986.
- LUGONES M. **Colonialidade e gênero**. Revista Estudos Feministas, 22(2), 935-952. 2014.
- MALHOTRA, Naresh. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- MALINOWSKI, Bronislaw. **Os argonautas do pacífico ocidental. Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné e Melanésia**. São Paulo: Abril cultural, 1976.

MARQUES, Daniele; SILVA, Jaqueline. **Mulheres Negras e Vulnerabilidades**. São Paulo: Editora Cortez, 2021.

MARSHALL, Tomas Humprey. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro ZAHAR, 1967.

MARX, Karl. **O capital**: Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTA, Roberto da. **Relativizando. Uma introdução à Antropologia Social**. Rio de Janeiro:Rocco, 1991.

MELLO, Marco Antonio da Silva; SIMÕES, Soraya Silveira; FREIRE, Letícia de Luna. **Violência institucional em assentamentos populares do Rio de Janeiro**. Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política, v. 6, n. 01, p. 86-116, 2016.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1975.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. Significações do corpo negro. Tese (doutorado) Programa Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

OLIVEIRA, Dennis de. **Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica**. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

PARANHOS, Paulo. **O açúcar no norte fluminense**. In. Revista histórica on line. Governo do Estado de São Paulo. São Paulo: 2006. 8ª edição. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao08/materia02/> . Acesso em 04 out. 2014.

PASTORINI, Alejandra. **Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria concessão-conquista**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 18, n. 53, p. 80-101, mar. 1999.

PAULANI, Leda. Brasil Delivery: **Desenvolvimento ou Subdesenvolvimento?**. São Paulo: Boitempo, 2018.

PENHA, Gordiano H. C. et al. **Notas sobre a fundação do município de Campos dos Goytacazes. Campos dos Goytacazes**: Editora Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima. 2012.

PEREIRA, C. P. Rua sem saída: **Um estudo sobre a relação entre o Estado e a população de rua**. 2008. Dissertação de pós-graduação (área de política social do departamento de serviço social) – Universidade de Brasília / UnB.

PEREIRA, Viviane. **População de rua em Juiz de Fora: uma reflexão a partir da questão social**. 2007. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007.

PIEDEDE, V. **Dororidade**. São Paulo, SP: Nós. 2017.

PINTO, José . **Um pedaço de terra chamado Campos: sua geografia e seu progresso**. 2ª edição. Campos dos Goytacazes: Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima. 2006.

POTYARA, Camila. **Rua sem saída. Um estudo sobre a relação entre o Estado e a População de Rua de Brasília**. 2008. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Política Social. Universidade de Brasília, 2008.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e America Latina**. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciencias sociais. Perspectivas latino-americanas** Buenos Aires: CLACSO, 2005.

REZENDE, Simone. **Negros na Mata Atlântica. Território quilombolas e a conservação da natureza**. 2008. 355f. Tese (Doutorado em Geografia Física) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ROLNIK, Suely. **Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada**. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

SAFFIOTI, Heleieth. **Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres**. Brasília (DF) 2009.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Wanderley. **"A trágica condição da política social"**. – In: ABRANCHES, S.H.; 1989.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Kathlen Romeu: racismo tem cor e endereço no Brasil**. Universa, em: <https://www.uol.com.br/universa/colunas/2021/06/09/kathlen-romeu-racismo-tem-cor-e-endereco-no-brasil.htm> Acesso em: 10 set. 2024.

SELLTIZ, Claire.; WRIGHTSMAN, Lawrence; COOK, Stuart Wellford. **Métodos de pesquisa das relações sociais**. São Paulo: Herder, 1965.

SILVA, Maria Lúcia. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Tânia; DIAS, Carolina. **Mulheres em Situação de Rua: Desafios e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2018.

SMDHS- **1º Primeiro Censo Sobre População em Situação de Rua no município de Campos dos Goytacazes**. 2022.

SOUSA JR, José Geraldo. **Concepção e prática do O Direito Achado na Rua: plataforma para um Direito Emancipatório**. **Revista Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**. (p.145-158) 2017.

TIENE, Izalene. **Mulher moradora na rua: entre vivências e políticas sociais**. Campinas: Alínea, 2004.

TIENGO, Verônica Martins. **População em situação de rua: o fruto necessário à reprodução capitalista e a funcionalidade do trabalho informal**. 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/8768>.

WERNECK, Jurema. **Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo**. In: WERNECK, J. (Org.). **Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Criola, 2010.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. IN:- SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e diferença: A perspectivas dos Estudos Culturais**. 8.ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

Roteiro de Entrevista

Introdução:

- Saudações e agradecimentos pela participação na pesquisa.
- Explicação do propósito da pesquisa:
- Garantia de anonimato e confidencialidade das informações fornecidas.
- Solicitação de consentimento para gravar uma entrevista (se aplicável).

Seção 1: Identificação e Contextualização

1. Me conte um pouco sobre você? (idade, origem, trajetória de vida)
2. Como você descreveria sua situação atual de moradia e como chegou até aqui?
3. Qual é a sua rotina diária na rua?
4. Você já passou por situações de estigma ou discriminação por estar em situação de rua?

Seção 2: Gênero e Identidade

5. Como você percebe a condição entre gênero e sua situação de rua?
6. Você acredita que ser mulher preta influencia a forma como é tratada na rua?
7. Existem desafios específicos que você enfrenta por ser uma mulher preta em situação de rua?
8. Como é a sua relação com outras mulheres em situação de rua? Há solidariedade ou competição entre vocês?

Seção 3: Invisibilidade e Visibilidade na Rua

9. Como você se sente em relação à sua visibilidade na sociedade? Você já se sentiu invisibilizada ou ignorada pelas autoridades ou pela comunidade em geral?
10. Quais são as principais barreiras que você encontra para acessar serviços públicos ou sociais?

Seção 4: Medo e Segurança

11. Já aconteceu situações de violência ou ameaça enquanto estava na rua?
12. Como você lida com o medo e a insegurança no seu dia a dia?
13. Existe algum local específico na cidade onde você se sente mais ou menos seguro?

Seção 5: Recursos e Suporte

14. Você recebe algum tipo de apoio ou suporte de organizações ou indivíduos?
15. O que você acha que poderia ser feito para melhorar as condições de vida das mulheres pretas em situação de rua em Campos dos Goytacazes?

Seção 6: Encerramento

16. Há mais alguma coisa que você gostaria de compartilhar sobre sua experiência ou perspectiva?
17. Alguma pergunta que não foi abordada que você considera importante mencionar?

Nota: Este roteiro é flexível e permite que a entrevista flua de forma mais orgânica, seguindo as respostas fornecidas pelas entrevistadas. O objetivo é explorar profundamente as experiências e perspectivas das mulheres pretas em situação de rua em relação aos temas propostos.

APÊNDICE 2

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

Centro de Ciências do Homem

Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado (a) Senhor (a),

Gostaríamos de convidá-lo (a) a participar do estudo sobre “ **Gênero e Rua: invisibilidade, estigma e medo entre mulheres pretas em situação de rua no Município de Campos dos Goytacazes/RJ**” desenvolvido por Nívea Maria dos Santos Pereira Borges, aluna do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF (mestrado), sob orientação do professor Dr. Carlos Abrão Moura Valpassos, professor da Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF e coorientação da professora Dra. Bárbara Breder Machado professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais - UENF .

Serão garantidos o sigilo e a privacidade das informações por você prestada. Você será esclarecido (a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do (a) pesquisador (a) informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através do contato abaixo. Sua participação consistirá em responder perguntas, que serão usadas para fins acadêmico-científicos, preservando-se sempre que solicitado o anonimato do (a) entrevistado (a). O benefício (direto e indireto) relacionado a sua participação nesta pesquisa é o de contribuir para analisar como as mulheres pretas em situação de rua no Município de Campos dos Goytacazes percebem e vivenciam a invisibilidade social, o estigma associado à sua identidade racial e de gênero, e o medo em relação à sua condição de estar na rua.

Os resultados da pesquisa serão divulgados em relatório entregues aos entrevistados, artigos científicos e na dissertação de conclusão deste curso.

Em caso de concordância com as considerações expostas, solicitamos que assine este TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO no local indicado abaixo. Informamos que você receberá uma via idêntica do TCLE assinada pela pesquisadora do estudo. Desde já agradecemos a sua colaboração, ressaltando-se que a qualquer momento, o (a) participante poderá receber os esclarecimentos adicionais que julgar necessários sobre a pesquisa.

Campos dos Goytacazes /RJ, _____ de _____ de 20 _____.

Nome do Pesquisador (a): Nívea Maria dos Santos Pereira Borges

Contato: (22) 9 9813-2453

E-mail: nmaria.domingues@gmail.com

Assinatura:

Assinatura do participante da pesquisa:
